



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 034 - SÁBADO, 24 DE MARÇO DE 2007 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Álvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges – PFL-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 26	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30
LÍDER VICE-LÍDERES LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 5 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 LÍDER DO PRB – 1 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LÍDER Lúcia Vânia VICE-LÍDERES LÍDER DO PFL – 17 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá VICE-LÍDERES DO GOVERNO
EXPEDIENTE		
Agacieli da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 2007

Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário Liberdade de Barra Do Guarita a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Guarita, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 31, de 7 de fevereiro de 2006, que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário Liberdade de Barra do Guarita a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Guarita, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 2007

Aprova o ato que autoriza a Associação Verde é Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapuí, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 30, de 15 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação Verde é Vida a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapuí, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 22, DE 2007

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação Social – ACCS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaúbas, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 91, de 16 de março de 2006, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação Social – ACCS a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaúbas, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 2007

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do João XXIII a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 4, de 19 de janeiro de 2005, que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do João XXIII a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 2007

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mampituba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Cachoeiras, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.813, de 11 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Rádio Mampituba Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Cachoeiras, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 25, DE 2007

Aprova o ato que autoriza a Associação de Ação Social e Cultural 22 de Dezembro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 648, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação de Ação Social e Cultural 22 de Dezembro a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 2007

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Rádio Comunitária de Mirandiba – PE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirandiba, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 7, de 5 de janeiro de 2006, que autoriza a Associação Cultural Rádio Comunitária de Mirandiba – PE a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirandiba, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 2007

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão do Município de Bom Jardim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 534, de 17 de novembro de 2005, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão do Município de Bom Jardim a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 28, DE 2007

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Divulgação Comunitária do Bairro Salgado Filho E Região Norte de Santa Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 3, de 5 de janeiro de 2006, que autoriza a Associação Cultural de Divulgação Comunitária do Bairro Salgado Filho e Região Norte de Santa Maria a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 2007

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional e Cultural Nativa – Rádio Arara Azul FM para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Parauapebas, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 428, de 23 de setembro de 2005, que outorga permissão à Fundação Educacional e Cultural Nativa – Rádio Arara Azul FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Parauapebas, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 2007

Aprova o ato que outorga permissão à Morro Alto FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 408, de 8 de setembro de 2005, que outorga permissão à Morro Alto FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2007

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Independência FM Lucélia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lucélia, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 437, de 24 de novembro de 2004, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 25 de agosto de 1998, a permissão outorgada à Rádio Independência FM Lucélia Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lucélia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 34ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 23 DE MARÇO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova York, em 29 de julho de 1994. 06567

Nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003. 06569

1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 239, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Dom Odilo Pedro Scherer, novo Arcebispo de São Paulo. 06570

Nº 240, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para que se pronuncie sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.494, de 2004. 06570

1.2.3 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que altera o inciso XIV do art. 6º da Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir a narcolepsia entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma. Às *Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa*. 06570

1.2.4 – Despachos do Presidente

Redistribuição dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 41 e 47, de 1993; nºs 30 e 32, de 1994; nºs 89, 137 e 179, de 1995; nºs 8, 58, 59 e 96, de 1996; nºs 42, 55, 56, 105, 107, 109, 114, 116, 127 e 130, de 1997; nº 30, de 1998; nº 151, de 1999; nºs 113, 353, 358 e 442, de 2001; e nºs 22, 23, 27, 326 e 329, de 2002, à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo. 06575

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Defesa da instalação de comitês de bacias hidrográficas na região Amazônica. Análise da visita do presidente norte-americano, George W. Bush, ao Brasil. 06580

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Indicação da Senadora Roseana Sarney para Líder do Governo no Congresso Nacional. Nomeação da servidora Cláudia Lyra para o cargo de Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal. Defesa da adesão do Senado Federal ao programa Pró-Equidade de Gênero, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Apresentação de proposta junto à OEA para que o ano de 2009 seja considerado o “Ano Internacional da Mulher das Américas”. A ampliação da licença-maternidade. 06585

SENADOR MARCO MACIEL – Registro dos 50 anos da União Européia. Preocupação com o futuro do Mercosul. 06589

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Comentários a respeito de matéria publicada no jornal **Valor Econômico**, referente ao Pólo Industrial de Manaus. Lançamento da Frente Parlamentar Mista Amazônia para Sempre. A nova metodologia adotada pelo IBGE para calcular o PIB. 06592

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES – Críticas à qualidade do ensino público brasileiro. Considerações sobre o ensino no Estado de Sergipe. 06599

SENADOR GILVAM BORGES – Abertura de inquérito na Polícia Federal para examinar a existência de fraude no último exame da Ordem dos

Advogados do Brasil. Apoio à extinção da prova obrigatória da OAB. 06600

SENADOR *MÃO SANTA* – Críticas ao governo Lula. Importância do equilíbrio entre os três Poderes da República. 06603

SENADOR *MARCELO CRIVELLA* – Prejuízos causados ao Rio de Janeiro pelo desabamento de ponte no norte do Estado, que é a principal ligação da capital com a regiões Norte e Nordeste. Necessidade de conclusão da ponte entre São João da Barra e Itabapoana/RJ. Perspectiva de crescimento da indústria relacionada ao álcool combustível. 06607

SENADOR *JOÃO RIBEIRO*, como Líder – Defesa da criação da Universidade Federal do Estado do Tocantins. Apoio à construção da usina hidrelétrica do Estreito. 06611

SENADOR *RENATO CASAGRANDE* – Decisão da Câmara dos Deputados a respeito do aumento salarial dos parlamentares. Considerações acerca do denominado “PAC da Educação”. 06617

1.2.6 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Comentários ao editorial intitulado “Crise no ar e pane no governo”, do jornal **O Estado de S. Paulo**, edição

de hoje. Apoio à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2006, que trata da criação de cargos no Tribunal Superior do Trabalho. Trabalho realizado pelo Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA). Realizações da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas. 06618

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

3 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

8 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

10 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 34ª Sessão Não Deliberativa, em 23 de março de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência da Sra. Serys Slhessarenko e dos Srs. Gilvam Borges,
Mão Santa e Marcelo Crivella*

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 170, DE 2007

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova York, em 29 de julho de 1994.

Relator: Senador **Marco Maciel**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a apreciar o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

A proposição foi originada pela mensagem presidencial nº 230, de 11 de fevereiro de 1999, e foi aprovada na Câmara dos Deputados em 7 de dezembro de 2006, após passar pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Minas e Energia, de Defesa do Consumidor e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

II – Análise

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar foi assinada em Montego Bay, Jamaica, em 1982, e demorou mais de dez anos para atingir as sessenta ratificações necessárias para sua entrada em vigor. A Convenção foi o retrato da época de sua ne-

gociação e não contou com a participação de número significativo de países desenvolvidos. Negociada no mundo dividido entre as duas potências, adotou mecanismos de proteção e de acesso aos bens marinhos próprios do confronto da época, e, no caso, com a vitória das teses dos países do Sul contra as idéias mais liberais de apropriação dos recursos do mar.

Os conceitos de área para os fundos marinhos e de Empresa para o organismo intergovernamental encarregado da exploração dos fundos marinhos representaram uma defasagem conceitual e prática com as radicais mudanças no mundo após a queda do bloco soviético e toda a arquitetura da Convenção ficou comprometida, causando impasse para sua implementação durante vários anos.

A negociação desse Acordo da Parte XI, cujo ponto mais importante, em verdade, são os novos textos para os anexos relativos a esses conceitos, que se revelaram deslocadas ante as novas condições políticas.

Esse desígnio está bem expresso na Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores que acompanha a mensagem presidencial. Ressalta a Exposição de Motivos que o Acordo resultou de processo de consultas informais, tendo por objetivo ampliar o conjunto dos membros ratificantes, numa tentativa denominada de “universalização da Convenção”, que seria justamente a busca da participação dos países industrializados que, sob liderança dos Estados Unidos, deixaram de assinar a Convenção ou não a ratificaram.

Durante a presidência de Ronald Reagan, os Estados Unidos decidiram não assinar a Convenção, no que foram secundados por alguns, mas não todos, países industrializados. O motivo alegado era o regime de exploração dos fundos marinhos, regulamentado na Parte XI da Convenção, baseado no conceito de “patrimônio comum da humanidade” atribuído aquela área e seus recursos minerais (sólidos, líquidos ou gasosos).

Com o fim da bipolaridade ideológica e o desprestígio das idéias estatizantes, a maioria dos países industrializados aderiu à Convenção. Porém, a pesada estrutura institucional planejada para a administração da exploração dos fundos marinhos perdeu o sentido, com a ausência inclusive de qualquer atividade mineradora efetiva. E nesse sentido, alcançou-se, pela via da negociação, a reformulação da Parte XI, que ora se submete ao Senado Federal, para essa justa adequação.

As consultas pelo Secretário-Geral das Nações Unidas constituíram um exercício pragmático de atração dos países industrializados para evitar a perda de eficácia da Convenção, pelo afastamento de importante parcela da comunidade internacional e a previsível proliferação de normas unilaterais concorrentes estabelecidas pelos Estados não-partes da Convenção.

As consultas concentraram-se na busca de uma solução que – mantendo intocada a própria Convenção – pudesse atender às dificuldades dos países industrializados no que respeita à Parte XI e, ao mesmo tempo, preservar o arcabouço conceitual do texto, resguardando, assim, os interesses dos países que já o ratificaram.

O texto negociado atraiu os países industrializados, especialmente por simplificar a estrutura da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, adequar a Empresa à realidade de considerações de mercado e à dificuldade do aproveitamento efetivo do potencial dos recursos marinhos.

A Empresa passará a realizar as atividades de mineração oceânica em parceria com os Estados-Partes ou empresas privadas e comercializará os minerais extraídos. Esse foi um ponto central da reformulação, uma vez que essa instituição sempre foi muito criticada pelos países industrializados por expressar uma tendência estatizante e de oposição aos princípios da livre iniciativa.

Exitosamente, a solução alcançada acomoda essa crítica ao reduzir as vantagens comparativas da Empresa sobre os investidores privados e ao estabelecer uma estratégia incremental para sua implementação, com sua instalação física e de pessoal gradativamente e o início de operações por meio de **joint-ventures**.

Analogamente, a questão da transferência de tecnologia, que não agradava aos países desenvolvidos, foi contornada na negociação com a introdução da referência a “condições justas e razoáveis no mercado livre”.

Encerrado o processo de consultas, o Acordo foi aberto a assinaturas em sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em julho de 1994. Neste mesmo mês, quarenta países, inclusive o Brasil, firmaram o Acordo. Até nove de julho de 1998, oitenta e oito países já o haviam ratificado. Sua entrada em vigor, prevista para trinta dias depois da quadragésima ratificação, sendo no mínimo sete de países em desenvolvimento e cinco de países desenvolvidos, ocorreu em dezesseis de novembro de 1994.

A pronta assinatura do Acordo pelo Brasil, ainda que não tenha força vinculante, refletiu o comprometimento do País com a Convenção do Direito do Mar e marcou nossa adesão ao exitoso processo de universalização conduzido pelo Secretário-Geral das Nações Unidas.

Importante ressaltar, por fim, que a modificação se justifica não apenas pela adequação às regras de eficácia econômica, mas também pelo que essa universalização da Convenção significa em termos de proteção ambiental do alto mar e dos fundos marinhos. A importância da participação dos países desenvolvidos na Convenção, nesse aspecto, está consagrada no Acordo em diferentes itens. Uma das justificativas do Acordo em seu preâmbulo refere-se à consciência de sua importância para “a proteção e a preservação do meio ambiente marinho” e do “meio ambiente global”.

Da mesma forma, o Acordo atribui à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos o dever de “adotar normas, regulamentos e procedimentos que incorporem padrões aplicáveis para a proteção e preservação do meio ambiente marinho”, entre muitos outros análogos que demonstram o compromisso inarredável do Acordo com a proteção ambiental.

III – Voto

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007.

Sala da Comissão, 22 de março de 2007. – **Heráclito Fortes**, Presidente – **Marco Maciel**, Relator – **Maria do Carmo Alves** – **Jarbas Vasconcelos** – **Eduardo Suplicy** – **Romeu Tuma** – **Eduardo Azeredo** – **Antonio Carlos Valadares** – **Mão Santa** – **Flexa Ribeiro** – **Cristovam Buarque** – **Pedro Simon** – **Inácio Arruda** – **Fátima Cleide** – **Serys Slhessarenko** – **Marcelo Crivella** – **João Tenório** – **Paulo Duque**.

PARECER Nº 171, DE 2007

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 586, de 31 de outubro de 2003, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa, celebrado, em Brasília, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, em 14 de agosto de 2003.

O Acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional decorrente da Mensagem Presidencial, após exame, também, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A Mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados em 5 de novembro de 2003 e o Projeto de Decreto Legislativo derivado recebeu a chancela daquela Casa em 8 de fevereiro de 2007.

Nesta Casa, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 6 de março de 2007, não tendo recebido emendas.

II – Análise

O Acordo em análise, composto de sete artigos, foi assinado por ocasião da visita ao Brasil do Ministro da Defesa da Turquia e objetiva estabelecer cooperação bilateral de caráter militar.

A Turquia vem modificando o direcionamento de sua política externa, anteriormente voltada apenas para os Estados Unidos e para a Europa. Observa-se já há algum tempo tendência de diversificação do leque de interlocutores, incluindo, com algum privilégio, a América Latina, não apenas intensificando o diálogo com esta região, mas também passando a tratar de agendas bem mais abrangentes.

Para o Brasil, a Turquia, além do atrativo do seu próprio mercado de mais de 70 milhões de habitan-

tes, pode constituir-se numa via de acesso a países da Ásia Central, com os quais a Turquia mantém fortes laços econômicos e culturais. Simetricamente, o mesmo representaria o Brasil para a Turquia, em termos de acesso ao Mercosul.

No que diz respeito às oportunidades em prospecção de comércio bilateral, vale destacar os esforços que vêm se concentrando justamente na área de indústria de defesa, com negócios em andamento no setor aeronáutico envolvendo a compra de aeronaves brasileiras pela Turquia.

O instrumento prevê, basicamente, o estímulo a visitas mútuas de delegações com representantes de alto nível, reuniões entre instituições militares equivalentes, intercâmbio de pessoal de ensino e treinamento, visitas de navios e aeronaves militares, bem como a troca de experiências adquiridas no campo militar, inclusive em conexão com operações internacionais de manutenção de paz.

O Acordo estabelece que as partes identificarão áreas de cooperação técnica e de troca de informações e promoverão colaboração sujeita às leis nacionais de cada parte, bem como aos regulamentos e obrigações internacionais.

Determina que não haverá prejuízo para qualquer acordo bilateral ou multilateral existente nem restringirá pactos ou acordos operacionais que possam ter sido firmados anteriormente por cada parte.

Importante ressaltar que o Acordo estabelece que sua implementação se dará por meio de programas separados, detalhados anualmente e planejados com antecedência, o que, sem dúvida, provê uma feição moderna ao tratado e contribui para sua real concretização.

Define também um regime especial para a liberação de informações sigilosas, com toda a proteção necessária, o que sem dúvida é adequado, tratando-se de cooperação de natureza militar.

III – Voto

Com base no exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007.

Sala da Comissão 22 de março de 2007. – **Eduardo Suplicy** – **Heráclito Fortes** Presidente, – **Romeu Tuma** – Relator – **Maria do Carmo Alves** – **Eduardo Azeredo** – **Marco Maciel** – **Inácio Arruda** – **Cristovam Buarque** – **Antonio Carlos Valadares** – **Mão Santa** – **Fátima Cleide** – **Jarbas Vasconcelos** – **Flexa Ribeiro** – **Marcelo Crivella** – **Paulo Duque** – **Serys Slhessarenko** – **João Tenório**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os Pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 239, DE 2007

Requer Voto de Aplauso a Dom Odilo Pedro Scherer, novo Arcebispo de São Paulo.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Arcebispo Dom Odilo Pedro Scherer, escolhido pelo Papa Bento XVI, para assumir a Arquidiocese de São Paulo.

Requeiro, também, que esse Voto seja levado ao conhecimento do novo Arcebispo.

Justificação

Secretário-Geral da Confereência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Odilo Pedro Scherer é o novo Arcebispo de São Paulo. Ele vai substituir o atual Arcebispo, Dom Cláudio Hummes, nomeado Prefeito da Congregação para o Clero. O prelado, que agora assume a Arquidiocese de São Paulo, é nome estimado e de notável folha de serviços prestados à comunidade católica do Brasil.

Sala das Sessões, 23 de março de 2007. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 240, DE 2007

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH para que se pronuncie sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.494 de 2004, que “convoca plebiscito a respeito dos temas especificados, a se realizar no primeiro domingo do mês de outubro de 2005” de autoria do Senador Ger-son Camata.

Justificação

Apesar da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania já ter se pronunciado sobre a matéria e declarado sua constitucionalidade e juridicidade, acreditamos que é importante ter o parecer da Comissão de de Direitos Humanos e Legislação Participativa por ser a Comissão responsável por analisar, segundo o art. 102-E, incisos III e IV do Regimento Interno, questões relativas a garantias e promoção dos direitos humanos.

Há questionamentos sobre a realização do Plebiscito sobre alguns temas constantes no Projeto de Decreto, como Aborto, União Civil de pessoas do mesmo sexo, redução da maioridade penal, que precisam ser analisadas sob a ótica dos direitos humanos, precisando ser melhor debatido.

Os movimentos sociais de promoção dos direitos de minorias consideram temeroso tratar de direito de minoria em plebiscito, uma vez que os benefícios não são sentidos por totalidade da população, sendo que podemos cair na chamada tirania da maioria.

Posto isto, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento, pois acredito ser salutar maior análise sobre o projeto a fim de que todos os questionamentos sejam dirimidos e possamos aprovar o projeto de forma totalmente clara.

Sala das Sessões, 23 de março de 2007. – Senadora **Serys Slhessarenko**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O Requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do disposto no art. 255, inciso II, alínea “c”, item 4, do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa projeto de lei que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, DE 2007

Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir a narcolepsia entre os agravos à saúde a cujos podadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

.....
XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida e narcolepsia, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma;

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente à data de sua publicação.

Justificação

A narcolepsia é um distúrbio neurológico que causa sonolência excessiva em horários e situações inesperadas, acarretando aos seus portadores risco de acidentes e embarços nas atividades rotineiras, principalmente no trabalho e nos deslocamentos em vias públicas. Até o momento, a doença é considerada incurável. Os ataques de sonolência são irresistíveis e freqüentemente são acompanhados de cataplexia, paralisia do sono e alucinações na fase inicial do adormecimento.

A fim de controlar a doença, os pacientes são obrigados a usar, continuamente, medicamentos de custo relativamente alto, o que consome uma boa parcela dos rendimentos próprios ou familiares. Os serviços públicos de saúde deveriam cumprir o que manda a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, que determina a assistência integral, inclusive farmacêutica, a todas as pessoas acometidas de qualquer agravo à saúde. Não obstante, é notória a carência de medicamentos nos serviços do Sistema Unico de Saúde (SUS), o que obriga os narcolépticos a adquirir os produtos com recursos próprios ou reivindicar, nos tribunais, o cumprimento do preceito legal.

Ademais, freqüentemente esses doentes necessitam de cuidados prestados por outras pessoas, especialmente quando têm que se ausentar dos seus

domicílios. Essa necessidade representa outro fator de aumento de despesas próprias ou familiares.

Nos casos mais graves, o portador da narcolepsia toma-se incapacitado para o trabalho, o que acarreta aposentadoria precoce, desvantajosa por diminuir os seus rendimentos, mas necessária para prevenir acidentes do trabalho ou erros durante a sua execução. Essa queda de ganho pecuniário, associada às despesas com medicamentos e com cuidados prestados por terceiros, sacrifica o paciente e, freqüentemente, até mesmo a família, levando a uma deterioração do padrão de vida.

A alteração que propomos para o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 1988, objetiva acrescentar a narcolepsia ao rol dos agravos à saúde cujos portadores são beneficiados com a isenção de imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma. Esta é uma forma socialmente justa de compensar a queda de rendimentos dos narcolépticos e os seus gastos com medicamentos e com cuidados prestados por terceiros.

Não há que se falar, aqui, em renúncia fiscal. Não estamos propondo a criação de um novo benefício, mas apenas a extensão de um já existente. Mesmo que se queira considerar que haverá uma renúncia fiscal, o valor do imposto que deixará de ser arrecadado é ínfimo. Segundo a Sociedade Brasileira dos Portadores de Narcolepsia (SOBRAN), até hoje foram diagnosticados, no Brasil, apenas cerca de quatrocentos casos da doença. Se considerarmos que mais de 99% dos benefícios pagos pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS) não atingem o valor de isenção concedido aos aposentados de mais de sessenta e cinco anos, podemos inferir que apenas uns poucos cidadãos e cidadãs serão beneficiados.

Para os cofres públicos, o imposto que deixará de ser arrecadado será de valor irrisório. Todavia representará, para o doente, uma importante parcela dos seus rendimentos, que o ajudará a enfrentar as dificuldades que lhe são impostas ao demandar a assistência farmacêutica que deveria ser prestada pelos serviços públicos de saúde. Melhorando as condições financeiras desses doentes, o próprio SUS deixará de arcar com os gastos de alguns medicamentos, e isto certamente compensará os valores não arrecadados.

Estamos convictos de que a medida proposta é justa, o que nos leva, também, à convicção de que os nobres Parlamentares darão o apoio necessário à sua aprovação.

Sala das Sessões, 23 de março de 2007. – Senador **Eduardo Azeredo**.

Legislação Citada

LEI Nº 7.713, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988.

Vide texto compilado

Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os rendimentos e ganhos de capital percebidos a partir de 1º de janeiro de 1989, por pessoas físicas residentes ou domiciliados no Brasil, serão tributados pelo imposto de renda na forma da legislação vigente, com as modificações introduzidas por esta Lei.

Art. 2º O imposto de renda das pessoas físicas será devido, mensalmente, à medida em que os rendimentos e ganhos de capital forem percebidos.

Art. 3º O imposto incidirá sobre o rendimento bruto, sem qualquer dedução, ressalvado o disposto nos arts. 9º a 14 desta Lei. (Vide Lei 8.023, de 12.4.90)

§ 1º Constituem rendimento bruto todo o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos, os alimentos e pensões percebidos em dinheiro, e ainda os proventos de qualquer natureza, assim também entendidos os acréscimos patrimoniais não correspondentes aos rendimentos declarados.

§ 2º Integrará o rendimento bruto, como ganho de capital, o resultado da soma dos ganhos auferidos no mês, decorrentes de alienação de bens ou direitos de qualquer natureza, considerando-se como ganho a diferença positiva entre o valor de transmissão do bem ou direito e o respectivo custo de aquisição corrigido monetariamente, observado o disposto nos arts. 15 a 22 desta Lei.

§ 3º Na apuração do ganho de capital serão consideradas as operações que importem alienação, a qualquer título, de bens ou direitos ou cessão ou promessa de cessão de direitos à sua aquisição, tais como as realizadas por compra e venda, permuta, adjudicação, desapropriação, dação em pagamento, doação, procuração em causa própria, promessa de compra e venda, cessão de direitos ou promessa de cessão de direitos e contratos afins.

§ 4º A tributação independe da denominação dos rendimentos, títulos ou direitos, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem dos bens produtores da renda, e da forma de percepção das rendas ou proventos, bastando, para a incidência do imposto, o benefício do contribuinte por qualquer forma e a qualquer título.

§ 5º Ficam revogados todos os dispositivos legais concessivos de isenção ou exclusão, da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas, de rendimentos e proventos de qualquer natureza, bem como os que autorizam redução do imposto por investimento de interesse econômico ou social.

§ 6º Ficam revogados todos os dispositivos legais que autorizam deduções cedulares ou abatimentos da renda bruta do contribuinte, para efeito de incidência do imposto de renda.

Art. 4º Fica suprimida a classificação por cédulas dos rendimentos e ganhos de capital percebidos pelas pessoas físicas.

XII - as pensões e os proventos concedidos de acordo com os Decretos-Leis, nºs 8.794 e 8.795, de 23 de janeiro de 1946, e Lei nº 2.579, de 23 de agosto de 1955, e art. 30 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, em decorrência de reforma ou falecimento de ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira;

XIII - capital das apólices de seguro ou pecúlio pago por morte do segurado, bem como os prêmios de seguro restituídos em qualquer caso, inclusive no de renúncia do contrato;

~~XIV—os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma;~~

~~XIV—os proventos de aposentadoria ou reforma, desde que motivadas por acidente sem serviços, e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma; (Redação dada pela Lei nº 8.541, de 1992). (Vide Lei 9.250, de 1995)~~

XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma; (Redação dada pela Lei nº 11.052, de 2004)

~~XV—os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, até o valor equivalente a cinquenta OTNs, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta e cinco anos de idade, sem prejuízo da dedução da parcela isenta prevista no art. 25 desta Lei; (Vide Decreto nº 97.793, de 30.5.1989)~~

~~XV—os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, até o valor equivalente a trezentos e cinquenta BTN, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta e cinco anos de idade, sem prejuízo da dedução da parcela isenta prevista no art. 25 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 7.799, de 1989)~~

~~XV—os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, até o valor equivalente a 480 BTN, a partir do mês em que o contribuinte completar 65 anos de idade, sem prejuízo da dedução da parcela isenta prevista no art. 25 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 7.959, de 1989)~~

XV—os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno, ou por entidade de previdência privada, até o valor de R\$ 900,00 (novecentos reais), por mês, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta e cinco anos de idade, sem prejuízo da parcela isenta prevista

Art. 5º Salvo disposição em contrário, o imposto retido na fonte sobre rendimentos e ganhos de capital percebidos por pessoas físicas será considerado redução do apurado na forma dos arts. 23 e 24 desta Lei.

Art. 6º Ficam isentos do imposto de renda os seguinte rendimentos percebidos por pessoas físicas:

I - a alimentação, o transporte e os uniformes ou vestimentas especiais de trabalho, fornecidos gratuitamente pelo empregador a seus empregados, ou a diferença entre o preço cobrado e o valor de mercado;

II - as diárias destinadas, exclusivamente, ao pagamento de despesas de alimentação e pousada, por serviço eventual realizado em município diferente do da sede de trabalho;

III - o valor locativo do prédio construído, quando ocupado por seu proprietário ou cedido gratuitamente para uso do cônjuge ou de parentes de primeiro grau;

IV - as indenizações por acidentes de trabalho;

V - a indenização e o aviso prévio pagos por despedida ou rescisão de contrato de trabalho, até o limite garantido por lei, bem como o montante recebido pelos empregados e diretores, ou respectivos beneficiários, referente aos depósitos, juros e correção monetária creditados em contas vinculadas, nos termos da legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

VI - o montante dos depósitos, juros, correção monetária e quotas-partes creditados em contas individuais pelo Programa de Integração Social e pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público;

~~VII - os benefícios recebidos de entidades de previdência privada:~~
~~a) quando em decorrência de morte ou invalidez permanente do participante;~~
~~b) relativamente ao valor correspondente às contribuições cujo ônus tenha sido do participante, desde que os rendimentos e ganhos de capital produzidos pelo patrimônio da entidade tenham sido tributados na fonte;~~

VII - os seguros recebidos de entidades de previdência privada decorrentes de morte ou invalidez permanente do participante. (Redação dada pela Lei nº 9.250, de 1995)

VIII - as contribuições pagas pelos empregadores relativas a programas de previdência privada em favor de seus empregados e dirigentes;

IX - os valores resgatados dos Planos de Poupança e Investimento - PAIT, de que trata o Decreto-Lei nº 2.292, de 21 de novembro de 1986, relativamente à parcela correspondente às contribuições efetuadas pelo participante;

X - as contribuições empresariais a Plano de Poupança e Investimento - PAIT, a que se refere o art. 5º, § 2º, do Decreto-Lei nº 2.292, de 21 de novembro de 1986;

XI - o pecúlio recebido pelos aposentados que voltam a trabalhar em atividade sujeita ao regime previdenciário, quando dela se afastarem, e pelos trabalhadores que ingressarem nesse regime após completarem sessenta anos de idade, pago pelo Instituto Nacional de Previdência Social ao segurado ou a seus dependentes, após sua morte, nos termos do art. 1º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975;

~~na tabela de incidência mensal do imposto. (Redação dada pela Lei nº 9.250, de 1995) (Vide Medida Provisória nº 232, 2004)~~

~~XV – os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno ou por entidade de previdência complementar, até o valor de R\$ 1.164,00 (mil, cento e sessenta e quatro reais), por mês, a partir do mês em que o contribuinte completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, sem prejuízo da parcela isenta prevista na tabela de incidência mensal do imposto; (Redação dada pela Lei nº 11.119, de 2005) (Vide Medida Provisória nº 280, de 2006)~~

XV - os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno ou por entidade de previdência complementar, até o valor de R\$ 1.257,12 (mil, duzentos e cinquenta e sete reais e doze centavos), por mês, a partir do mês em que o contribuinte completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, sem prejuízo da parcela isenta prevista na tabela de incidência mensal do imposto; (Redação dada pela Lei nº 11.311 de 2006)

(Às Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko – Bloco/PT – MT) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Sobre a mesa despachos do Presidente que passo a ler.

São lidos os seguintes

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 41, DE 1993

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 47, DE 1993

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 1994

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Co-

missão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”.

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 32, DE 1994

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”.

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 89, DE 1995

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”.

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 137, DE 1995

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007 que “cria no Senado Federal a Comissão

de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”.

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 179, DE 1995

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”.

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 1996

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”.

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 58, DE 1996

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão

de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”.

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 59, DE 1996

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 96, DE 1996

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”.

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 42, DE 1997

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão

de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”.

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 55, DE 1997

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 56, DE 1997

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, março 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 105, DE 1997

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão

de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 107, DE 1997

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 109, DE 1997

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 114, DE 1997

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão

de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 116, DE 1997

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 127, DE 1997

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007 que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 130, DE 1997

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão

de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCI, em caráter terminativo.

Senado Federal, março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 1998

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 151, DE 1999

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 113, DE 2001

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007 que “cria no Senado Federal a Comissão

de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 353, DE 2001

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 358, DE 2001

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 442, DE 2001

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão

de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 22, DE 2002

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 2002

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 2002

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão

de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT’,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 326, DE 2002

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 329, DE 2002

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente Projeto de Decreto Legislativo à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em caráter terminativo.

Senado Federal, março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko, Bloco/PF-MT) – Os expedientes lidos vão à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko, Bloco/PT – MT) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do

orador.) – Ex^{ma} Sr^a Senadora Serys, que preside a Mesa nesta manhã de sexta-feira, Senadora Maria do Carmo, Colegas aqui presentes, antes de entrar no tema que me traz hoje aqui, quero dizer que, ontem, pretendia falar sobre o que se comemorava, o Dia Mundial da Água, e fazer uma cobrança pública pela criação e pela instalação de comitês de bacias hidrográficas na região amazônica.

Na Amazônia, Senadora Serys, os rios são ruas e fontes de vida para a população ribeirinha, sustentam açais, trazem peixes e nutrientes aos solos da agricultura familiar. São milhões de quilômetros de vias navegáveis entre os rios da floresta amazônica. A bacia hidrográfica amazônica é a principal do mundo, possui cerca de 25% dos peixes do planeta – olhem que coisa fantástica! – e é a principal simbologia cultural da sociedade cabocla ribeirinha e indígena lá da nossa região. Além disso, possui o maior potencial hidrelétrico do Brasil, Senador Mão Santa, e precisamos ter cuidado com todo esse potencial. Apesar de tudo isso, na Amazônia, não existe nenhum comitê de bacia hidrográfica. Isso, realmente, impressiona se levarmos em conta, Senador Mão Santa, que existem 103 comitês de bacias hidrográficas previstos constitucionalmente e que nenhum deles está na Amazônia, a maior bacia de águas do mundo.

Nesses comitês, como V. Ex^a sabe, Governo e sociedade planejam, juntos, a utilização dos recursos hídricos da região. Se não existem conselhos, o Governo planeja sozinho, e a sociedade não participa. Os projetos das novas hidrelétricas que estão previstas em nossa região, por exemplo, seriam submetidos aos comitês, e as populações regionais teriam ao menos um forte canal de diálogo para discutir os projetos. A maior bacia hidrográfica do mundo, portanto, não possui nenhum comitê de bacia hidrográfica. O povo amazônico não pode decidir ou opinar sobre o que fazer com os rios e com seus recursos.

Portanto, quero aqui aproveitar a oportunidade para fazer uma cobrança pública pela criação e pela instalação de comitês de bacias hidrográficas na região amazônica como forma de a população daquela região acompanhar e participar das decisões que são tomadas, decisões que, muitas vezes, são tomadas à revelia dos amazônidas e de seus interesses, Senadora Serys.

Mas o que me traz aqui hoje é a vontade de tecer algumas considerações e de fazer uma análise da recente visita do Presidente Bush ao nosso País.

Há mais de trinta anos, o Brasil mostrou ao mundo seu poder tecnológico e científico, além de seu poder natural para produção de combustíveis renováveis, os famosos combustíveis verdes. O Brasil aproveitou

a abundância do mais poderoso recurso energético conhecido pelo homem, que é o sol, e, com fortes investimentos em tecnologia, tornou-se líder mundial na produção de biocombustíveis.

Pouco depois que o mundo viveu a brutal crise de petróleo de 1973, nosso País apresentou a todos, além do petróleo, que já era nosso, nosso outro combustível: o álcool extraído da cana-de-açúcar, planta que exige alto estresse hídrico para se desenvolver, sendo assim beneficiada pelo clima do principal país tropical do planeta, que é nosso querido Brasil.

Senador Gilvam Borges, V. Ex^a sabe que o sol é o pai de todas as fontes de energia: do petróleo, do carvão, da biomassa, da energia eólica e da hidrelétrica. No caso do petróleo, a natureza leva cerca de quatrocentos milhões de anos para transformar energia solar em petróleo. No caso da biomassa, basta esperar cerca de dois meses de fotossíntese, Senador Gilvam, para que o sol faça a mesma coisa, por exemplo, com o girassol. E, assim, temos um belo combustível limpo. Isso só é possível onde haja abundância de sol e de água. A Alemanha, por exemplo, possui um belo programa de energia alternativa, mas não consegue fazer energia líquida, pois lá o sol não aparece com frequência. Por isso, os alemães são os maiores produtores mundiais de energia elétrica por meio da energia eólica.

O programa Proálcool implantou a base técnico-científica e industrial que tornou o Brasil referência mundial na substituição do petróleo nos combustíveis automotivos. Desde a década de 70, o País adiciona 25% de álcool à gasolina, o que hoje é uma tendência mundial. Hoje, no posto de gasolina, o brasileiro pode optar por abastecer com gasolina ou com álcool, operação respaldada pela avançada tecnologia dos motores *flex* da indústria nacional, que, todavia, é uma indústria multinacional.

Nos 34 anos de implantação do belo programa Proálcool, o Brasil economizou cerca de 800 milhões de barris de petróleo. Com o álcool nacional, evitamos a emissão de 644 milhões de toneladas de gás carbônico na atmosfera, considerável contribuição ao ambiente global.

Infelizmente, a tecnologia do etanol, que tornou o País referência mundial em energia combustível e que deu admirável exemplo ambiental, por outro lado, aprofundou as desigualdades sociais do País. Assim tem sido, porque a produção, o conhecimento e a tecnologia foram apropriados pelas grandes corporações internacionais, e o modelo agrícola brasileiro prejudica o trabalhador rural, empurrando-o à vida dura de bóia-fria nos canaviais. Como ocorre com quase tudo no sistema capitalista, Senador Gilvam, poucos são os que ganham, muitos são os que perdem.

O Brasil deve ao menos formular políticas públicas que aumentem a proteção aos trabalhadores rurais, especialmente nesta atividade agrícola crescente: a cana-de-açúcar. E também deve adotar sistemas de zoneamento agroecológico, de forma a equilibrar e a ordenar a expansão dessa cultura agrícola. O Estado de São Paulo vive uma crescente substituição de plantações de produtos alimentares por canaviais. Não é que isso seja de todo ruim, mas deve ter atenção especial do Estado brasileiro, principalmente se essa tendência se expandir para outras regiões do Brasil, como a nossa Amazônia, o que é bastante provável e perigoso.

Pois bem, mesmo com tantas desigualdades, o Brasil cresceu e hoje é líder em tecnologia e em produção de energia alternativa, seja por meio do óleo vegetal, que substitui o *diesel* tradicional, ou do álcool, que substitui a gasolina.

Assim, o Brasil novamente incomodou os Estados Unidos da América do Norte. E os incomodou na mesma área que fez os Estados Unidos invadirem o Iraque: energia. Na área de energia, o Brasil incomodou novamente o império norte-americano com seu combustível etanol e com seu *biodiesel*. Há mais de trinta anos, o Brasil não incomodava tanto os Estados Unidos na questão energética. Digo isso, porque vi o incomodado Bush cheirar o combustível nacional das mãos do nosso Chefe de Estado. Ao ver aquela cena – Bush, Lula, nosso álcool combustível e todo aquele faro norte-americano –, minhas redes neurológicas trouxeram à minha consciência imediatamente uma antiga imagem, ou melhor, uma frase que me marcou muito à época e que a visita de Bush fez recordar. O Senador Mão Santa se lembra disso. Falo da célebre frase de um emissário do Presidente dos Estados Unidos de então, Jimmy Carter, sobre as energias do Brasil. Esse emissário, um dito diplomata chamado Henry Kissinger, tratou de analisar nosso Proálcool, o nosso programa. E, sobre o álcool brasileiro, em 1979, aquele norte-americano avisou: “Não vamos permitir um outro Japão ao sul do Equador”. E olha que o Japão é uma ilha vulcânica miserável em recursos naturais e em fontes de energia e que o Brasil é um rico país em energia solar, em energias minerais e hidráulicas, sem falar no biocombustível, pivô dos dois casos: o recado de Kissinger, em 1979; e a visita de Bush agora, em 2007.

O império americano nos avisou disso em 1979. Nunca me esqueci disso, Senador Gilvam Borges, mas, ao ver a visita de Bush na Petrobras, a lembrança daquele fato começou a me incomodar fortemente de novo. Naquele período, o império desmontou os planos estratégicos de construção da indústria energética

nacional autônoma. Mesmo sob o Governo militar, o Brasil não conseguiu impor um ritmo mais audacioso ao Proálcool, limitando, privatizando e adiando a devida aceleração que merecia um potencial em energia alternativa desse tamanho.

O grande físico e humanista José Walter Bautista Vidal, principal mentor do Proálcool, é um profundo conhecedor não só da pesquisa tecnológica e da produção industrial do álcool combustível. Ele conhece e expõe, para quem quiser saber e ouvir, como a intervenção no império americano no Brasil, em 1979, amarrou as avançadas empresas e institutos tecnológicos brasileiros do período, submetendo-os ao modelo energético predominante de então, apesar da importante variável de base renovável.

Hoje, em 2007, passados 32 anos daquela triste frase, outro capa preta do império norte-americano se incomoda com nosso combustível verde. Há poucos dias, o Senhor da Guerra, George W. Bush, esteve no Brasil. Ele trocou a boina militar do exército norte-americano pelo capacete dos trabalhadores da Petrobras.

Bush cheirou o álcool nacional das mãos do Presidente Lula. A mesma pessoa que ordenou a invasão militar a um país autônomo como o nosso por causa de energia (petróleo) vem ao Brasil por causa de energia (álcool).

No Iraque, por causa da energia, Bush já matou mais de meio milhão de pessoas, segundo alguns estudos sobre a guerra. A região do Oriente Médio possui dois milhões de pessoas foragidas da fúria de Bush, a maioria da Síria e da Jordânia. Na verdade, aquilo não é uma guerra, é um massacre, um genocídio, Senador Mão Santa. Está se dizimando uma nação, e o comandante-chefe do massacre vem conhecer nosso combustível bem de pertinho.

Na terça-feira passada, 20 de março, esse mesmo Bush que veio ao Brasil uma semana antes farejar nosso álcool comemorou o quarto aniversário da guerra do Iraque. Veja que ironia, Senador Mão Santa: ele comemorou o aniversário da guerra. É uma coisa sinistra isto: comemorar o aniversário de uma guerra. Realizou reunião com o Conselho de Segurança norte-americano e passou ordens para o Primeiro-Ministro-Interventor do Iraque, por meio de videoconferência. O bolo e as velinhas não foram filmados, mas o recado foi claro: os Estados Unidos não sairão do Iraque, ao menos enquanto houver petróleo.

O que quer dizer essa visita de Bush e o uso do capacete da Petrobras? O que está havendo? Visita de cortesia? O que está havendo, Senador Mão Santa? Ele quer se contrapor a Hugo Chávez e a Evo Morales? O que está havendo? É preocupante esse cenário.

O que está havendo é que Bush colocou definitivamente o álcool combustível do Brasil na sua agenda, na sua desastrosa agenda. Alguns haverão de perguntar: mas isso é ruim? É ruim o país mais rico do mundo se interessar por produtos dos países pobres, por nosso combustível, ainda mais quando se trata de valorizar uma brilhante tecnologia genuinamente brasileira? Para responder essa pergunta, Senador Mão Santa, vamos tentar entender o contexto dessa confusão.

Em primeiro lugar, quem é o país mais rico nessa história? Estados Unidos da América. Em segundo lugar, quem é o mais pobre? Brasil. Em terceiro lugar, qual é o objeto do interesse dessa visita? Energia. O que o país mais rico faz com o mais pobre historicamente, Senador Mão Santa? Explora. O que o mais rico costuma fazer com outros países pobres que também têm muita energia, Senador Mão Santa? Vamos lembrar aqui: guerra, ocupação militar. Lembro a guerra do Kuwait, a guerra do Golfo e, agora, a guerra do Iraque.

Considerando esse contexto, temo que a aproximação dos Estados Unidos com o Brasil, na área de energia, seja muito ruim para nosso País no futuro. Não que possamos ser invadidos militarmente – pelo menos creio que não agora, Senador Mão Santa –, mas estou com medo de que algo pior ainda que uma invasão militar aconteça. Tenho medo de que entreguemos pacificamente – como se diz, de mão beijada – não só a produção e a tecnologia, mas também o controle definitivo dessas fontes maravilhosas de energia, que são o álcool combustível e o *biodiesel*. Essas energias renováveis somente são possíveis em países tropicais – V. Ex^a sabe disso –, e o Brasil é o único continente tropical do mundo. Esse é meu medo. Por isso, temo pelo Brasil.

Considerando também a problemática ambiental global, a perspectiva comprovada de esgotamento de recursos naturais como o petróleo, os padrões crescentes de consumo individual e a situação específica de caos da nação norte-americana nesse campo, temo, mais uma vez, pelo Brasil, pois já fomos muito prejudicados pelos países ricos na área de energia. E fomos pontualmente prejudicados na área de produção de combustível de cana-de-açúcar. Fomos pontualmente prejudicados pelos Estados Unidos.

Os mais novos, talvez, não se lembrem, mas, na área de energia, o Brasil perdeu uma oportunidade de ouro na década de 70. O Senador Mão Santa devia ser “Prefeitinho” naquela época. O grande Proálcool foi podado pelos interesses das grandes corporações internacionais. Poderíamos ter avançado ainda mais do que avançamos até aqui, Senador Mão Santa. Avançamos muito, é verdade. Avançamos na tecnologia do combustível, avançamos na tecnologia dos motores,

avançamos na tecnologia do plantio, avançamos até na relação com o meio ambiente, mas regredimos, Senador Mão Santa, vergonhosamente, na responsabilidade com os homens. Regredimos socialmente. Falo isso, pois poderíamos ter gerado um processo mais ativo de distribuição de renda por meio da cadeia produtiva do álcool. Ao contrário, reforçamos as desigualdades entre as nações e as desigualdades internas da nossa Nação.

Mais uma vez, cito Bautista Vidal, que conhece, como poucos, o que estou falando. No final dos anos 70, o poder mundial controlou os ímpetus do Brasil na geração de energia alternativa. Após a crise do petróleo, o setor petrolífero assumiu dimensões inacreditáveis de poder dentro dos Estados Unidos e no planeta. Nesse período, o império norte-americano viveu fortes transformações, com a mudança no foco de poder da grande indústria automobilística para as grandes petroleiras. Surgiu aí a nefasta figura, Senador Mão Santa, do petrodólar. O petróleo teria de valer mais que o dólar, pois, em tese, era ele que gerava o dólar.

Aí, no meio dessa confusão, petrodólar e tudo o mais, surge o Brasil, com um poderoso programa tecnológico capaz de tornar o País a maior potência energética do planeta: o Proálcool. Com o petróleo controlando tudo no período, surge uma alternativa energética na linha do Equador, que poderia questionar a lógica das corporações do império, que, no momento, estavam na crista da onda do petróleo.

O Brasil possui um poder extraordinário para geração de bioenergia, aproveitando o sol dos trópicos associado a uma avançada tecnologia, uma alternativa para hoje e para médio e longo prazos, onde se projeta um possível, novo e definitivo caos do petróleo.

Quando penso no potencial de geração de energia alternativa no Brasil, penso primeiramente em abastecer a demanda do País e, caso haja produção excedente, exportar para o mercado externo.

Os Estados Unidos, em uma provável crise do petróleo, pensarão da mesma forma que o Brasil: primeiro em abastecer o mercado interno deles, depois o mercado externo deles, quer dizer, nós, latino-brasileiros. E o combustível seria o nosso – isso se daria se, a essa altura, já não fosse deles.

Quando falo de uma crise do petróleo provocada pelo esgotamento do recurso natural, baseio-me no conhecimento acumulado pelas ciências naturais e ambientais no mundo. Trabalham com a certeza científica de que os recursos naturais do planeta são esgotáveis. Não são recursos infinitos, como se pensava nas décadas anteriores; pensávamos que poderíamos explorar o petróleo ou o gás natural indefinidamente, por exemplo.

Explorada há 144 anos, a produção mundial de petróleo é abastecida basicamente por poucas dezenas de supercampos gigantes de exploração. Pouco mais de vinte campos gigantes espalhados pelo Oriente Médio, Texas, Sibéria e México concentram cerca de 50% da produção mundial. Todos estão em fase de esgotamento, segundo alguns dados.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Vou concluir, Senador Gilvam Borges.

Alguns dados nos dizem que teríamos em torno de três trilhões de barris de petróleo em áreas conhecidas a serem exploradas. No período de 1970 a 1990, o planeta Terra teria consumido 600 bilhões de barris. Segundo outros estudos, em 2050 a produção de petróleo será um terço da produção atual.

Para os cientistas, ou se descobrem alguns novos campos gigantes de petróleo, ou a produção sofrerá grave crise a partir da década de 2030, daqui a cerca de oito copas do mundo, Senadora Serys Slhessa-renko. Está longe? Acho que não. Acontece que ninguém planeja desenvolvimento para perto. Planejamos para o longe, para o sempre, segundo o conceito da sustentabilidade.

O planejamento do desenvolvimento norte-americano logicamente não pressupõe sustentabilidade, mas pressupõe domínio e supremacia em longo prazo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Com prazer, ouço o aparte de V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a representa a bravura histórica retratada no seriado Amazônia, ao qual estamos assistindo. E V. Ex^a chamou a atenção de todos pela sua firmeza no Direito. Aliás, Abraham Lincoln dizia: “Caridade para todos, malícia para nenhum e firmeza no Direito”. Essa firmeza V. Ex^a mostrou desde o início, quando lhe fizeram passar por grande provação na Comissão de Ética. V. Ex^a demonstrou muita firmeza. Agora, V. Ex^a está expondo para o País sua visão de futuro, que é importante. Mais ainda, V. Ex^a revive a oposição de Rui Barbosa, advogado como V. Ex^a; de Joaquim Nabuco, advogado como V. Ex^a; de Afonso Arinos, advogado como V. Ex^a e também jurista. Graças a Deus, V. Ex^a está aqui. Representante do Governo neste plenário só a Senadora Serys, que é a melhor do Governo. Por isso, só S. Ex^a está aqui. Então, acredito nela, na mulher, na Serys, na professora. V. Ex^a dá uma contribuição grandiosa a este País. Estou temeroso. Este momento em que vivemos é falso, não é verdadeiro.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, apelo a V. Ex^a para que seja conciso em seu aparte. V. Ex^a terá oportunidade de se pronunciar posteriormente e, assim, também não gastará seu arsenal de considerações. Estarei na Presidência da Mesa e irei garantir o tempo necessário para que V. Ex^a continue espraçando suas idéias, apartando os oradores do Brasil afora. Então, peço que seja conciso, porque o Senador Geraldo Mesquita Júnior quer concluir o pronunciamento dele.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Vamos concluir. Está aqui a coluna de Anselmo Gois – atentai bem: “Sin oposición. Deu no espanhol El País: Lula sonha com um governo sem oposição (...)”. Isso é uma lástima! Oposição, ó Lula, foi a de Rui Barbosa, a de Joaquim Nabuco, a de Brossard, a de Mário Covas. E, agora, a oposição de Geraldo Mesquita nos leva ao mais sério trabalho de perspectiva do futuro de grandeza de nosso Brasil. Meus parabéns!

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concluo, disciplinadamente, como quer nosso querido Presidente Gilvam Borges.

Eu dizia que o planejamento norte-americano não pressupõe sustentabilidade, mas domínio e supremacia em longo prazo, para o sempre, nem que seja até o fim de todos, do tipo “explode tudo enquanto eu ainda posso mandar”.

Por que Bush veio aqui, Senador Gilvam Borges? Enquanto seus adversários Hugo Chávez, sentado no petróleo, e Evo Morales, sentado no gás, não querem saber de outra fonte energética, Bush já se deu conta do caos ambiental global a que sua sociedade consumista e egoísta, para não falar capitalista, está levando o planeta. E, por isso, ele está de olho e de narinas abertas às alternativas do petróleo, está de olho nas nossas alternativas, diga-se de passagem, farejando nosso álcool, como um belo cão de caça fareja sua caça.

Mas por que tanto faro sobre nosso álcool? Sabem quais são as três regiões do mundo que mais produzem álcool combustível? Primeiro, São Paulo; segundo, o Nordeste brasileiro; terceiro, os Estados Unidos da América. Dá para começar a entender por que Bush veio aqui.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Estou concluindo, Senador Gilvam Borges.

Nossa biodiversidade energética e nossa capacidade tecnológica e tradicional de lidar com ela estão quase fazendo Bush querer este País para ele, assim como ele quer o Iraque e o mundo.

Vou citar um pequeno exemplo para ilustrar o que estou querendo falar: só o babaçu, Senadora Serys, uma árvore de médio porte disseminada pela Amazônia, especialmente no Maranhão, é uma verdadeira bomba de energia. Se não é assim, vejamos: da amêndoa central do babaçu, extraímos o óleo que substitui o *diesel*, é o famoso *biodiesel*. Na outra camada do vegetal, que é celulose pura, deriva-se o supercarvão vegetal. Da terceira camada do fruto, que é o amido, fazemos simplesmente o substituto da gasolina, que é o álcool. Só com o babaçu, Senadora Serys, que cresce como mato na Amazônia, podemos desenvolver um complexo sistema energético alternativo, que pense e execute alternativa ao modelo e ao esgotamento do petróleo, sem falar na cana-de-açúcar, no girassol, no dendê etc.

Agora dá para entender melhor porque Bush veio farejar o álcool das mãos de Lula. O Brasil é campeão mundial de utilização da energia solar, fundamental para aproveitamento da biomassa, da qual fazemos combustíveis. Sem sol, não tem cana-de-açúcar nem babaçu. Por isso, o álcool norte-americano é feito de milho, com custo muito mais elevado de produção.

Estou trazendo aqui essas preocupações, que são compartilhadas por muitos brasileiros, cientistas, trabalhadores e estudantes. Quero deixar a mensagem de valorização da tecnologia nacional, de respeito ao meio ambiente, de construção de um país autodeterminado por seu povo e justo social e economicamente, Senadora Serys.

Senador Gilvam Borges, muito obrigado pela consideração.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, a Sra. Serys Slhessarenko, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Geraldo Mesquita brincava comigo há pouco, quando ele se dirigia à tribuna, dizendo que eu teria invertido a ordem de inscrição: eu, sendo a segunda, teria passado ele para segundo lugar, quando ele estava em primeiro. Sei que era brincadeira, mas acho que eu devia ter feito isso, Senador, porque o meu discurso é muito semelhante ao seu. Por isso conto ao Plenário a brincadeira que V. Ex^a fez comigo.

Antes de tratar da questão do etanol, eu gostaria aqui de fazer uma homenagem, pequena, singela, mas da maior importância do meu ponto de vista, a duas mulheres. Estou sempre buscando contar os feitos de mulheres pelo Brasil, porque realmente conhecemos, pela história, as nossas dificuldades e a nossa luta para a busca de qualquer conquista.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi com grande alegria que recebi a notícia da nomeação da Senadora Roseana Sarney para o posto de Líder do Governo no Congresso. A indicação não poderia vir em melhor hora: durante as comemorações do mês da mulher, mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, um marco na luta pela igualdade de gênero no Brasil e no mundo.

O Presidente Lula foi extremamente feliz ao indicar a nossa querida e respeitada colega Roseana para tão importante cargo. Tenho certeza de que a Liderança do Governo no Congresso é mais um passo em sua vitoriosa carreira política, sempre marcada pela competência e pelo respeito aos preceitos democráticos.

A Senadora Roseana Sarney é o nome certo para ocupar a Liderança do Governo. Possui em seu currículo nada menos que um mandato de Deputada Federal, dois de Governadora do belíssimo Estado do Maranhão e um como Senadora da República. Sr^{as} e Srs. Senadores, tamanha experiência política e administrativa, mais do que colocar a Senadora à altura da posição que ocupa, faz com que o cargo de Líder do Governo no Congresso cresça muito em importância.

Estou certa de que sua larga experiência como articuladora política será decisiva para seu sucesso como Líder. Sua grande capacidade de diálogo e o respeito que sempre teve às saudáveis divergências do jogo político farão da convivência entre os opostos uma permanente busca pelo acordo, sempre honrando a máxima de que a palavra dada é palavra cumprida.

A nomeação da Senadora Roseana é um passo importante rumo a uma maior participação das mulheres na política. Aqui no Senado, éramos nove Senadoras; agora somos dez. Pouco, muito pouco, ainda se levarmos em conta que nós, mulheres, somos a maioria da população brasileira. É preciso que ocupemos mais espaço! Não por sermos mulheres, vejam bem, mas por sermos competentes e podermos disputar no mesmo nível.

Senadoras Maria do Carmo, Lúcia Vânia, Patrícia Saboya Gomes, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, Marisa Serrano, Kátia Abreu e Rosalba Ciarlini, enfim, somos dez Senadoras. Nunca o Senado da República tinha atingido os dois dígitos em sua representação feminina. Pela primeira vez na história, irrompemos os dois

dígitos. Somos dez Senadoras. Faz a diferença, sim, com certeza.

O Senado tem feito história nesse sentido e queremos continuar trilhando e abrindo caminho para as próximas gerações. Vejamos alguns exemplos: nesse momento, no Senado, todas as Senadoras que aqui se encontram são as primeiras mulheres eleitas diretamente pelas urnas em seus Estados, sem esquecer a nossa querida Ana Júlia, que, após ser eleita a primeira Senadora, ainda venceu a disputa como primeira Governadora do Pará e da região Norte!

Eu gostaria ainda de dizer que, neste mês de março, nós temos trabalhado permanentemente junto à CAS, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya, e junto à CCJ, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Magalhães, que têm contribuído com a nossa luta, para que os projetos que lá se encontram para distribuição à Relatoria, execução da relatoria, discussão ou votação e que tratem da questão da mulher sejam colocados em pauta tanto da CCJ quanto na CAS.

Também apresentamos um requerimento ao Presidente Renan Calheiros para que, dentro das possibilidades, dos limites e das dificuldades que enfrentamos no plenário, se coloquem em votação alguns projetos que tratam de direitos da mulher e que estão prontos para votação.

Além dessas colocações, gostaria ainda de destacar a nomeação de uma mulher, a Dr^a Cláudia Lyra, a nossa carinhosamente chamada Claudinha, para um dos mais importantes cargos do Senado Federal: o de Secretária-Geral da Mesa. É uma honra, Cláudia Lyra, para as mulheres do Brasil tê-la nesse posto, não tenha dúvida. É um dos mais importantes cargos do Senado Federal o de Secretária-Geral da Mesa.

Ela não é a primeira mulher a ocupar esse posto, mas, sem dúvida alguma, estará e está à altura de suas predecessoras: a Dr^a Sarah Abrahão, que ocupou o cargo de 1972 a 1973 e de 1975 a 1980 e, até hoje, mesmo aposentada, é assessora da Secretaria-Geral da Mesa. Lembro ainda da Dr^a Sara Figueiredo, que ocupou o cargo de 1993 a 1995.

Funcionária de carreira desta Casa e profunda conhecedora do Regimento Interno e do processo legislativo. Para ser Secretária-Geral da Mesa, Cláudia Lyra realmente é muito preparada, muito competente e muito comprometida com as causas do Senado da nossa República. Cláudia Lyra é largamente reconhecida por sua competência, e tenho absoluta certeza de que deixará sua marca na Secretaria-Geral da Mesa do Senado.

Aproveito esta ocasião, em que enalteço a presença feminina da Senadora Roseana Sarney na Liderança do Governo, no Congresso, e da Sr^a Cláudia Lyra, na

Secretaria-Geral da Mesa do Senado, para fazer um pedido ao Senador Renan Calheiros: a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, criada por nosso Presidente Lula e tão bem chefiada atualmente pela Ministra Nilcéa Freire, está promovendo o Programa Pró-Equidade de Gênero, que tem por objetivo conscientizar e sensibilizar dirigentes de órgãos públicos e privados para que promovam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres dentro das organizações.

Aqui, abro um parêntese para dizer que, ontem, estive na Eletronorte, onde presenciei evento da maior envergadura. A empresa já tem o Selo Pró-Equidade de Gênero: o tratamento em absoluta igualdade de condições entre homens e mulheres. Lá, estavam Zezé Motta, o atual Presidente da Eletronorte e sua diretoria, em um auditório superlotado de homens e de mulheres, que discutiam questões da maior importância. Que todas as empresas deste País sigam esse exemplo.

Fiquei realmente encantada, Senadores Geraldo Mesquita, Mão Santa e Marco Maciel, que mais se aproximam de nós, ao ver como as coisas estão avançando em relação ao respeito à cidadania na Eletronorte.

Eu gostaria que todas as empresas conquistassem esse selo, especialmente as estatais – e não vamos mencionar as de iniciativa privada, apesar de elas também serem conclamadas a conquistar o Selo Pró-Equidade de Gênero.

Sei que a Petrobras já o conquistou, mas precisamos que ainda outras empresas busquem o Selo Pró-Equidade. Isso significa a conquista de direitos absolutamente iguais nas empresas, no que concerne ao respeito a homens e mulheres.

As entidades que aderirem ao Programa – continuando a minha fala, quando eu conclamava o nosso Presidente Renan Calheiros a ajudar nesse sentido – ganharão, como eu já disse, o Selo Pró-Equidade de Gênero 2008, um atributo de destaque e distinção da organização como entidade comprometida com a igualdade de gênero no mundo do trabalho.

Sendo assim, gostaria de pedir ao Presidente Renan que o Senado Federal venha a aderir a esse Programa e se torne exemplo para os demais órgãos públicos nacionais. Com toda certeza, seria mais uma grande iniciativa desta Casa que tanto se preocupa, contribuindo, assim, para o progresso da sociedade brasileira.

Quero deixar registrado, mais uma vez, que o Presidente Renan segue o mesmo caminho do Presidente anterior, o Senador José Sarney, no sentido de dar apoio a essa causa.

Abraçamos a causa da conquista dos direitos iguais para as mulheres do nosso País – e essa luta é muito maior. Realmente, temos de conquistar mais espaços. Tanto o Presidente Sarney quanto o Presidente Renan – os dois Presidentes que conheço e com os quais participo dos trabalhos desta Casa – têm dado a maior contribuição para essa causa.

Presidente Renan Calheiros, conclamo, em nome de todas as Senadoras e, com certeza, de todos os Senadores também, que o Senado da República conquiste, em 2008, o Selo Pró-Eqüidade de Gênero. É um programa que está causando alegria e satisfação às mulheres que o conhecem pelo mundo afora, não só no Brasil. Inclusive, no mês passado, quando estive em Washington, por ocasião do debate sobre mudanças climáticas, tive oportunidade de visitar a OEA. E, lá, acompanhada do nosso embaixador naquela organização, fui até a Embaixadora do Uruguai, que é quem preside, hoje, o Conselho Permanente da área social da OEA. Apresentamos a ela uma propositura: de que 2010 seja instituído o Ano Internacional da Mulher das Américas. Foi com muita alegria que a embaixadora do Uruguai recebeu a nossa propositura. A única discordância dela dizia respeito à data, pois ela queria que fosse em 2008. Nós, então, ponderamos que 2008 estava muito próximo e que precisávamos de tempo para elaborar uma proposta concreta para tratar dessa questão nas Américas. Chegamos a um meio termo: está mais ou menos definido – ela vai levar a proposta para o Conselho Permanente – que será em 2009 o Ano Internacional da Mulher das Américas. Se a data for aprovada pelo Conselho Permanente da OEA, será apresentada uma propositura de ações concretas pelo próprio Conselho da OEA, pelo grupo que cuidará dessa questão.

Eu diria que, há 100 anos, as mulheres percorriam as ruas para poder votar, para terem direito à instrução e direito de trabalhar fora. Cem anos depois, essas questões foram superadas, mas muita discriminação ainda existe, e ninguém tem dúvida disso. E nós, mulheres, que estamos conquistando o poder de forma muito lenta, muito lenta, temos de continuar batalhando, e batalhando muito, porque há muito a ser conquistado para honrar o sangue derramado, para honrar as lutas realizadas por mulheres há 100, 200, 300 anos.

Nesta semana, sob a Relatoria do Senador Demóstenes Torres, foi aprovado um projeto de grande interesse para homens e mulheres – mas eu diria que é ainda mais das mulheres: a guarda compartilhada dos filhos, independentemente do tipo de união anteriormente existente entre o casal.

Houve também aquela audiência pública da maior relevância, sob a Presidência da Senadora Patrícia

Saboya Gomes, em que se iniciou a discussão sobre o aumento do tempo da licença-maternidade para seis meses. Parece que algumas pessoas se arrepiam, Senador Geraldo Mesquita, ao se falar em seis meses de licença-maternidade! Mas, há alguns anos, não havia nem 15 dias de licença-maternidade; e, hoje, temos quatro meses.

Por que, em países mundo afora, concede-se uma licença de um ano, e nós não podemos começar a discutir seis meses de licença? É a saúde; é o bem-estar; é a vida das nossas crianças que está em jogo. A licença de seis meses é importante, sim, e a discussão precisa existir. A ampliação desse prazo é extremamente importante, no meu ponto de vista, para a saúde, para o bem-estar e para o cuidado dos nossos bebês e das nossas crianças.

Eu disse que faria um discurso sobre etanol, quase igual ao de V. Ex^a, Senador, semelhante! Mas, por causa do tempo, acredito que isso não será possível.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)
– V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)
– V. Ex^a, de fato, está falando sobre energia em outro contexto. Quero me somar a V. Ex^a na homenagem que presta tanto à Senadora Roseana, do nosso Partido, valorosa companheira que assumiu a Liderança do Governo no Congresso Nacional...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Primeira mulher que assume o posto.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)
– (...) quanto na homenagem que V. Ex^a presta – e devemos prestá-la aqui permanentemente – à Dr^a Cláudia Lyra, essa brilhante funcionária do Senado Federal, que, há anos, presta relevantes serviços à Casa e, hoje, assume posição de destaque à frente da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal. Quero me associar também à sua luta, para que o Senado adira ao programa pró-eqüidade de gênero e que, muito em breve, faça jus ao Selo Pró-Eqüidade. Senadora, a participação da mulher no Congresso Nacional é um fato, não apenas pela sua inteligência, mas também pela sua sensibilidade junto a questões sociais. Senadora Serys Slhessarenko, ainda precisamos avançar muito em busca da justiça social em nosso País. As mulheres têm dado exemplo no Congresso Nacional, pois, por terem uma maior sensibilidade, têm apresentado projetos de fundamental importância que tramitam nesta Casa. Cito, como exemplo, o projeto de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que permite a figura do acompanhante junto à parturiente quando do parto, portanto, algo que humaniza um dos mais belos momentos da vida.

Temos também o projeto que institui a brinquedoteca nos hospitais pediátricos, de autoria da Deputada Erundina; temos o da extensão da creche para as crianças de zero a seis anos, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que tanto brigou para conseguir sua aprovação; temos também o projeto mencionado por V. Ex^a há pouco, que está em tramitação, portanto, em fase de discussão, que estende o prazo de licença maternidade para a amamentação. Enfim, são proposições de extrema sensibilidade que, creio, somente as mulheres, que têm o dom de dar à luz, que têm a gestão da vida no nosso planeta, podem inclinar-se a propô-los, sinalizando para nós, homens, os rumos para os quais nem sempre temos toda essa sensibilidade. Entendo justíssima a luta que V. Ex^a empalma. Nós, no Senado, precisamos avançar, precisamos estabelecer que um terço desta Casa seja, constitucionalmente, constituído de mulheres. Avancemos sempre, sem prejuízo de que possa ser um dia constituído por mulheres na sua totalidade. Parabéns pela luta! V. Ex^a tem em mim, no Senador Mão Santa, no Senador Marco Maciel, enfim, em todos nós, companheiros nessa bela luta, luta que contribuirá, decisivamente, para que avancemos no processo de justiça social neste País.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Concedo o aparte ao Senador Mão Santa, pedindo a S. Ex^a que seja breve.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Serys Slhessarenko, embora o Senador Geraldo Mesquita tenha feito um grande pronunciamento sobre fontes de energia, V. Ex^a se refere a uma energia maior: a mulher. É a mulher que impulsiona a vida, e V. Ex^a é o exemplo maior disso. V. Ex^a está aí: mãe, professora, mulher vitoriosa. V. Ex^a chegou a esta Casa vencendo um dos homens mais dignos da política, o homem das Diretas Já, o Dante de Oliveira. Um quadro vale por dez mil palavras. Senadora, a mulher é vitoriosa, e V. Ex^a demonstrou isso. Lá em casa quem manda, todos sabem, é a mulher. Aliás, faço até uma brincadeira ao perguntar: “Você conhece a artista Madona? Pois é; lá em casa, eu tenho uma mandona”. Eu obedeço e estou feliz.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senador Mão Santa, essa história de quem manda em casa é a mulher não nos convence de jeito nenhum! Queremos nossos direitos bem concretos e plausíveis.

Sr. Presidente, peço-lhe um minuto a mais para encerrar a minha fala. Antes, porém, quero dizer que, em outra oportunidade, falarei sobre o etanol e o biocombustível.

Realmente, Senador Geraldo Mesquita, a colocação feita por V. Ex^a é verdadeira: na política, temos

a lei de cotas, pela qual 30% das vagas são destinadas a candidatura femininas. Contudo, na realidade – e disso sabe muito bem a Senadora Maria do Carmo –, na hora do “vamos ver”, as mulheres ficam de lado nas eleições.

Sr. Presidente, buscamos espaço em todas as instâncias de poder: na Mesa do Congresso, na Mesa do Senado e na Mesa da Câmara. Queremos espaço, sim; mesmo que não tenhamos os 30% ocupados, queremos um mínimo de representação.

Concedo um rápido aparte ao Senador Marco Maciel, que muito nos honra. Desculpe-me, Senador, pelo adjetivo “rápido”. É que o Presidente já sinaliza para que eu cumpra o tempo. S. Ex^a está coberto de razão.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – A honra é toda minha, nobre Senadora Serys. Desejo, de, em rapidíssimas palavras, associar-me às manifestações feitas por V. Ex^a e pelos Senadores Geraldo Mesquita e Mão Santa quanto à escolha da Dr^a Cláudia Lyra para ser a Secretária-Geral da Mesa. Quero subscrever também as referências elogiosas que V. Ex^a fez ao desempenho da Dr^a Cláudia Lyra na Casa. Tenho a certeza de que, com ela, daremos continuidade ao trabalho feito nas Legislaturas passada e nesta pelo Dr. Raimundo Carreiro, agora investido nas funções de Ministro do Tribunal de Contas da União. Quero apresentar – como V. Ex^a já o fez – à Dr^a Cláudia Lyra os votos de continuado êxito no exercício de suas funções.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Agradeço o aparte a V. Ex^a.

Sr. Presidente, repito: queremos, sim, um espaço nas Mesas Diretoras do Congresso Nacional, independentemente da coloração partidária. Precisamos ter mulheres nessas representações, porque não há uma sequer, mesmo que na suplência, seja na Câmara ou no Senado.

Vamos buscar esse espaço, sim! Quando digo “nós”, refiro-me à bancada feminina do Senador Federal. Vamos lutar por esse espaço, com certeza.

Por fim, saúdo a Dr^a Cláudia Lyra, e o faço com muita alegria, por saber de sua competência e de seu compromisso. Saúdo a Senadora Roseana Sarney por essa nova função que desempenhará. Realmente, estou certa de que S. Ex^a desempenhará suas atividades com a desenvoltura, o compromisso e a competência que lhe são peculiares no campo da articulação. S. Ex^a é a primeira mulher na história do Congresso Nacional a ocupar a função de Líder do Governo. S. Ex^a é a primeira mulher a ter essa função na História do Brasil. Isto faz história. Isto tem de ser considerado e tem de ser registrado, por que conquistado passo a passo.

Sr. Presidente, nós, mulheres, temos conquistado espaços com pequenos, lentos e vagarosos passos. Conquistar uma Liderança de Governo no Congresso Nacional, no Brasil, é realmente um mérito extremamente significativo. Estou certa de que S. Ex^a, com competência e compromisso, desempenhará com galhardia essa função.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel. Em seguida, falará o Senador Arthur Virgílio, pela Liderança.

Senador Marco Maciel, V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Gilvam Borges, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna registrar evento, a meu ver, de grande densidade histórica. Refiro-me ao transcurso, no próximo domingo, do 50º aniversário da União Européia, talvez o primeiro e mais bem-sucedido projeto de integração regional.

É lógico que o êxito da União Européia não foi obtido senão depois de muitos e reiterados esforços de grandes líderes de países importantes da Europa. É bom lembrar o primeiro passo, ainda no início da década de 50, com a Comunidade do Carvão e do Aço e, posteriormente, o passo maior que se deu, em 1957, com o chamado Tratado de Roma, reunindo os seis primeiros integrantes, ou seja, Alemanha, Bélgica, França, Holanda ou Países Baixos, Itália e Luxemburgo. Por trás de uma grande idéia, há sempre grandes homens. Não podemos deixar de mencionar figuras como Jean Monnet, por exemplo, internacionalista pragmático, e Robert Schumann, conhecido como “Pai da Europa” – em virtude de seu discurso, no dia 9 de maio, essa data se converteu no Dia da Europa. Também não podemos nos esquecer da presença de líderes alemães à época, como Konrad Adenauer e Ludwig Erhard.

Não se deve deixar de mencionar a figura excepcional de pensador, político e estadista italiano que foi Alcide de Gasperi, que tinha uma visão muito dilatada dos problemas mundiais e foi grande formulador no campo da ciência política. É dele uma frase lapidar, de que “o democrata tem idéias, mas não necessariamente ideologia”. Com isso ele queria dizer que democracia é, sobretudo, pluralismo e, conseqüentemente o democrata deve estar aberto à controvérsia, ao diálogo e, por esse caminho, chegar ao consenso.

Sr. Presidente, a União Européia, como agora se chama, celebra seus 50 anos com 27 membros integrando a referida comunidade. Três outros se creden-

ciam ao ingresso na referida instituição: a Croácia, a Macedônia e a Turquia, sendo que o último ainda não conseguiu satisfazer as exigências, inclusive pela questão de Chipre. O ingresso da Turquia tem inteira procedência, provoca também grande polêmica pelo fato de abrir a discussão sobre o que são a Europa e quais seus limites geográficos, porque a Turquia é basicamente um país asiático, se assim posso dizer, já que de 92% a 93% de seu território estão situados na Ásia, e apenas 7% a 8% se encontram em território europeu. Se isso vier a acontecer, a União Européia estará, dentro de pouco tempo, com 30 Estados-membros.

Ao longo de sua existência a União Européia obteve grandes conquistas. Uma que eu não posso deixar de salientar é o fato do avanço da institucionalização. É importante ter presente que não basta existir uma boa idéia, é necessário fazer com que se persevere na sua materialização. E para tal fim é fundamental a existência de instituições. Porque, como sabemos, os homens passam – esses grandes líderes da União Européia já morreram –, mas as instituições ficam. Elas são essenciais para que possamos avançar na melhoria dos mecanismos de seu funcionamento. Gostaria de lembrar que a União Européia, ao longo do tempo, avançou em institucionalidade. E é notável que conseguiu fazer com que a paz, ao final, se alojasse na Europa. Porque, todos sabemos, a Europa foi palco e vítima também de duas grandes guerras mundiais do século passado: a Primeira Grande Guerra Mundial, da qual surgiu como idéia generosa a Sociedade das Nações, que não se consolidou; e, depois, a Segunda Grande Guerra Mundial, que também levou à criação da ONU, organismo que teve mais sucesso, ou mais êxito, do que a Sociedade das Nações, mas que também sofre momentos de debilidade, pois sofre com a impossibilidade de mediar os grandes conflitos internacionais. Algo, porém, é certo: a Europa vive, há muitos e muitos anos, tempos de paz entre seus países-membros.

Vale destacar esse fato porque, no passado, os países que hoje integram essa união viveram momentos de muitas tensões e de guerras entre eles, sobretudo no caso da Segunda Grande Guerra Mundial, marcada por ideologias extremamente radicais, como o nazismo, o fascismo, etc., e que deixaram, infelizmente, marcas visíveis no território europeu. A razão da União Européia se consolidar resulta, a meu ver, na circunstância de haver criado mecanismos compatíveis com as necessidades de um autêntico processo de integração.

Sem querer me alongar muito, gostaria de lembrar três instituições: primeiro, o Parlamento Europeu, em que se pratica o voto direto entre seus países-mem-

bro, algo relevante, porque, como disse certa feita Renan, “o Parlamento é a palavra de uma nação” e os representantes que se reúnem no Parlamento Europeu são líderes que expressam os sentimentos dos diferentes Estados-membros da União Européia. Não podemos deixar também de registrar o fato de haver um Conselho Diretor da União Européia, que funciona como órgão executivo. Por fim, exalto como muito significativo a criação do Tribunal da Justiça da União Européia, que se reúne com habitualidade e que muito tem concorrido para resolver pendências entre diferentes entes da associação.

Não poderia deixar de dar uma palavra sobre uma grande vitória da União Européia, que é a implantação de uma moeda única. É lógico que nem todos os membros da União Européia aderiram ao euro, mas ninguém pode deixar de reconhecer que foi uma grande vitória. Há algum tempo, seria impensável ver a Alemanha abrir mão do marco, a França abrir mão do franco ou a Itália abrir mão da sua lira, se não fosse um trabalho persistente de formulação de políticas macroeconômicas. O euro é uma iniciativa que podemos dizer, vitoriosa. Depois do dólar, é a segunda moeda de reserva no mundo, e tem, em termos relativos, obtido nos últimos anos um desempenho melhor do que o do próprio dólar. Portanto, exhibe o êxito da União Européia.

Sr. Presidente, entre os fatos que merecem reflexão, é a circunstância de vivermos tempos caracterizados pela globalização.

Espero que esse processo redunde na consolidação de um mundo que cultue os mesmos valores indispensáveis à convivência: à paz, à justiça, à liberdade, à tolerância. Mas também é importante que extraiamos como uma das conclusões desse processo de mundialização é a necessidade de associações regionais como a União Européia sejam implantadas em outros sítios do nosso planeta.

Vale inspirar-se nas idéias que moveram figuras como Jean Monnet, de Gasperi, Schuman, Adenauer, Erhard, Paul Henri Spaak, um dos formuladores do Benelux, conhecido como Mr. Europa, também um grande negociador, para que essas idéias vicejem em outras partes do mundo. Daí a minha preocupação com a questão do Mercosul, Sr. Presidente. O Mercosul nasceu sob bons auspícios, e não podemos deixar de mencionar que respondia a um destino histórico dos países que são seus membros fundadores: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Rio Branco, que teve a oportunidade de ser Ministro das Relações Exteriores durante dez anos consecutivos, de 1902 a 1912

– posso estar enganado –, inovou muito na política externa brasileira. Ele é, penso, um dos pais da política externa brasileira; deixou alguns paradigmas claros, que a orientam ainda hoje. Um deles, certamente, foi a atenção ao Prata.

O Mercosul surgiu sob esses bons propósitos. O documento inicial foi assinado em Foz de Iguaçu, ao tempo em que era Presidente da República o Senador José Sarney e Presidente da República da Argentina, Raúl Alfonsín. O Mercosul se consolida com o Tratado de Assunção, em 1991, época em que era Presidente do Brasil Fernando Collor, e, em 1º de janeiro de 1995, cria-se uma zona livre de comércio que posteriormente avançou no sentido de se estabelecer uma tarifa externa comum, a TEC, que busca promover o avanço no processo de enlace, especialmente, no plano comercial.

Vale lembrar que, em 1994, com a presença do Presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, e do então Presidente da República Itamar Franco, em Ouro Preto, ocorreu a reunião do Mercosul que criou o seu Tribunal Arbitral. Sou autor da lei que dispõe sobre arbitragem comercial em nosso País. Como sabemos, a arbitragem é um instituto que já figura, há muito tempo, em nosso ordenamento jurídico, desde a Constituição do Império, em 1824. Aliás, a Constituição do Império, de 1824, promulgada em 25 março, coincidentemente também em 25 de março é a fundação da União Européia. Pois bem, a arbitragem cogitada na Constituição de 1824 e em sucessivos diplomas legais posteriores, mas nós nunca assimilamos integralmente esse instituto.

Finalmente, conseguimos aprovar a Lei nº 9.307, que completou dez anos de vigência no ano passado. Foi muito positivo o fato de o Mercosul instituir também um Tribunal Arbitral, porque, nesses tempos de globalização é fundamental que se criem mecanismos rápidos, ágeis, de solução de controvérsias, sobretudo aquelas que envolvem cidadãos e países distintos.

Então, neste momento, vemos o quanto é importante que tenhamos uma corte de arbitragem do Mercosul, que possa dilucidar, dirimir *diferendos*.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, V. Exª me permite um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Ouço, com prazer, o nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Todo o País sabe que V. Exª é um dos melhores nomes da democracia de hoje. E todo o País espera que, com a experiência de V. Exª, tenhamos uma reforma política. Agora, quanto ao mundo europeu, todos nós sabemos de exem-

plos, tal como o apoio que os países fortes deram aos mais fracos como Portugal. Mas entendo – e chamo a atenção de V. Ex^a para isso – que o Mercosul está errando. Diante de V. Ex^a, veio-me à mente Joaquim Nabuco, que saiu daqui derrotado. Oposição – atentai bem! – que ele chegou a chamar de solitária, tentando defender os escravos. Não conseguiu nem ser reeleito, mas foi laureado em Londres, em Paris, em Lisboa e fez a maior festa, quando o Ceará libertou os primeiros escravos. Mas ele dizia, já naquela época, que o Chile era mais civilizado. Naquela época! Então, é isto que ocorre: o Mercosul deve curvar-se a essa capacidade que o chileno teve de educar-se. Hoje há lei feita pelo último Presidente, Ricardo Lago, ó, Senador Gilvam Borges, que obriga o chileno a ter doze anos de educação – eram oito – e a falar duas línguas.

Então, quero crer que V. Ex^a, que tem liderado esses movimentos todos, passará esta mensagem: a de que o nosso pernambucano Joaquim Nabuco já reconhecia essa primazia educacional. Essa idéia deve incorporar-se ao Mercosul, que só ganhará força, quando houver uma valorização do saber. Parabéns. V. Ex^a, para nós, nordestinos, revive a grandeza de Joaquim Nabuco.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado a V. Ex^a.

V. Ex^a é generoso, porque somos ambos nordestinos. Já que V. Ex^a o citou Joaquim Nabuco, recordo que ele tem um livro que trata do Chile, intitulado *Balmaceda*. Ele era um estadista atento às questões internas e internacionais. Foi Embaixador do Brasil na Inglaterra e nos Estados Unidos, e participou, como advogado brasileiro, na definição dos nossos limites com a Guiana, que chamávamos antigamente de Guiana Inglesa. Foi parceiro de Rio Branco em alguns empreendimentos de sucesso. No caso da Guiana, não fomos bem-sucedidos, um dos poucos casos em que não obtivemos bom êxito no uso do instituto da arbitragem, mas não podemos deixar o notável homem público, o pernambucano Joaquim Nabuco.

Sr. Presidente, o Mercosul tem, além dos quatro Estados fundadores, mais um membro pleno, a Venezuela, que não pertence à bacia do Prata, outros na condição de associados: a Bolívia, que entrou em 1996, o Chile, o Peru, a Colômbia e o Equador, e possui um Estado observador, o México.

O México inclusive participou de reunião, ocorreu no ano 2000 – à época, eu era Vice-Presidente da República, e o Presidente da República, Presidente Fernando Henrique Cardoso –, de todos os Chefes de Estado e Chefes de Governo da América do Sul. Ela

foi a primeira a se realizar em toda a nossa história, e a reputo expressiva, porque, já que estamos falando em integração regional, de que a União Européia é excelente modelo, não podemos omitir quanto seria importante que nós, na América do Sul conseguíssemos ter uma organização semelhante à União Européia, reunindo os doze países que compõem a América Meridional. Isso seria um avanço muito grande, porque ajudaria a dar maior verberação aos países da região nos seus enlances com a União Européia e com o Nafta – também é bom lembrar que, na América do Norte, já se constituiu instituição semelhante, integrada pelo Canadá, Estados Unidos e México. Na medida em que nos associarmos na América do Sul, isso criaria melhores condições para aumentar a presença do Brasil no comércio internacional e, igualmente, na interlocução nos campos político, social e cultural.

Encerrando minhas palavras, aproveito a ocasião para dizer que não podemos deixar passar sem um registro, no Senado Federal, os 50 anos da União Européia, fazendo votos para que ela continue a avançar no seu processo integrativo, que, aliás, sofreu um percalço, porque a nova Constituição, que era um modelo de constituir um Estado Federal Europeu, não foi aprovada. Foi certamente o seu maior insucesso. Aliás, o projeto da Constituição foi coordenado pelo ex-Presidente da França Giscard d'Estaing.

Espero que mais adiante o projeto esteja reestudado e aceito. E, se isso acontecer, a União Européia dará ao mundo um exemplo muito importante no sentido de integração, de políticas macroeconômicas, ensejando condições de um desenvolvimento mais homogêneo sob a égide da justiça, da liberdade e da paz.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a, como sempre, engrandece e substancia esta augusta Casa com um pronunciamento continental, com a avaliação de temas importantes para o Brasil.

Antes de conceder a palavra ao próximo orador, quero registrar a presença de dois ilustres amapaenses, o Dr. Goró e o Dr. Airan, que prestigiam a sessão desta sexta-feira no Senado Federal.

Senador Arthur Virgílio, tem V. Ex^a a palavra, como Líder, por cinco minutos; se houver necessidade, faça um sinal que esta Mesa estará pronta para...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Sr. Presidente. Como estou inscrito também como orador, tenho três tópicos e eles não tomarão os vinte minutos que eu teria como orador; eu falaria tudo,

quem sabe, em metade desse tempo a que eu teria direito como orador.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a, então, fique à vontade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, abordo, na manhã desta sexta-feira, três temas que julgo relevantes para o meu Estado, para a minha região e para o meu País.

O primeiro deles diz respeito ao que se chama de guerra fiscal entre o Estado de São Paulo e o Estado do Amazonas. A guerra fiscal tem prosperado, infelizmente, entre os Estados brasileiros, e eu passo, de maneira muito cuidadosa, mas muito firme, a colocar a minha opinião diante de momentosa questão que tem separado as opiniões dos dois Estados.

Há, neste momento, motivos de apreensão pairando sobre o meu Estado, o Amazonas. É apreensão justificada, diante de ameaça que pode significar mais um golpe em desfavor das áreas menos desenvolvidas do Brasil. Mais diretamente: um golpe em algo de muito bom que vem sendo feito para reduzir as desigualdades regionais no País.

Há, também – e confio mais nisto – motivos para acreditar que essa ameaça de enfraquecimento do Pólo Industrial de Manaus não haverá de prosperar.

Que proposta seria essa, Sr. Presidente? Ela está na página 1 do caderno “Empresas” do jornal *Valor Econômico*, edição recente:

(...) Pediram à rival que apóie um possível acordo a ser traçado com o Governo Estadual (de São Paulo), a fim de que haja uma prorrogação do prazo para a entrada em vigor da Resolução Administrativa que determina a elevação de 12% para 18% de ICMS sobre a venda de monitores para computadores provenientes de outros Estados.

Reluto em acreditar que esse plano se concretize e se transforme em trama contra Estados menos desenvolvidos, no caso, contra o Amazonas, contra o Pólo Industrial de Manaus, contra a Amazônia e contra a Região Norte.

Reluto mesmo! E ficaria por aqui, sem avançar. Mas está publicado, no mesmo *Valor Econômico*, o roteiro dos passos que se voltam contra aquelas áreas!

Diz o jornal:

(...) com isso, a Samsung teria tempo para transferir a sua produção, que hoje fica em Manaus (AM) para a unidade industrial de Campinas (SP) e se beneficiar da medida paulista.

Também reluto em acreditar que possa haver essa despropositada medida paulista. Reluto, por acreditar na seriedade do meu prezado amigo e companheiro de Partido o Governador José Serra. Não tenho motivos para nele não acreditar. Tenho conversado com o Governador Serra e dele ouço palavras que desautorizam a idéia de que seu Governo consentiria um golpe contra a Região Norte do Brasil.

Serra foi meu candidato à Presidência da República e nada há em sua retilínea conduta que me autorize a concluir que possa encampar uma idéia inteiramente contrária aos esforços para reduzir desigualdades regionais no Brasil.

Se trago o assunto a este Plenário não é por qualquer dúvida quanto à palavra a mim empenhada pelo Governador, quanto a jamais concordar com golpes dessa natureza.

De parte do diretor de relações institucionais da LG, Sr. Dílson Suplicy Funaro, o jornal *Valor Econômico* reproduz o que seriam declarações desse empresário:

(...) O diretor de relações institucionais da LG, Dílson Suplicy Funaro, (...) não quis comentar o que se discutiu na Fiesp. Apenas defendeu a elevação do ICMS, que iria beneficiar a empresa instalada em Taubaté (SP)...(...) Funaro admitiu que partiu da LG o pedido da LG ao Governo Estadual, ainda na gestão Cláudio Lembo, de um novo benefício fiscal que a tornasse mais competitiva em relação às suas concorrentes, principalmente àquelas instaladas na Zona Franca.

É ainda do jornal este novo trecho da matéria:

(...) Hoje, segundo contas do próprio Funaro, São Paulo está 3,5% mais competitivo em seu conjunto de incentivos fiscais na venda de monitores, se comparado à Zona Franca. Esta vantagem veio da revogação da alíquota fiscal de 12% para monitores vendidos em São Paulo oriundos de outros Estados, por meio da Resolução nº 46, da Fazenda paulista, de 29 de dezembro de 2006, com efeito a partir de 1º de abril.

E, a seguir, a explicação para um autêntico pulo do gato nas trevas da noite:

Leio novamente o jornal *Valor Econômico*:

(...) As concorrentes da Zona Franca, entre elas a Samsung e a AOC, se apressaram [na verdade eu tornaria a redação mais precisa: as concorrentes da LG sediadas na Zona Franca de Manaus se apressaram] em negociar (está escrito com letras bem legíveis) com o Governo paulista, para que a medida fosse revista. Com isso evitariam que, a partir de abril, a alíquota para o consumidor final fosse de 18%, o que forçaria um reajuste de preços.

Em novo trecho, prossigo com a informação do jornal *Valor Econômico*:

(...) As negociações (sic) com o Governo José Serra ainda não terminaram e podem tomar novo rumo se a Samsung levar adiante a proposta de transferir sua produção sob a condição de que o Governo retarde a entrada em vigor da Resolução em alguns meses.

Não acredito que se discuta fora do Governo do meu candidato de 2002, José Serra, aquele que eu quis apoiar, tendo sido voto vencido, nas disputas internas do Partido – eu quis apoiá-lo em 2006 –, não acredito que se discuta fora do Governo Serra o que é exclusivo do Governo Serra. Não acredito mesmo! Recuso-me a acreditar.

Sr^{as} e Srs. Senadores, reafirmo que não posso crer que esse plano arquitetado contra o Pólo Industrial de Manaus venha a ter êxito. Expliquei longamente ao Governador Serra que o Pólo Industrial de Manaus é vital para a economia da Amazônia e contribui fortemente para a redução das desigualdades regionais. Sem contar o fato ecológico: ele mantém, esse Pólo, 98% da cobertura florestal do Amazonas intocados.

A palavra sempre séria do Governador tucano deixou-me menos intranquilo. Mais do que importante para o Amazonas, para a Amazônia, para a Região Norte, o Pólo Industrial de Manaus é essencial para o Brasil.

Manifesto, mais uma vez, a minha total confiança no bom senso e na sensibilidade do Governador. Ele, mais do que ninguém, sabe que eu estaria ao lado do povo do Amazonas em qualquer circunstância de minha vida pública. Se eu não for leal ao Amazonas, não serei leal a mais nada ou a mais ninguém. E sou basicamente leal, sim, porque essa lealdade começa no compromisso inarredável com a minha gente.

As conversas, Sr. Presidente, evoluíram para a possibilidade de um adiamento da entrada em vigor dessa portaria que eleva a alíquota para ingresso de monitores em São Paulo de 12% para 18%. Quando falo em monitores, leia-se que eu também aspiro a uma solução para os telefones celulares, que sofrem discriminação parecida – e com uma situação grave: a empresa Nokia ameaça levar esse caso à OMC, o que não seria bom para São Paulo, para o Brasil, para o meu Estado. Claro que não seria bom para ninguém!

Mas vou aqui argumentar. Tenho profundo respeito pelo trabalho que o atual Governador José Serra fez, como Ministro do Planejamento, pela Zona Franca de Manaus. Primeiro, ele moralizou a Suframa: acabou o lamaçal, acabaram as negociatas que proliferavam naquela autarquia. Quando se viu o escândalo da Sudam, a Suframa passou ao largo de tudo aquilo que foi revelado de apodrecido dentro daquela autarquia. Segundo, lançou as bases para as vigorosas exportações de hoje. Terceiro, expandiu para o seu Estado, o Amapá, Sr. Presidente, e para o restante da Amazônia ocidental – o seu Estado fica na banda oriental –, de maneira organizada, a distribuição criteriosa de recursos públicos obtidos pela Suframa, cobrando esses preços públicos das empresas sediadas no distrito industrial.

Então, há muito serviço prestado àquela região, mas a idéia de se adiar por 60 dias ou por 90 dias a entrada em vigor da medida que está prevista para vigor a partir de 1º de abril, decididamente, não resolve em nada as dúvidas do meu Estado. Tenho outra proposta a fazer ao Governador José Serra e ao meu eminente amigo, figura que era o superintendente da Suframa, responsável pela moralização daquele órgão, Dr. Mauro Ricardo Costa. Tenho uma proposta muito clara a fazer: em vez de adiar, suspender a medida, para se formar uma comissão envolvendo Governo de São Paulo, Suframa e Governo do Estado do Amazonas. Essa é uma posição conjunta, minha e do Governador do Estado do Amazonas.

Portanto, falo neste momento – acredito eu – pelo Estado do Amazonas como um todo. Em vez de se adiar, que se suspenda a medida pelo prazo necessário para se chegar a um acordo, e o acordo seria manter quem está em São Paulo em São Paulo e manter quem está no Amazonas no Amazonas, jamais se tirando do Amazonas algo que o Amazonas conquistou com muito sacrifício, com muito suor, com muito esforço, com muita competência.

Eu digo, de maneira bastante prática, bastante pragmática, as razões por que não considero boa a

idéia de se adiar a entrada em vigor da medida. Eu gostaria mesmo de ver é o cancelamento da medida e o retorno ao *status quo* anterior. A alteração nos níveis do crédito outorgado para as empresas de São Paulo, visando a equilibrar a competitividade em relação às empresas de Manaus, seria uma opção frágil, porque resolveria apenas momentaneamente a questão. Não garantiria a solução definitiva. Eu volto a dizer: nada dessa solução frágil! O ideal seria cancelarmos a medida e, se não é assim, que se suspenda a entrada em vigor da medida até nós – Governo do Amazonas e Governo de São Paulo – podermos encontrar a solução que possibilite manter quem está em São Paulo em São Paulo e manter quem está no Amazonas no Amazonas.

A prorrogação da data para início da vigência das medidas não resolverá em nada; apenas estenderá a instabilidade mercadológica das empresas e sinalizará a dificuldade de se retomar a situação anterior.

Com essa medida, há um único efeito provável. Aí, faço um alerta ao Governador José Serra e ao Secretário Mauro Ricardo Costa, duas figuras em quem confio cega e plenamente e, portanto, sei da boa-fé de ambos. Porém, não confio em boa-fé de empresa, pois empresa visa ao seu lucro e não a coisa alguma a não ser o seu lucro. Sou a favor de se estimularem empresas a produzir, mas sempre procurando defender os interesses do meu Estado. Esse é o meu papel. Então, alerta ambos para o fato de que o adiamento da entrada em vigor da decisão poderá mesmo é dar tempo para que certas empresas, hoje instaladas em Manaus, estimulem-se a pensar em sair.

Digo mais: se essa providência, ou o cancelamento definitivo da medida, voltando-se ao *status quo ante*, ou, quando nada, a suspensão da medida para se discutir do zero a solução definitiva para São Paulo e para o Amazonas, não sair nas próximas horas, nos próximos momentos, nos próximos dias, os efeitos dessa medida danosa ao meu Estado se tornarão irreversíveis, independentemente de qualquer tentativa outra e posterior de se consertar a situação.

Reitero, portanto, em nome do meu Estado, que estamos dispostos a participar de um debate elevado, que efetivamente coloque as cartas na mesa com sinceridade. Não posso aceitar a proposta de adiar, marcando-se a data para a entrada em vigor: em vez de 1º de abril, seria 1º de junho, por exemplo. Não posso aceitar.

Proponho ou o retorno, puro e simples, ao *status quo ante*, ou, quando nada, a suspensão da medida *sine die*, para que algo a substitua quando os Governos do Amazonas e de São Paulo chegarem a um acordo, porque, por enquanto, as empresas com sede no Amazonas estão perdendo mercado; por enquanto, o Amazonas está sendo prejudicado. Temo que, se passarmos de certo *deadline*, não teremos como consertar a situação, ainda que as melhores intenções possam povoar a cabeça de todos os três segmentos do Amazonas ou de São Paulo envolvidos na questão, porque se tornará irreversível o prejuízo para a economia do meu Estado.

Sr. Presidente, passo ao segundo tema de maneira bem breve. Registro que, no dia de ontem, 22 de março, participei do lançamento da Frente Parlamentar Mista “Amazônia para Sempre”, criada com a intenção de garantir a preservação e o desenvolvimento equilibrado da região.

A frente parlamentar, suprapartidária, irá discutir políticas públicas que possam garantir um desenvolvimento sustentável que atenda às necessidades de cada Estado, Município e localidade.

A região amazônica é foco de discussão há algum tempo. Não é de hoje que nos preocupamos com a ameaça do desmatamento, a biopirataria, a entrada de estrangeiros sem compromisso com o País para explorar as riquezas da região, o aquecimento global. Enfim, precisamos melhor debater os rumos que queremos dar para essa nossa imensa riqueza natural, porque a Amazônia é o maior banco genético do planeta; lá estão um quinto da água doce disponível e um terço das florestas tropicais do mundo, além das riquezas incalculáveis do seu subsolo.

Portanto, a criação da Frente Parlamentar irá permitir que os debates sobre a região estejam sempre presentes no Congresso Nacional, que servirá de caixa de ressonância para os anseios da população não só da Amazônia, mas do País.

Para finalizar, destaco que foram muitas as pessoas que participaram dessa iniciativa: homens e mulheres do Parlamento, artistas, intelectuais, religiosos, figuras que homenageio, citando as Deputadas Rebecca Garcia, Vanessa Grazziotin e Perpétua Almeida.

Peço, Sr. Presidente, que constem dos Anais da Casa o Manifesto de lançamento da Frente e a Carta Aberta de Artistas Brasileiros sobre a Devastação da Amazônia.

Sr. Presidente, o terceiro tópico – este é eminentemente nacional – é sobre a nova metodologia de cálculo

do PIB. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, na última quarta-feira, dia 21, publicou os novos números do Produto Interno Bruto brasileiro, baseados em nova metodologia de cálculo que, teoricamente, incorpora uma série de dados e informações relevantes que, até então, não eram considerados.

Não pretendo, pelo menos neste momento, discutir os novos critérios técnicos adotados para o cálculo do PIB. No entanto, registro que, em relação à série antiga, a principal mudança refere-se ao aumento da participação dos serviços, de 56,3% para 66,7%, e a redução do valor agregado da agropecuária e da indústria, tanto em termos relativos (2,1 e 8,4 pontos percentuais), como em termos absolutos, superior a 20%. Ou seja, os novos números do PIB dão mais importância ao consumo – aí, destacam-se os crescentes gastos do Governo – do que ao investimento. O novo PIB, então, “realça” o peso do Governo na economia.

Como acabei de afirmar, não quero entrar, ainda – eu o farei na semana que vem –, nessa discussão sobre a nova metodologia, até porque desejo manter meu antigo respeito pelo IBGE e pelos seus técnicos.

Duas questões me chamaram a atenção na mudança do cálculo. A primeira delas é o fato de que, mesmo com os números aparecendo melhores do que pareciam, o desempenho do País, ainda assim, continua pífio, pois, se antes da revisão estávamos apenas à frente do Haiti, agora empatamos em crescimento com o Paraguai e só superamos, além do Haiti, El Salvador.

Tudo isso em plena euforia dos quatro anos mais brilhantes das últimas quatro décadas na economia mundial.

Já concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

Os novos números, portanto, em nada mudam a realidade econômica do País. Continuamos nas posições inferiores no *ranking* do crescimento e muito abaixo da média do crescimento do continente, que, em 2005, foi de 4,5%. O nosso PIB revisto, em 2005, “saltou” de 2,3% para 2,9%.

Mesmo com o acréscimo no PIB, o País permaneceu longe das demais economias da América Latina. Lembro que, em 2005, a pequenina República Dominicana cresceu 9,2%; o Panamá, 6,9%; o Uruguai, 6,6%; o Peru, 6,4%; o Chile, 6,3%.

A segunda questão relevante diz respeito às mudanças ocorridas nos indicadores macroeconômicos em função dos novos números do PIB. Dentre eles, quero destacar o que ocorreu com o superávit primário e com a taxa de investimentos. O superávit primário de 2005,

pelas novas contas, ficou em 4,35% do PIB e não em 4,83%. Em 2006, mesmo sem o número revisado, ele ficou abaixo da meta, caindo de 4,32% para 3,95%.

Se o Governo, pois, insistir em manter aqueles mesmos 4,25% a título de superávit, isso pode significar, agora, a necessidade de um esforço fiscal adicional em torno R\$9 bilhões a R\$10 bilhões. Resumindo a ópera, Sr. Presidente: o Governo ou terá de gastar menos – disposição que ainda não vi nele – ou vai ter de arrecadar mais, algo que não é possível de se imaginar em vista da insuportável carga tributária que pesa sobre a economia.

Restaria, ainda, para o Governo assumir que poderá perseguir uma meta menor. Mas, para isso, terá, primeiramente, de convencer o mercado de que essa é a melhor alternativa. Com a palavra sobre o tema, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua equipe econômica.

As mudanças no cálculo do PIB ensejaram também outra importante preocupação: a queda no nível de investimentos da economia.

Em 2005, a taxa caiu de 20,6% do PIB para 16,3%; e, em 2004, de 21,3% para 16,1%. O novo cálculo coloca em xeque as metas do chamado Programa de Aceleração do Crescimento, para dizer o mínimo.

As estimativas anteriores davam conta de que, para crescer 5% ao ano, o País precisava de uma taxa de formação bruta de capital fixo em torno de 25% do PIB, índice de alcance mais do que improvável já naquela época.

Agora, com a nova metodologia, os investimentos terão de crescer ainda mais, de sete a nove pontos percentuais. Ou seja, é bom o prezado Ministro Guido Mantega parar de comemorar os novos dados como se estivesse num campo de futebol e começar a entender melhor as dificuldades que tem pela frente.

Como se não bastasse, o novo cálculo pode comprometer investimentos em áreas de importância indiscutível: os gastos do Governo com Saúde em 2005, antes da revisão, eram de 1,92% do PIB; agora, caíram para 1,73%; em 2006, considerando o número ainda sem o novo cálculo, caíram de 1,98% para 1,77%. O mesmo acontece com a Educação: de 4,3% do PIB, o número cairá para algo em torno de 3,8%.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é de bom tom o Governo ir devagar com o andor de suas comemorações precipitadas: dizer que “agora o G-8 é com o Brasil dentro” não leva a nada, principalmente por ter essa frase sido dita por quem foi. Chega a ser infantil e deletério.

Atitude mais justa seria concentrar esforços para resolver os problemas que podem inviabilizar certas medidas constantes do PAC. Não é decente gastar tempo em pirotecnias, confundindo o ato nobre de governar com ações e atitudes de puro **marketing**.

Afinal, malabarismos contábeis já foram anteriormente adotados por esse Governo para “diminuir os números do déficit da Previdência” e, em outra feita, “aumentar” os números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, o Caged.

Se V. Ex^a me permite, Sr. Presidente, ouvirei o Senador Mão Santa e encerrarei o discurso.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Gilvam Borges, V. Ex^a é o Sr. Tolerância. Ulysses ficou conhecido como o Sr. Diretas, e V. Ex^a ficará na História como o Senador Tolerância. Arthur Virgílio, atentai bem: o Mantega pode lá querer enganar o Lula, o PT, mas a nós? Nós estamos aqui, nós estudamos, ô Mantega! Calma! Sabe o que é que ele está fazendo? Eu vou dar um exemplo da minha profissão: você mede a temperatura de um homem que está com febre na escala Fahrenheit. Dá um número enorme. Depois, mede a mesma temperatura em graus centígrados, na escala Celsius, que é a que utilizamos. Então, ele variou com uma única intenção, atentai bem: com esses números, quer dizer que o Governo do PT foi melhor do que o de Fernando Henrique Cardoso. Agora, ô Mantega, aprenda filosofia: quem tem bastante luz não precisa diminuir ou apagar a luz dos outros para brilhar. O Lula não vai precisar disso. Quer diminuir a luz de Fernando Henrique Cardoso? É só pôr números e dizer: “Olha, crescemos mais!” Só para dar essa ilusão. Agora, eu vou dar um fato. Ô Mantega, aprenda: cada um tem a sua época histórica. Por exemplo, seria ridículo agora – V. Ex^a, que é tolerante, sabe – eu me comparar com Petrônio Portella, que foi Governador do Piauí nos anos sessenta. Realmente, tive a oportunidade, após pegar uma situação ajeitada por ele no Estado, de fazer quatrocentas faculdades, 36 campi... Mas o Petrônio foi um estadista, foi superior a mim. O momento de Fernando Henrique Cardoso era outro. Não votei nele, apenas respeito-o, porque não sou idiota. Ele é um estadista, ele é preparado. Leio tudo o que ele escreve, mas não votei nele. Eu tinha candidato: na primeira, votei no Collor; na segunda, votei no Ciro. Mas eu o respeito. Ele tinha de resolver – como sou cirurgião, usarei termos médicos – a doença deste País, que era a inflação, e ele resolveu. Os dados do Mantega são só para levar adiante uma mentira, uma farsa. Diria ao Presidente Lula da Silva, que é inocente – o Mantega quer se manter, quer enrolar –,

algo que aprendi com o Obregón, general mexicano – parece-se com o Senador Gilvam Borges, que tem um tipo mexicano. Há uma frase sua que diz mais ou menos o seguinte: “Prefiro a verdade de um adversário à bajulação de um alopado, de alguém que está mentindo, que está me enganando”. Mantega entrou no time dos aloprados.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que o Senador Mão Santa, com sua infinita sabedoria e sensibilidade popular, quis dizer basicamente o seguinte: a mudança de métodos não mudou, não alterou nada na economia brasileira real. Vou dar um exemplo que todo mundo vai entender. Pelo método antigo, o Sr. João estava desempregado. Pelo método novo, ele passou a ter emprego? Não. Pelo método antigo, a Dona Maria não tinha casa. Pelo método novo, a Dona Maria passou a ter casa? Não. Ou seja, se a economia cresce 2,5%, significa que o número de desempregados é x. Se a economia cresce 3,5%, significa que o número de desempregados é x menos y.

Ora, então temos de analisar com seriedade algo que espero que tenha sido feito com seriedade pelo IBGE, mas deixando bem claro que não dá para ficar o Governo comemorando como se estivesse num campo de futebol, num Flamengo x Corinthians, dando gritos, soltando foguetes, procurando confundir a seriedade de governar com a pirotecnia do *marketing*.

Já estou alertando para lacunas terríveis que ficam a partir do novo critério. O Governo, que investia muito pouco – investia 20% –, agora, Sr. Presidente, segundo o novo critério, investe 16% apenas do PIB. E o Brasil precisaria de investimentos da ordem de 25% do PIB para poder sustentar um crescimento em torno de 5% ao ano, como diz pretender o Presidente da República.

Portanto, devagar com o andor, vamos respeitar a opinião pública brasileira, vamos respeitar a inteligência das pessoas e vamos analisar assuntos técnicos com seriedade. Pirotecnia não faz bem a quem governa, porque abala aquilo que não deve ser abalado na autoridade econômica, que é a credibilidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, I e §
2º do Regimento Interno.)*

FRENTE PARLAMENTAR MISTA

Amazônia para Sempre

A Amazônia precisa de cuidados. Ela é um organismo frágil, mas tão saudável que pode nos legar a vida. Essa foi a lição que aprendemos com os Povos da Floresta. Há milênios essa gente usa com sabedoria e carinho o poder que nasce na mata. Em respeito à esta cultura e a sobrevivência do planeta, não podemos deixá-la indefesa, desprotegida, sujeita a lobocada e à Irrracionalidade. Destruí-la é o mais intenso sinônimo de nosso descaso com o homem.

A Amazônia tem uma alma guerreira. Quando Ajuricaba se deixou engolir pela força sagrada do rio, foi para nos dizer que a morte de um pode ser a ressurreição de todos. Seu gesto nos legou o leite da seringueira e a fortaleza do mogno. Hoje precisamos de uma Amazônia Viva, uma Amazônia que traz o espírito índio em suas raízes. Essa será a chave de nosso futuro.

Essa floresta canta com a força de um peixe. Os filhos de Ajuricaba ensinaram a Chico Mendes os mistérios da mata e das águas límpidas. Com coragem e determinação este homem simples do povo – dos povos da floresta – ensinou a colher na mata a fartura para a vida permanente. Seu sacrifício nos grita como alerta contra a insanidade dos que querem a riqueza amazônica transformada na aridez dos desertos. É tempo de construir a história de mãos dadas com o ribeirinho. É hora de enxugar as dores e reerguer os sonhos de Irna Dorothy, uma força que não se extingue na covardia.

A Amazônia é brasileira. Sua permanência é o desafio que nos conduz a ação. Mais uma vez o mundo precisa de nós e nossa resposta está nos escritos e nos gestos de artistas, de religiosos, de todos que neste instante escrevem com as cores da verdade, mas também com as tintas da utopia, o desejo da preservação.

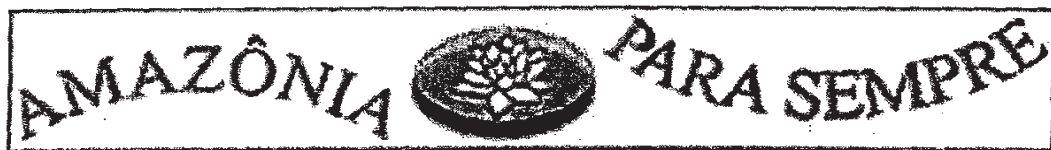
O Brasil precisa da Amazônia.

Vamos conhecer cada ponto de seu corpo. Hoje a consciência já nos mostra seu potencial econômico. Usá-lo é questão de sabedoria, de racionalidade. Pesquisar, respeitar as tradições, olhar para um futuro amparado nestas riquezas é também a certeza de que a vida sobreviverá por séculos e séculos.

A Amazônia não merece e nem quer ser isolada. Ela é parte do mundo e quer seguir este destino mantendo suas particularidades. Ela se construiu diversa também para dar sua contribuição ao mundo. Precisamos respeitar este desejo. Assim podemos ser iguais nas diferenças.

A Amazônia é o mais intenso exemplo de contemporaneidade. Aquecimento global, preservação ambiental, pesquisas medicinais, minerais estratégicos, o valor das águas, produtos agro-florestais, todos os debates modernos ecoam no fértil solo amazônico. E podemos nos enriquecer de espírito e coração se ampliarmos este empate universal em defesa deste pedaço de chão tão brasileiro quanto nós.

Por uma Amazônia sempre viva.



CARTA ABERTA DE ARTISTAS BRASILEIROS SOBRE A DEVASTAÇÃO DA AMAZÔNIA

Acabamos de comemorar o menor desmatamento da Floresta Amazônica dos últimos três anos: 17 mil quilômetros quadrados. É quase a metade da Holanda. Da área total já desmatamos 16%, o equivalente a duas vezes a Alemanha e três Estados de São Paulo. Não há motivo para comemorações. A Amazônia não é o pulmão do mundo, mas presta serviços ambientais importantíssimos ao Brasil e ao Planeta. Essa vastidão verde que se estende por mais de cinco milhões de quilômetros quadrados é um lençol térmico engendrado pela natureza para que os raios solares não atinjam o solo, propiciando a vida da mais exuberante floresta da terra e auxiliando na regulação da temperatura do Planeta.

Depois de tombada na sua pujança, estuprada por madeireiros sem escrúpulos, ateiam fogo às suas vestes de esmeralda abrindo passagem aos forasteiros que a humilham ao semear capim e soja nas cinzas de castanheiras centenárias. Apesar do extraordinário esforço de implantarmos unidades de conservação como alternativas de desenvolvimento sustentável, a devastação continua. Mesmo depois do sangue de Chico Mendes ter selado o pacto de harmonia homem/natureza, entre seringueiros e indígenas, mesmo depois da aliança dos povos da floresta "pelo direito de manter nossas florestas em pé, porque delas dependemos para viver", mesmo depois de inúmeras sagas cheias de heroísmo, morte e paixão pela Amazônia, a devastação continua.

Como no passado, enxergamos a Floresta como um obstáculo ao progresso, como área a ser vencida e conquistada. Um imenso estoque de terras a se tornarem pastos pouco produtivos, campos de soja e espécies vegetais para combustíveis alternativos ou então uma fonte inesgotável de madeira, peixe, ouro, minerais e energia elétrica. Continuamos um povo irresponsável. O desmatamento e o incêndio são o símbolo da nossa incapacidade de compreender a delicadeza e a instabilidade do ecossistema amazônico e como tratá-lo.

Um país que tem 165.000 km² de área desflorestada, abandonada ou semi-abandonada, pode dobrar a sua produção de grãos sem a necessidade de derrubar uma única árvore. É urgente que nos tornemos responsáveis pelo gerenciamento do que resta dos nossos valiosos recursos naturais.

Portanto, a nosso ver, como único procedimento cabível para desacelerar os efeitos quase irreversíveis da devastação, segundo o que determina o § 4º, do Artigo 225 da Constituição Federal, onde se lê:

"A Floresta Amazônica é patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais"

Assim, deve-se implementar em níveis Federal, Estadual e Municipal A **INTERRUPÇÃO IMEDIATA DO DESMATAMENTO DA FLORESTA AMAZÔNICA. JÁ!**

É hora de enxergarmos nossas árvores como monumentos de nossa cultura e história.

SOMOS UM POVO DA FLORESTA!

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senadora Maria do Carmo, V. Ex^a está convidada a exercer o seu direito constitucional de assumir a tribuna do Senado para fazer o seu discurso. V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em meu primeiro pronunciamento na atual Legislatura, dias atrás, destaquei aqui o lamentável episódio relacionado aos medíocres resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb, promovido pelo MEC em todo o País, a fim de demonstrar a péssima qualidade do ensino da escola pública brasileira nos últimos anos, com graves consequências sociais e econômicas.

Basta considerar que do total dos alunos aprovados nas universidades federais, em média apenas 8% provêm das escolas públicas e, assim mesmo, em carreiras com menor demanda, isto é, sem mercado de trabalho. Em uma palavra: o filho do pobre está condenado a continuar pobre, porquanto lhe é vetada a ascensão profissional.

Quanto ao campo econômico, a consequência é que o Brasil está ficando à margem da nova revolução econômica: a era conhecimento, onde o que é decisivo para as nações serem líderes no desenvolvimento mundial é contar com investimentos maciços em qualidade de ensino, com ênfase particular em Matemática e Ciência.

Só temos duas opções: ou permanecemos no modelo educacional brasileiro atual, tirando dos nossos jovens a janela de oportunidades que se nos abre a era do conhecimento, permanecendo como eterno país do futuro, ou seguimos o caminho trilhado pelos tigres asiáticos: a China e a Índia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a questão é: será isso possível? Vou limitar-me a um caso de sucesso, surpreendentemente do menor Estado brasileiro, localizado na mais pobre região do País. Eu estou falando do meu querido Estado de Sergipe.

Considerando o curto espaço de um quadriênio, Sergipe fez, proporcionalmente, a mais bem sucedida reviravolta na qualidade de ensino público do País. O interessante é registrar que o Governador de então, João Alves, não se valeu de soluções miraculosas nem importou tecnologia de Harvard, Cambridge ou da Sorbonne, mas se valeu tão-somente de excelentes empresas de consultores brasileiros à altura das melhores do mundo, da valorização dos nossos professores e da motivação dos nossos alunos. O resto foi criatividade, obstinação e aquele ingrediente que tem faltado ao Brasil: vontade política inquebrantável.

Sr. Presidente, indo direto ao ponto, passarei a listar os passos básicos e as conquistas alcançadas pelas escolas públicas estaduais de Sergipe.

Sergipe distribuiu gratuitamente computadores aos seus professores da rede pública estadual, promovendo a inclusão digital do magistério; instalou três centros de excelência para o curso médio, inspirados nos moldes do centro mantido pela Embraer em São José dos Campos, São Paulo, com aulas em tempo integral e aprofundamento em Matemática, Português, Informática e Inglês. Foi o primeiro Estado no País a implantar uma avaliação anual de desempenho para professores, em função, principalmente, do nível de aprendizagem de seus alunos, pelos quais eles receberam premiações que vão de um 14º a um 15º salário. Ofereceu aos alunos da rede pública um pré-universitário gratuito em 100% dos Municípios.

O Governo de Sergipe contratou, na época, as melhores empresas de consultoria educacional do País, especializadas em técnicas de aprendizagem rápida e de excelência em qualidade, para alunos com dificuldade de alfabetização. Promoveu a correção de distorções idade/série para alunos defasados, por intermédio da renomada Fundação Ayrton Senna, além de haver aplicado o eficiente método Alfa&Beto. O Estado treinou os professores com técnicas de qualidade total na administração de escolas e na implantação de metas pedagógicas por meio do Instituto de Desenvolvimento Gerencial – INDG, dirigido pelo célebre Professor Vicente Falconi.

Além disso, Sr. Presidente, todos os professores receberam aumentos salariais acima da inflação do quadriênio. Com isso, os professores tiveram ganho real de 11%, os pós-graduados de 19%, e os doutores receberam 40% de reajuste.

Todo esse esforço, Sr. Presidente, foi retratado nos últimos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica, promovido pelo MEC, onde os alunos das escolas públicas sergipanas alcançaram os primeiros lugares em relação a suas co-irmãs nordestinas, em todos os níveis avaliados.

Sergipe alcançou os primeiros lugares na 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental; o primeiro lugar na 3ª série do curso médio; e os alunos da 8ª série superaram a média do Brasil e das Regiões Norte e Centro-Oeste. O número de analfabetos no Estado, que, em 2003, chegava a 330 mil, caiu para 130 mil. Além disso, em janeiro de 2007, o índice de aprovação de alunos da rede pública na Universidade Federal de Sergipe aumentou 27 vezes em relação ao vestibular de janeiro de 2003, ou seja, elevou de 22 para 614 o

número de alunos da rede pública estadual aprovados pela Universidade Federal de Sergipe.

Registre-se, todavia, que o contingente de alunos das escolas públicas aprovados pela UFS poderia ter sido bem maior do que o alcançado no vestibular de janeiro de 2007 não fosse a lei eleitoral que impediu o Governo de Sergipe de arcar com a matrícula de pelo menos a metade – cerca de 8 mil – dos alunos inscritos no pré-universitário, como fez em anos anteriores.

Assim, apenas 1.800 pais de alunos tiveram condições de realizar o pagamento das matrículas, sendo que tais alunos alcançaram o notável percentual de 33% de aprovação. Ora, caso os outros oito mil tivessem se inscrito e admitindo-se um índice de aprovação de apenas 20%, 1.600 alunos teriam conseguido passar no vestibular, ou seja, 40% do total de aprovados, o que seria um recorde nacional.

Sr. Presidente, outra importante ação do Governo de Sergipe foi a implantação do Centro Estadual de Educação à Distância, que criou um total de 2.040 vagas em cursos superiores com mensalidade e material didático gratuitos, distribuídas em 13 cidades-pólo contratadas junto à Universidade Tiradentes. Computando-se a soma dos alunos formados pela rede estadual e aprovados na UFS, no total de 614, e adicionando-se os beneficiados do Centro de Educação à Distância, chega-se ao importante número de 2.654 estudantes que puderam ter acesso ao ensino de nível superior gratuito e de bom nível nesse ano. Ou seja: 120 vezes a mais do que os 22 aprovados pelas escolas públicas sergipanas em 2003.

Sr. Presidente, Sergipe conseguiu todos esses avanços apesar do descaso do Governo Federal, especialmente pela reconhecida liderança do Governador João Alves contra o projeto de transposição das águas do rio São Francisco.

Foram vetadas as liberações de verbas orçamentárias e todo e qualquer tipo de empréstimo, embora o Estado tenha uma das melhores capacidades de endividamento do País.

Além disso, o Governo Federal vetou também o recebimento de volumosos recursos a fundo perdido, concedidos pela ONU para destinação em programas sociais no Estado, inclusive para a construção de postos de saúde, hospitais, escolas e melhoria da qualidade de ensino.

Finalmente, Sr. Presidente, deixo aqui um relato de que é possível melhorar a educação do nosso País. Mas isso, deve passar, necessariamente, por uma ação firme, competente, criativa e, acima de tudo, com muita vontade política e compromisso com o nosso povo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Maria do Carmo Alves, o Sr. Gilvam Borges, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Depois da brilhante oratória da Senadora Maria do Carmo Alves, do PFL de Sergipe, chamaremos para usar da tribuna o Senador Gilvam Borges, do PMDB do Amapá, conhecido no Senado como “Senhor Tolerância”.

V. Ex^a terá o tempo que lhe convier, mas, fazendo uma retrospectiva, lembro os discursos de Cristo, que eram muito breves, o Pai Nosso, apenas um minuto, o Sermão da Montanha; Abraham Lincoln fez seu melhor discurso no cemitério de Gettysburg, em que termina dizendo que a democracia é o governo do povo, para o povo e pelo povo.

Winston Churchill tem longos discursos, mas o que mais gostei, Senador Gilvam Borges, foi quando ele era Primeiro Ministro e foi convidado a ser paraninfo. Como Londres havia sido bombardeada, pensaram que ele não apareceria. Ele chegou, atormentado pela guerra que acabaria vencendo, preocupado com uma invasão de Londres por Hitler, pelos alemães, mas disse para os jovens: “Meus jovens, não desanimem, não desanimem, não desanimem nunca mesmo”.

Façamos uma reflexão. V. Ex^a é o “Senhor Tolerância”. Outro dia, concedeu-me um tempo muito grande, mas tenho medo de fazer um discurso grande demais, porque diz a *Bíblia* que Santo Estevão falou muito – eu diria mais do que Hugo Chávez, do que Fidel Castro – e jogaram pedras nele. Mas o povo do Amapá e o Brasil estão aplaudindo de pé e com flores V. Ex^a, que é o “Senador Tolerância”.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa, um exemplo de grande tribuno nesta Casa, marcado pela concisão e pela eficiência, justamente nos discursos, embora enfático e, em certos momentos, prolixo. V. Ex^a daqui a pouco usará a tribuna e terei o prazer de presidir a sessão. Espero que terminemos esta sessão hoje às 3 horas da tarde, se Deus quiser.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, **O Estado de S. Paulo**, o **JB**, o **Correio Braziliense**, todos os jornais trouxeram a notícia. A Polícia Federal abriu inquérito para apurar fraude no último exame da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, em Brasília. Uma advogada, examinadora da prova de Direito Penal, é a principal suspeita do crime.

O que aconteceu? Simples, Sr. Presidente. Aliás, simples, porém vergonhoso. As respostas da prova de um candidato foram preenchidas com letra diferente da

dele, e isso, vejam bem, depois de ter sido entregue em branco à banca examinadora.

O inquérito corre em segredo de Justiça e deverá ser concluído até meados de abril, mas a Polícia Federal investiga se existe na OAB um esquema de venda de provas para ingresso na própria OAB.

O exame foi aplicado em dezembro de 2006 para 600 candidatos, e a fraude, conforme notícia-crime entregue pela OAB à Polícia Federal, foi descoberta em 1º de fevereiro. Os fiscais notaram que a caligrafia das respostas era diferente da original de um dos candidatos, quando o mesmo dissertou sobre cinco questões de Direito Penal.

O incrível é que a pessoa passou no exame, apesar de ter entregado as respostas aos cinco quesitos em branco. A comparação de caligrafia foi feita com a ficha de identificação do candidato.

Um laudo grafotécnico foi realizado e comprovou que as grafias eram diferentes, ou seja, ficou constatado que a letra do candidato que preencheu o formulário de identificação era diferente daquela constante do caderno de provas. Esse não é o primeiro caso de fraude em Exame de Ordem da OAB/DF.

A Polícia Federal vai apresentar, nos próximos dias, os resultados do inquérito, e a OAB já anunciou no seu *site* que o exame, a partir de agora, será executado com os serviços técnicos especializados do Cespe.

O curioso, Sr. Presidente, é que o estudante sai da universidade e precisa fazer o exame para o exercício da profissão em entidade classista, que agora se julga incapaz de fazê-lo e contrata o Centro de Seleção e de Promoção de Eventos de uma universidade federal, no caso, a de Brasília.

Aproveito esse acontecimento para lembrar a V. Ex^{as} e a todo o povo brasileiro, especialmente aos estudantes de Direito e a seus familiares, que apresentei no mês de junho do ano passado, o Projeto de Lei do Senado de nº 186, de 2006, que estabelece o fim do exame de ordem para o exercício da advocacia.

Na ocasião, fui inclusive destratado pelo então presidente da OAB, que classificou meu projeto de inconsequente e incentivador do estelionato.

Disse, à época, e hoje repito, que não abro mão de minhas prerrogativas de Senador da República, especialmente a liberdade de votos e de opiniões! Nunca me intimidei com críticas e ameaças. Jamais me intimidarei!

Estou convicto de que o Exame de Ordem é uma excrescência que precisa ser abolida do ordenamento jurídico deste País. E as dezenas de correspondência que recebo diariamente me dão a certeza de que estamos no caminho certo.

Não é justo que o estudante despenda cinco anos de sua vida nos bancos de uma faculdade e, depois de formado, seja privado do exercício de sua profissão por um exame que se propõe a aferir o grau ético do candidato.

A prova não prova nada! O exame da OAB não avalia se o bacharel está apto ou não para exercer a profissão. Quando muito, testa a capacidade de memorização do candidato. A pessoa se torna um bom advogado acumulando conhecimento ao longo dos anos que ficou na faculdade e no próprio exercício da advocacia.

Por que um médico como V. Ex^a, Presidente Mão Santa, formado, não tem de fazer exame para exercer a profissão e o advogado tem? Salvar vidas e cuidar de doentes é menos importante do que vigiar o cumprimento das leis por acaso? Será que a OAB quer assumir o papel do Ministério da Educação, reprovando cursos de Direito legalmente estabelecidos? Ora, para isso existe o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade, coordenado pelo Ministério da Educação.

A OAB precisa se restringir à fiscalização do exercício da profissão, abstendo-se do papel de avaliar os cursos superiores, atribuição que não possui.

Até hoje, não consigo entender por que as instituições de ensino podem formar médicos, economistas, engenheiros, biólogos, sem que, para ingressar no mercado de trabalho, precisem realizar qualquer exame de ordem ou conselho, mas não possam formar bacharéis em Direito aptos a advogar!

E tudo isso porque a todo-poderosa Ordem dos Advogados do Brasil se arvora em fiscalizadora do ensino superior brasileiro, usurpando, assim, as prerrogativas do Ministério da Educação, das faculdades e das universidades do Brasil.

Note-se, repito, que apenas os bacharéis em Direito padecem desse anacronismo. Os graduados em Medicina, em Psicologia e em Odontologia, por exemplo, não necessitam se submeter a qualquer avaliação, para serem inscritos em seu órgão de classe. Os seus diplomas já os credenciam, para que possam exercer suas profissões. Basta, pura e simplesmente, o diploma universitário expedido por instituição reconhecida pelo MEC.

Por que, então, persistir com esse tratamento desigual para com os acadêmicos de Direito? É preciso dar um basta nessa mentalidade atrasada e cartorial, que ainda impera no Brasil e que é fonte de tanto retrocesso para o País.

Senador Mão Santa, V. Ex^a, impertinentemente, ocupa todas as posições desta Casa, um dos grandes tribunos, e nunca deixa de apartear aqueles que aqui

estão. Por esse motivo, eu já me antecipo, concedendo-lhe um aparte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Gilvam, V. Ex^a traz a debate um assunto muito importante. Vou relatar aqui a minha opinião e a minha experiência, como médico há quarenta anos. Entendo que esse exame na Medicina é desnecessário, porque a Medicina é muito ampla. Shakespeare dizia, ó, Senador Marcelo Crivella, que o futuro é de quem sabe mais, mais de menos. É o especialista. A medicina chegou a isso. O estudante de medicina, depois de seis anos e vendo a complexidade com que se agiganta a medicina – eu tenho 40 anos de formado – vê que hoje há cadeiras que não havia no meu currículo. Nessa profissão liberal, no decorrer do ano, o estudante mostra uma paixão e uma dedicação por determinada especialidade. Vou contar um fato que traduz isso. Todos temos de ter aquele conhecimento básico de clínica médica, de cirurgia, de pediatria e de obstetrícia. Lembro-me de um colega que hoje é extraordinário professor, catedrático de psiquiatria. No sexto ano, ele estava fazendo um estudo de obstetrícia. Como V. Ex^a é pai, já estive em maternidade e sabe que, nessas maternidades universitárias, o volume é muito grande. Lembro-me de que mandaram esse que se dedicaria à psiquiatria receber, internar e acompanhar uma paciente. E o professor perguntou: “E a bolsa?”, referindo-se a bolsa d’água, com o líquido amniótico. Ele respondeu: “Não a vi com bolsa, não”. E essa pessoa é professor catedrático de psiquiatria. Ele ia se dedicar à psiquiatria. V. Ex^a entendeu? Se ele fosse fazer um exame geral de medicina, talvez o mundo especializado teria perdido um dos maiores psiquiatras deste País. O que acontece com o estudante de medicina é que, depois, tem de fazer as especializações. Só será cardiologista se receber diploma da Sociedade de Cardiologia, o que exige residência em clínica médica e cardiologia. Para ser cirurgião plástico é preciso fazer cirurgia geral e depois mais cirurgia plástica. Além dos seis anos, são mais quatro ou até cinco anos de especialização. É um curso deveras prolongado e atende à medicina de hoje, que exige a capacidade de resolatividade do especialista. É o que tenho a contar sobre como se procede. A medicina está evoluindo em todos os aspectos pela presença do especialista. Por analogia, V. Ex^a traz à tona o caso do Direito, que deve ser debatido. Essa é a minha opinião sobre o que vivo há quarenta anos, que é a medicina.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Sr. Presidente, os profissionais de todas as áreas do conhecimento humano, das ciências exatas, das ciências humanas, das ciências biológicas, têm um

caminho a percorrer na academia: diplomas, pós-graduação, doutorado. Somente os advogados, somente a OAB se arvoram a usurpar do Estado, da universidade, do Ministério da Educação a cassação sumária e imediata do diploma. Se você sair da universidade, seu diploma não vale, só se passar pelo cartorial, pela Ordem dos Advogados do Brasil.

É óbvio, até os mais dos mais ignorantes hão de analisar de uma forma simplista, mas de uma forma em que os fatos estão evidentes. Eles não podem fazer isso. Mas há muitos anos eles vêm fazendo. Eles não podem fazer isso. Eles podem julgar os colegas pelo mau exercício da profissão, como órgão regulador de classe, para gerenciar a ética, não para cassar diplomas de quem passa cinco anos no banco de uma faculdade ou universidade.

Nós precisamos corrigir isso, Senador Mão Santa. E precisamos corrigir de uma forma coerente. Nada contra a organização. Eu acho que as entidades de classe e os sindicatos têm um papel importante. Mas a injustiça que é feita, a cassação sumária do diploma do estudante, do acadêmico que se forma, é uma coisa absurda.

O bom profissional sempre teve e sempre terá um lugar cativo no mercado de trabalho. Deixemos que a sabedoria do mercado selecione os melhores – é assim que se procede na vida, no dia-a-dia.

As estatísticas são implacáveis! Em média, apenas 30% dos candidatos são aprovados no exame da Ordem. Então, Sr. Presidente, dizer que há 520 mil advogados no Brasil é o mesmo que afirmar que temos cerca de um milhão e quinhentos mil bacharéis no limbo da profissão, por não haverem logrado êxito no malsinado exame da OAB. Vejam V. Ex^{as} a tragédia pessoal e financeira que estes números representam: um milhão e quinhentos mil bacharéis em Direito condenados ao exercício de funções secundárias, diversas daquela para a qual se graduaram nas universidades.

Ora, não há previsão legal para que uma instituição auxiliar ao Estado brasileiro substitua o próprio ente estatal na avaliação das faculdades de Direito. Em nosso País, apenas a OAB vem atuando dessa maneira em nossos dias.

Embora disparatada, essa situação resulta em graves prejuízos aos direitos dos bacharéis, que permanecem em um desconfortável limbo após sua formatura: não podem advogar por impedimento do órgão de classe a que pretendem se filiar e nem podem atuar como estagiários, por não serem mais estudantes da ciência de Rui Barbosa.

Gostaria de deixar claro, Sr. Presidente, que não tenho absolutamente nada contra a OAB, uma entidade séria, respeitável e que tem prestado inúmeros e

relevantes serviços ao País, mormente na época da ditadura, em que combateu bravamente em prol dos direitos humanos e das liberdades democráticas. O que não posso tolerar, Sr. Presidente, e não tolerarei, é uma argumentação falaciosa, baseada em premissas equivocadas, a fim de manter uma prática que, sob todos os aspectos, prejudica os estudantes e os graduados em Direito em todo o País.

Neste momento, o meu projeto se encontra em apreciação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Por esta razão, rogo ao eminente Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da CCJ, que designe Relator para o projeto e que este promova uma audiência pública, a fim de que conselheiros da OAB, bacharéis, reitores e professores possam discutir o assunto com a profundidade que ele merece. E, claro, com a urgência que o assunto exige.

O mundo tem pressa, e nossos jovens não podem mais esperar. Clamam por uma solução rápida, que lhes restitua o direito inalienável do exercício da profissão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Gilvam Borges, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Senador Gilvam Borges, por tão elaborado e importante pronunciamento a respeito dos profissionais do nosso País.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, do Piauí.

V. Ex^a tem o tempo que precisar para fazer o seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Marcelo Crivella, que preside esta sessão de sexta-feira, 23 de março; Sr^{as} e Srs. Senadores; brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pela TV Senado; Senador Gilvam Borges, entendo ser a democracia uma das mais belas conquistas da humanidade civilizada.

A história do mundo registra os governos desde os primórdios. Os mais influentes, sem dúvida nenhuma, deve ter sido o dos reis, porque eles simbolizavam algo divino. O rei era um deus na terra; e Deus seria o rei do céu. Mas, segundo o pensamento de um filósofo, o homem era um animal político, e esse animal político, descrito por Aristóteles, saiu por aí, buscando modelos. Começou-se, então, a pensar na participação do povo; e esse povo, nas ruas, gritando: liberdade!

Igualdade! Fraternidade! Caíram todos os reis, e surgiu um pensamento de ninguém melhor do que o do povo norte-americano, que libertou os escravos: “Governo do povo, pelo povo, para o povo”, Abraham Lincoln. Esse governo era para acabar com o poder uno, absoluto, quase divino. Dividiu-se o poder. A inteligência humana ligada ao direito. Montesquieu dividiu o poder, para não ficar só em um: três poderes.

Hoje, pertencemos a um dos Poderes, e, segundo os sonhadores, os três deviam existir para haver equilíbrio. Se se vai construir uma cadeira, as três pernas têm de ser iguais, um tripé de sustentação. Se uma quebrar, a cadeira cai; se uma enfraquecer, o tripé não terá sustentação. Portanto, os poderes deveriam ser igualitários, fortes, independentes. Um deles é este aqui, o de fazer leis justas e boas, inspiradas nas leis que Moisés recebeu.

Mas o importante é que Aristóteles chamava o povo para participar de cada decisão. Cafeteira, e o povo, a cada decisão, manifestava-se!

Jornalista Feu Costa, psicólogo, o povo não tinha máquina elétrica, não tinha papel. Então, votava em ostras. A votação mais comum era para decidir em relação àqueles que não se comportavam e que deviam ser expulsos da cidade. Para isso, eles buscavam ostras na praia. A Grécia tem muito mar, muitas ilhas, Cafeteira! Quase como a sua ilha, São Luís, ô Cafeteira! E quando, na votação, o número de ostras era significativo, aquela pessoa tinha de deixar a cidade. Daí o termo ostracismo. Mas, não era possível chamar o povo a toda hora, Zezinho – o povo que o Zezinho representa. O povo não podia participar dessas votações a toda hora. Foi a partir daí que a inteligência humana criou a democracia representativa. Nós somos o povo. Daí, Ulysses, que entendia disso, dizer: “Ouça a voz rouca das ruas!”. Quem está na rua é o povo, Crivella! “Não é estar na rua; é estar com a rua, com o povo”, dizia ele. Isto é democracia!

Então, os governos, desde o período da Pedra Lascada, ainda nas tribos, tinham chefes; os índios, caciques. Aperfeiçoamento da civilização, Crivella! V. Ex^a, disse-me: “Mão Santa, não faça oposição!” A grandeza da nossa civilização maior foi fazer nascer a Oposição. A Oposição é que faz o aperfeiçoamento da democracia. Sem ela, Crivella, voltaríamos à época dos reis. E, para chegarmos até onde estamos, lá onde a democracia nasceu, rolaram cabeças nas guilhotinas. O interessante – para que a humanidade entenda – é que um dos que tomaram o poder, até porque ele vai-se aperfeiçoando, Senador Cafeteira, foi condenado à guilhotina. E Danton respondeu a Robespierre: “Vão tirar a minha cabeça, porque o povo perdeu a razão. Quando ele recuperar a razão, vão tirar a sua”. E assim

aconteceu. Depois, veio Napoleão Bonaparte, que fez o código civil. Aqui, foi muito mais demorado.

Após o grito do povo nas ruas da França, ainda demoramos cem anos para derrubarmos os nossos reis. E tivemos muita sorte, porque vieram os militares, um atrás do outro, como o Marechal Deodoro, o Marechal Floriano e o Marechal Hermes, que disse; “Estou fora!” E partiu para a campanha civilista. Ele está aí, Crivella, atentai bem! V. Ex^a, disse-me: “Mão Santa, não faça oposição!” Ele está aí! Trinta e dois anos aqui! Oitenta por cento do tempo dele foi na Oposição – e o governo corrompe. Ele foi chamado, e lhe propuseram: “Olha, nós lhe daremos um Ministério, digamos que, de novo, o da Fazenda”. E ele disse, Crivella: “Não troco a trouxa de minhas convicções por um Ministério”. Por isso que o Rui Barbosa está aí. Quão atual a resposta dada por ele! Estão trocando mandato por qualquer porcaria: por interesse, por mensalão, por luvas para mudarem de partido.

Lá no meu Nordeste tem um homem chamado Joaquim Nabuco. Nós falamos em Abraham Lincoln, que disse para os governantes: “Caridade para todos” [é a cara de V. Ex^a], malícia para nenhum [é a cara de V. Ex^a] e firmeza no Direito” Eu represento aqui a firmeza do povo do Nordeste!

Está aí o Senador Cafeteira, eu o conheço, por isso ele está aqui. Cafeteira: fé. Ele usava a fé “que remove montanhas”. Foi longa e sinuosa a sua chegada aqui. Eu passava pelo Maranhão e via escrito nos muros: “Prometeu, cumpriu”. Nós viemos deste Nordeste.

Senador Crivella – atentai bem! –, Joaquim Nabuco lá. O nosso país era de analfabetos, ainda não tinham lido *A Cabana do Pai Tomás*, escrito por uma mulher inglesa, que foi novela. Isto fez libertar os escravos: uma escritora! Mas, aqui, atentai bem! – Crivella, o que estou dizendo é melhor do que falar ao telefone; aliás, devia existir uma lei nesse sentido. Fala-se mal da Justiça, mas eu nunca vi, na TV Justiça, um Ministro pegar o telefone na hora da sessão. Eles discutem com seriedade e concentração! Sou médico-cirurgião e tenho muito mais orgulho disso do que de ser Senador e, para exercer minha profissão é preciso ter concentração.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Senador Mão Santa, V. Ex^a sabe que somos escravos dos nossos eleitores, que sempre nos chamam. Mas o pronunciamento de V. Ex^a é muito importante. Prossiga, por favor.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois é. Mas, na Bandeira está escrito “Ordem e Progresso”. Somos escravos deste lema positivista.

Aqui, em 1879, dez anos antes do 13 de maio de 1889, dez anos antes, aqui, Joaquim Nabuco falava em prol da libertação dos escravos. Atentai bem, Crivella! Veja o que é ser Oposição. É o que diz a Bíblia: “A porta estreita”. É difícil. É a da vergonha. Eu estou nesta “porta estreita”. “A porta larga” é a da corrupção, a do mensalão, a da bola para mudar de partido; desta nos fugimos. Mas, voltando ao brado de Nabuco, o Primeiro-Ministro, Saraiva, que criou a capital do Piauí, Teresina, veio e disse-lhe: “Ô Nabuco, simpatizo com a sua inteligência, com a sua bravura. Queria colocá-lo até como Ministro [porque ele era Primeiro-Ministro naquele tempo do Império; tinha substituído Sinimbu], mas você é da Oposição. É da minoria; por isso, não posso”. Aí o Nabuco – atentai bem! –, para defender os escravos, disse: “Oposição solitária.” Rui Barbosa foi solitário, saiu defendendo o civilismo. Nabuco não conseguiu se reeleger, porque os poderosos queriam continuar com a escravatura – os ricos, os donos dos jornais –, mas foi laureado no mundo civilizado: na Inglaterra, em Londres; em Paris, na França; em Lisboa, Portugal. Isto que é Oposição!

Aqui, o meu Partido teve Ulysses Guimarães: antecandidato. Que luta! Mas fez renascer a democracia com Tancredo Neves, que imolou; com Teotônio, moribundo, com câncer; com Juscelino Kubitschek, cassado e humilhado; com Marcos Freire, de Pernambuco; com o nosso Ramez Tebet! Isto é Oposição! Aqui, o País assistiu, Marcelo Crivella, a Paulo Brossard dizer: “A Oposição não pede licença para fazer oposição”. Ela tem de existir. Ela é necessária. Por isso, estamos aqui incorporando essa grandeza. Disse Eduardo Gomes: “A liberdade! O preço dela é a eterna vigilância”. Temos de estar vigilante; somos o povo.

Está aqui, no jornal *O Globo*, matéria de Ancelmo Gois: “*Sin, sin...*”, em castelhano. “*Sin oposición*”. Traduzindo: sem oposição. E foi publicado no espanhol *El País*, maior jornal da Espanha, que Lula sonha com Governo sem oposição, mas isso pode ser nocivo à democracia. Disse o jornal da oposição. E o jornalista disse: “É... Pode ser”. E é. Nós somos essa oposição. Nós somos. É como andar com um livro que se abre e se mostra a porta estreita da vergonha e da dignidade. Isso é o aperfeiçoamento.

Senador Marcelo Crivella, este Congresso é pior do que a Câmara Municipal da minha cidade, Parnaíba, da qual fui Prefeito. Este Congresso é pior e mais fraco, com toda a majestade física, mas lhe falta o mais importante: a coragem. Ulysses disse: “Sem coragem, acabam-se todas as virtudes”.

V. Ex^a andou muito por aí. Foi à África e aos Estados Unidos, onde o filósofo Ralph Waldo Emerson

disse: “Toda pessoa que eu vejo é superior a mim em alguma coisa e, neste particular, eu quero aprender”.

Eu fui Prefeito e fui Governador do Estado do Piauí. Sua Excelência o Presidente da República não foi prefeito e não foi governador. Eu sei que ele é Presidente, ele ganhou. Aprendi com Petrônio, do Piauí, a não agredir os fatos.

Senador Marcelo Crivella, atentai bem: a democracia é isso. Aqui fazemos leis boas e justas. Mas isto aqui se transforma em um circo de palhaços. E nós estamos no meio, só falta aquele nariz. Quatro anos, dois meses e vinte e seis dias, Senador Marcelo Crivella, pastor de Deus, de Cristo, que dizia: “De verdade em verdade, eu vos digo”. Que palhaços somos nós! Quatro anos, dois meses e vinte e seis dias, e fizemos uma lei recriando a Sudene. Foram madrugadas, audiências públicas, noites sem dormir, visitas aos Estados. O que é a Sudene? De Juscelino Kubitschek, o ícone da Pátria e da democracia, trago a seguinte filosofia: “É melhor ser um otimista, que pode errar; mas o pessimista já nasce errado, e continua errado”. E nós fizemos uma lei, e levamos quatro anos para fazê-la; foram muitas comissões. V. Ex^a estava presente, está sempre presente. V. Ex^a tem sonhado com leis boas.

Lembro-me daquela do peso, de o trabalhador não carregar 60 quilos. V. Ex^a fez. Que pena! Sou médico. Um carregador levar 60 quilos nas costas traz dor na coluna, quebra vértebra... Cadê a sua lei? Não sai. Atentai bem, Senador Crivella. Fizemos a lei, que foi para a Câmara, emendaram, voltou para cá, emendaram, voltou, concluímos, e o Presidente da República a vetou.

A Sudene foi imaginada por Juscelino Kubitschek, que, inspirado por Montesquieu, fez três pés neste Brasil: no sul, a indústria automobilística, a indústria aérea, aeronáutica, o parque industrial; no centro do País, Brasília; e no Nordeste – onde existe uma grande desigualdade, pois o sulista ganhava quatro vezes o que o nordestino e o nortista ganhavam, agora aumentou para 8,6 –, ele criou a Sudene, para acabar com essa injustiça. E aumentou, Presidente Lula da Silva: 8,6 é mais do que 4. A renda *per capita* de Brasília é 8,6 maior do que a do Maranhão, Senador Crivella, Presidente Sarney, e a Sudene era para acabar com essa desigualdade. Nós criamos, nós trabalhamos, todos juntos.

Por que sou mais a Câmara de Vereadores da Paraíba do que este Congresso? Vou para lá ser vereador. Giscard d’Estaing, quando perdeu o governo para Mitterrand, ao ser perguntado sobre o que faria, respondeu: “Serei vereador na minha cidade”. Eles procedem melhor do que nós aqui. Eles fizeram a independência do Piauí, independentemente de Dom

Pedro I. Eles derrubaram vetos. Eu vetava, eles derrubavam meu veto. E eu era Prefeito. Ô Lula da Silva, olha como funciona: os Vereadorezinhos derrubavam o meu veto. Eu fui Governador do Estado do Piauí. Todos são mais bravos do que os Congressistas que aqui estão, eles derrubaram meus vetos. Funciona assim. São 30 Deputados, e têm uma cabeça melhor do que uma só! Eles derrubaram! Estou aqui e não estou humilhado, Lula da Silva. Estou é exaltado, porque a democracia tem de se curvar à maioria.

E nós aqui, palhaços do País, temos mais de 500 vetos e não criamos coragem de derrubar um veto do “rei” Lula da Silva. Esta é a diferença: mais de 500. Senador Marcelo Crivella, vamos comprar aqueles narizes para os palhaços daqui. Mais de 500. Respondam!

Vetou a Sudene. O que adiantou o trabalhador que aí está, trabalhando para nos pagar... E nós ganhemos muito, só se pensa em aumentar salário. Por que não se pensa em aumentar coragem, vergonha e dignidade no Congresso?

Senador Marcelo Crivella, a Câmara de Vereadores da minha cidade é melhor do que este Congresso, assim como a Assembléia Legislativa.

É isso. Funciona assim: o Presidente veta, volta, ou então nós somos imbecis e idiotas que passamos quatro anos, dois meses e vinte e seis dias para fazer renascer a Sudene. Tanta gente, tanta dedicação! Está aí a Emenda nº 3, que possibilita o trabalho. Os outros só querem imposto. Eu sei que tem de ter imposto, V. Ex^a sabe que ninguém é contra imposto. Nem Cristo foi. É justo pagar? “Quem é que está na moeda? É César? Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus.” Vamos dar a Lula o que é de Lula. Ele é Presidente da República. Mas este é o Congresso.

Sou contra esse PAC. Lula, estão te enganando.

Senador Marcelo Crivella, V. Ex^a conhece o México também, pois sabe tudo, conhece tudo. É irmão de Cristo, sai divulgando. Em verdade, em verdade eu vos digo, Lula: vá ao México. Vossa Excelência já foi, tirou muitas fotografias nas pirâmides com a encantadora Primeira-Dama. Belas fotografias. Mas vá ao Palácio do México, que tem a seguinte frase do General Obregón: “Eu prefiro as verdades vindas de um adversário à mentira e ilusão dos aliados”. Aliás, aliados ele já reconhece, pois os chama de “aloprados”. Essa é a verdade, Lula.

Lula da Silva, com todo o respeito, PAC, propaganda enganosa...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... Seremos breves.

Propaganda enganosa há. PAC é Publicidade Aumentada e Criminosa! Vai levar à ilusão.

Vamos acabar o que existe! Deus não acabou a construção do mundo e aí foi descansar?! Há obras inacabadas neste Brasil todo. Vou entrar com um requerimento, pedindo que se faça uma comissão. Vou citar apenas dez dessas obras inacabadas no Piauí. Porto de Luís Correa – ele foi lá e tomou banho no mar. Estão lá US\$90 milhões enterrados; faltam US\$10 milhões.

A Alberto Silva, engenheiro ferroviário, eles prometeram fazer os trens voltarem a funcionar. Todo o Piauí, o norte, Alberto Silva, agradecidos, votaram neles – não votaram em mim.

Senador Marcelo Crivella, não há um dormente novo. Enganaram! Quem mente...

Temos lá a Universidade do Delta. Está aqui uma reportagem de Gilson Brito: “Obras de expansão da UFPI em Parnaíba continuam paralisadas”. A Universidade do Delta foi aprovada, no Senado Federal, com o voto dos Senadores Wellington Salgado de Oliveira e Alvaro Dias. Votamos, mas as obras da Universidade Federal do Piauí em Parnaíba continuam paralisadas.

São obras inacabadas, ó, Marcelo Crivella!

Teresina – entre dois rios, mesopotâmia, rio Poti. Este homem que está aqui... Fé sem obra já nasce morta. Minha fé é com obra. No rio Poti, fiz uma ponte em 87 dias, com o engenheiro do Piauí Lourival Parente, com construtora do Piauí, com trabalhadores do Piauí e com dinheiro do Piauí. Heráclito fez em 100 dias, no mesmo rio.

E este Governo que está aí, fazendo propaganda? Era uma ponte para, no mesmo rio, comemorar os 150 anos de Teresina. Teresina vai fazer 151 anos. E vem com a conversa de PAC para mim? Cinco anos, e não faz! No meu Governo, fiz uma ponte, no mesmo rio, em 87 dias. Cinco anos!

Há um hospital universitário – décadas e décadas. O valor... Há um pronto-socorro municipal. O que existe lá eu fiz, mas ficou pequeno, porque foi um anexo ao Hospital Getúlio Vargas, no tempo da ditadura, com o médico Leônidas Melo. Olhe, Crivella, a obra começou com Heráclito – ele, Prefeito de Teresina, eu, de Parnaíba – e foi terminada pelo eficiente Prefeito Firmino Pinto. Faltam os convênios federais.

O cerrado... Ontem, Dia Internacional da Água. Aprenda, Presidente Lula: do Nordeste, o Piauí é o Estado que tem mais água: 19 rios, seis perenes; 100 lagoas; dezenas de açudes – só eu construí mais de dez. Jorra água em Cristino Castro. Há 11 milhões de hectares no cerrado para produzir. Soja: três milhões

do lado do rio Parnaíba. A estrada do cerrado, a Transcerrado, está como deixei.

Queremos que concluam as obras inacabadas. Vou pedir a este Senado uma comissão. Isso já foi feito no passado. Citei dezenas de obras do Piauí. Vou sugerir que cada Estado que tenha obras inacabadas as apresente. Vamos terminar. É dever do governante.

É triste. A Uespi agoniza. O Governo do Estado é do PT. Atentai bem! Fizeram um concurso, mas não pagam. Há salários atrasados, e fizeram concursos. Eis os salários.

Zózimo Tavares – temos uma história dos melhores jornalistas – continua essa tradição. Carlos Castello Branco, Castellinho, é piauiense, homem que levantou sua voz e sua escrita contra a ditadura. Zózimo Tavares diz sobre o concurso de professores... Eles estão em greve. Professor-assistente da universidade...

Ó Crivela, esse Mantega está mudando os números, para enganar o povo. Quinhentos e sessenta e sete reais e setenta centavos – é Zózimo Tavares que diz –, professor-assistente; R\$806,81, professor-adjunto. Os salários são esses. E o maior é de R\$1.200,00. Está parado, porque não pagam, e não há contratado.

Então, este é o Brasil. Se não tivermos Oposição para mostrar que o tripé de uma sociedade é a segurança... Qual é a nota que você, que está aqui, brasileiro e brasileira, dá à segurança? Norberto Bobbio, o mais sábio dos políticos do mundo moderno: o mínimo que se tem de exigir de um governo é a segurança, a vida, a liberdade e a propriedade. O que vivemos hoje é a barbárie.

A educação está aí. Eis o resultado: está parada a Uespi, que não paga nem salários.

E a saúde? Eu sou médico. Ó, Temporão, não o conheço. V. Ex^a conhece? Houve uma coisa boa dele: foi atrás de Adib Jatene, que é um homem extraordinário. Ó, Temporão, vou fazer uma pergunta a V. Ex^a.

Não conheço o Temporão. Não vou julgar; “não julgueis para não serdes julgados”. Sou muito mais eu, porque tenho 40 anos de medicina. Mas, Temporão, não vá, como os outros, mentir para o Presidente da República. Aqui, V. Ex^a está diante de um homem que fez medicina e que, com estas mãos, guiadas por Deus, salvou um aqui e outro acolá. Antigamente – posso ensinar –, era melhor, Crivella. Por quê? Porque o Governo da ditadura...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella – Bloco/PRB – RJ) – Senador Mão Santa, a Presidência pede a V. Ex^a que conclua.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Já estou concluindo, mas quero dar minha colaboração ao Temporão.

Olha, Temporão, não sei sua idade, não o conheço. Só quero dizer-lhe que me conheço. Antigamente, era melhor a saúde. Por quê? Porque a revolução fez o Funrural, deu uma previdência ao trabalhador do campo, que passou a ter assistência. Eu represento a Santa Casa de Misericórdia, os hospitais filantrópicos. Então, a classe médica fazia o seguinte: os hospitais ganhavam uma quantia fixa. Ó, Crivella, trabalhei muito. Palavras sem exemplo são como um tiro sem bala: Padre Antonio Vieira.

Não sei os valores, porque a moeda mudou, mas era um dinheiro bom, e funcionava assim: o Funrural dava R\$200 mil a uma Santa Casa de Misericórdia, vamos dizer. Então, nós, médicos, tínhamos uma tabela boa do SUS; se ganhávamos, abdicávamos. Eu operava gratuitamente. E os outros, os anestesistas. Mas aquele dinheiro ficava para os hospitais se manterem. É isso, Temporão. V. Ex^a não viveu essa época. Essa é a verdade.

Então, acabou a quota fixa aos hospitais filantrópicos: faliram 250. Ó, Temporão, opereí milhares de tireóide, milhares de mamas, milhares de próstatas. Pergunto e o desafio, Temporão: mostre-me um que tenha sido operado, atualmente, de próstata pelo SUS. Não existe. Uma anestesia, pela tabela, sai a R\$9,00; uma consulta a R\$2,50 – eu paguei a um engraxate agora, em Teresina, R\$10. Custa R\$2,50 no médico! Então isso é uma farsa. Não é atendido. A saúde está boa para quem tem dinheiro, para quem está aqui como eu, como Senador, que o Senado garante, para quem tem plano de saúde. Os pobres estão aí.

Ô Crivella, há 15 dias andei no Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro que lhe pertence, ali na Gávea – V. Ex^a sabe. Ia para o Leblon, para o teatro, aí eu vi uma multidão, Crivella, uma multidão pela Gávea. “O que é isso? É bala perdida? É seqüestro? É assalto?” Não. Era o povo do Miguel Couto brigando para ser atendido no Rio de Janeiro.

Aqui, na Ilha da Fantasia, a maternidade da Universidade Federal está parada porque não tem neonatologista, aquele medicozinho especialista em criança. Eu fiz muito parto cesariano ...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Senador Mão Santa, a Presidência pede a V. Ex^a que conclua este lindo discurso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a tem de levar, já que é do Governo, esta... Eu estou cumprindo minha missão. Não há neonatologista, porque eles ganhavam pouco e foram ser médicos de família.

Então, esta é a situação. E eu revivo aqui a luta de Rui, a luta de Joaquim Nabuco pela grandeza deste País.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Parabéns, Senador Mão Santa, pelo pronunciamento efusivo, convicto e brasileiro de V. Ex^a.

Esta Presidência convida o nobre Senador a assumir a Presidência dos trabalhos para que eu possa, num modesto pronunciamento, dar seqüência à verve de V. Ex^a.

O Sr. Marcelo Crivella, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador João Ribeiro, do Tocantins, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, senhoras e senhores presentes no nosso plenário, no meu Estado estamos vivendo um momento difícil, porque, na região Norte, região de Campos, tivemos, por ocasião das chuvas, o desabamento de uma ponte, principal eixo de ligação da capital Rio de Janeiro até as regiões Norte e Nordeste.

Essa ponte precisa ser recuperada. O Ministério dos Transportes está trabalhando, mas, enquanto não se concluem as obras de recuperação, a arrecadação do ICMS da cidade de Campos – segundo me informa o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Campos, o Sr. Adão Soares de Faria – caiu 23%, já no mês de janeiro, e 25% no mês de fevereiro. Essa situação preocupa muito, porque a região de Campos hoje tem centenas de milhares de fluminenses, habitantes que dependem, muitos deles, do transporte, que está sendo feito por uma rodovia de contorno.

Ali, a principal atividade ainda é a cana-de-açúcar, que, agora, volta a ter a mesma importância que teve no princípio da colonização do Brasil – séculos XVI e XVII –, quando a cana-de-açúcar era a principal riqueza do nosso País.

Campos, nos idos de 1600, conheceu a cana-de-açúcar e conheceu o gado, e essas duas riquezas passaram de geração em geração. Atualmente, as maiores plantações de cana do Estado do Rio de Janeiro estão na região Norte, que precisa muito ter essa ponte recuperada.

Estamos na iminência de fazermos um acordo com os Estados Unidos, talvez o principal acordo comercial entre os nossos países – eu diria até o princi-

pal acordo assinado em termos de meio ambiente e de energia dos últimos anos. Brasil e Estados Unidos estão dispostos a desenvolver a tecnologia do etanol e transformar esse combustível no principal combustível de biomassa, nessa época de aquecimento global.

Estima-se que 5% de todo combustível fóssil que hoje é utilizado no mundo passe a ser, em breve, etanol, fruto desse consórcio Brasil/ Estados Unidos.

De tal maneira que as obras de recuperação dessa ponte – faço aqui um apelo ao Ministro dos Transportes e também ao Ministro Guido Mantega, da Fazenda – não podem sofrer nenhum tipo de paralisação ou de atraso. Elas precisam ser até adiantadas no seu cronograma. A ponte precisa voltar a funcionar.

E precisamos também concluir as obras da ponte que liga São João da Barra a Itabapoana, porque também nessa região existem diversas plantações de cana, diversas fazendas, e os produtores não conseguem transpor o rio Paraíba do Sul – e ali é a foz, a barra do rio Paraíba do Sul, a maior riqueza do meu Estado – exatamente porque há uma ponte que, há vinte anos, não é concluída. Essa ponte, que tem vários quilômetros, é a última antes de o rio se lançar no mar, e ela continua inacabada.

Senador Mão Santa, Srs. Senadores, Srs. telespectadores da TV Senado, nós vivemos, neste início de 2007, um dos momentos mais promissores de nossa economia. O IBGE, que é um instituto muito sério, reviu suas fórmulas para o cálculo do nosso Produto Interno Bruto. O Brasil está com um PIB maior. Sua dívida diminuiu em relação ao PIB.

Hoje, temos a comemorar o patamar alcançado pelo Brasil no índice que afere o risco de investimento em nosso País. Esse índice, medido por agências internacionais – nada a ver com a relação Governo e Oposição –, agências européias e americanas, a maioria delas ligada ao Banco Mundial e a instituições financeiras internacionais, atingiu hoje o menor patamar dessa média histórica calculada há muitos anos para o Brasil. Isso é motivo de comemoração. Isso significa mais investimentos produtivos; significa também maior geração de emprego. E V. Ex^{as} sabem que o emprego é seguramente o melhor instrumento para se reduzir a violência no nosso País.

Agora, se temos o etanol, se temos investimentos estrangeiros vindo ao País, se temos uma atmosfera econômica e macroeconômica favorável e os ventos sopram ao nosso favor, fica aqui, Sr. Presidente Mão Santa, uma preocupação deste Senador: é que o Estado do Rio de Janeiro foi fundado em 1565, a cidade do Rio de Janeiro começou em 1565, sendo ela o embrião do nosso Estado; quando, depois de dez anos de

ocupação dos franceses da atual Ilha de Villegagnon, ao lado do aeroporto Santos Dumont...

E aí abro um parêntese, porque amanhã, 24 de março, comemoraremos, na Catedral Presbiteriana do Rio de Janeiro, os 450 anos do primeiro culto protestante feito no Brasil e nas Américas, do Alasca à Patagônia. O primeiro culto protestante, com a fé reformista de João Calvino, foi celebrado, nas Américas, na Ilha de Villegagnon, a que me referi, por dois sacerdotes calvinistas que vieram da Suíça com 14 colonos. Foi o primeiro culto, também, com a realização da Eucaristia. Na data, eles leram o Salmo 24. Depois, como havia ali um jesuíta que instigou questões teológicas, Villegagnon, que era católico, acabou decidindo pela morte desses primeiros missionários da fé reformista no Brasil, que foram trucidados. Quatro foram condenados: dois morreram de imediato; um, que estava no continente, escapou; e o outro, que era alfaiate – e precisavam de alguém para costurar as roupas –, deixaram-no viver, mas sob a promessa de que não iria mais proclamar a fé reformista. O último, aquele que ficara no continente, depois de os franceses serem expulsos, foi degolado, enforcado pelas mãos de outro jesuíta, muito conhecido no Brasil, chamado José de Anchieta. Talvez seja essa a razão pela qual ele não é até hoje santo; ele é beatificado, mas não foi canonizado.

Pois bem; amanhã, vamos comemorar os 450 anos do primeiro culto protestante, com o Reverendo Guilhermino Cunha. Aproveito a TV Senado para fazer esse convite a todos. A comemoração terá lugar na Catedral Presbiteriana do Rio, que tem mais de 120 anos de existência, constituindo-se, pois, em um marco importante na vida espiritual deste País. Hoje, Senador, discute-se uma lei que, a meu ver e também de acordo com o ponto de vista do ex-Ministro do Supremo e Deputado Federal Célio Borja, fere profundamente os direitos de pensamento e liberdade de culto no nosso País. Refiro-me ao PLC nº 122, que foi aprovado na Câmara dos Deputados, e desconfio que os Deputados não tenham percebido a extensão do que ali aprovaram. Aliás, foi aprovado numa sessão de quinta-feira – e há acordo para que não se votem questões polêmicas às quintas-feiras – eu diria até de maneira traiçoeira. Foi aprovado sem muita discussão. Chega aqui e nos preocupa muito porque, em um dos seus artigos, a lei torna crime a crítica, por exemplo, ao homossexualismo.

Nosso País, desde os jesuítas, desde os protestantes, é uma civilização cristã. Temos valores, temos princípios, temos tradições. Nem todos crêem, mas devem ser respeitados na sua credulidade e incredulidade. O que não pode é haver imposição. Já não podemos mais ter, como havia à época da Colônia e

do Império, uma religião oficial. A República separou Estado da Igreja. Não podemos ter também agora o império daqueles que são contrários aos ensinamentos claros da Bíblia, que dizem que o homossexualismo é uma coisa abominável. Isso é o que diz a Bíblia, e o faz de maneira clara.

Sei que, antigamente, o homossexualismo era uma prática escondida; mais tarde passou a ser tolerada; depois, passou a ser aceitável; hoje, é enaltecida em todas as novelas, em todas as peças de teatro, nos programas de televisão. Com essa lei, passa a ser protegida, mas temo que chegue o dia em que seja obrigatório – e vou lutar contra isso. Vou lutar porque acho que um sacerdote, seja católico, seja evangélico, tem o direito – e até o dever – de proclamar a sua fé, de exercer a liberdade de consciência, o direito de opinião, que não é só consagrado na Constituição brasileira, mas também nos tratados de direitos humanos do qual o Brasil também é signatário.

Essa lei, do jeito que está, não pode ser aprovada na Comissão de Direitos humanos e Legislação Participativa. Se o for, não pode ser aprovada no plenário do Senado; se o for, não pode ser sancionada pelo Presidente da República; se o for, temos de lutar para derrubá-la no Supremo, custe o que custar.

Esses sacerdotes protestantes que derramaram o seu sangue na Ilha de Villegagnon escreveram *A Confissão de Fé da Guanabara* 450 anos atrás. Amanhã, vamos comemorar essa data. Não arredaram um passo atrás de suas convicções. Morreram, mas nos legaram, Senador Mão Santa, um exemplo, que precisa ser seguido. Morreram na carne, mas continuam vivos no espírito, na convicção, sobretudo na fé. Não podemos permitir que uma lei interfira no relacionamento do pai com o seu filho ou da mãe com a sua filha, de ensinar aquilo que lhes dita a consciência. E, se eles acham que o homossexualismo é errado, têm todo o direito de dizer isso aos seus filhos. Isso não pode ser um crime de opinião. A lei não pode interferir nisso. E essas coisas precisam ser deixadas claras no plenário do Senado Federal.

Mas, Senador Mão Santa, concluo o meu pronunciamento, porque queria trazer aqui apenas uma preocupação. Sou, hoje, um Senador feliz porque o Brasil está numa situação econômica muito mais favorável do que aquela de quando o Presidente Lula assumiu. Tínhamos, naquela ocasião, juros de 26% definidos pelo Copom; hoje, temos abaixo de 13%. Tínhamos um déficit na nossa balança comercial que superava os US\$40 bilhões; hoje, nos quatro anos do primeiro Governo, acumulamos um superávit de mais de US\$100 bilhões. O dólar está baixo, o risco-Brasil é o mais baixo da série histórica, a comunidade internacional está

vindo para aplicar recursos em nosso País, e temos um grande projeto que é o etanol.

No entanto, é preciso deixar um alerta, para que, com a cana-de-açúcar, não venha de novo o latifúndio. No Brasil do séc. XVI, por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, fundada em 1565, Salvador Correia de Sá e Benevides, o Governador mais rico da história do Rio de Janeiro, foi quem deu o nome ao bairro do Galeão, ali pertinho do aeroporto que V. Ex^a usa quando vai visitar aquela terra que, aliás, lhe deu a formação de médico que o Piauí tanto aplaude. Galeão era o estaleiro do Governador Salvador Correia de Sá e Benevides, onde se construíam os galeões para buscar escravos. Ele, que foi um grande traficante de escravos, transformou o Rio de Janeiro todo em um grande canavial: a Baixada de Jacarepaguá, a Zona Oeste. Ele transformou toda aquela área da Baixada Fluminense, a que conseguiu desmatar, em um grande canavial.

A partir daí, o Rio de Janeiro sempre cresceu com uma desigualdade tremenda, origem – eu diria – de toda essa violência que hoje aflige a nossa população no seu cotidiano.

Já tentei, mas não consegui lembrar o nome de uma importante família do meu Estado que plantava cana de Mangaratiba até São Paulo. Toda aquela mata, da área de Angra dos Reis, de Parati, é secundária. Aquela Mata Atlântica, primária foi toda devastada para plantação de cana-de-açúcar.

Precisamos, Senador Mão Santa, nessa nova e fascinante fase do Brasil, poder exportar um combustível muito mais adequado às nossas condições ambientais, que serão o etanol e o biodiesel; precisamos cuidar para que o povo mais pobre, sobretudo os produtores rurais, tenham condições de usufruir da riqueza que produzem. Creio que o Senado Federal deve se preocupar com isso.

O programa precisa ser incentivado com recursos, créditos e planos. Já estou preparando no meu gabinete e vou o submeter aos Srs. Senadores um Pró-etanol e um Pró-biodiesel. Vamos debater com os técnicos da Petrobras, com os nossos usineiros e vamos falar também com as nossas autoridades estaduais, com as universidades e os sindicatos, mas vamos ouvir, desta vez, também os bóias-frias, aqueles que vão cedo, pela manhã, para cortar cana e que, às vezes, trabalham como escravos e recebem tão pouco. É das suas mãos que sai essa grande riqueza que, agora, não será só do Brasil, mas também do mundo.

O povo de Campos, que já desde o séc. XVI, produz riquezas para este País, espera, Sr. Presidente, nessa fase de prosperidade, de etanol, nessa fase em que temos a perspectiva de contribuir com um combustível que não concorra para o aquecimento global,

favorecendo a diminuição da temperatura da Terra, ter a sua ponte restaurada. Faço esse apelo em meu nome e em nome dos 500 mil habitantes de Campos.

É preciso, Sr. Presidente, que o Ministério dos Transportes acelere as obras para que possamos restaurar o tráfego que o liga o nosso Estado ao Norte e ao Nordeste de nosso País.

Ouçó com atenção o Senador Edison Lobão, do Maranhão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Marcelo Crivella, vejo-o aqui com frequência no cumprimento de seu mandato de Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, sempre defendendo os mais legítimos interesses do povo daquela terra. Em verdade, o Rio de Janeiro e o Maranhão foram os dois Estados que madrugaram no cultivo da cana-de-açúcar; Pernambuco vem em seguida e Alagoas, mais tarde. Hoje, o etanol virou uma esperança do mundo em matéria de preservação do meio ambiente. Quando V. Ex^a aqui vem defender os trabalhadores do campo de seu Estado, notadamente da cidade de Campos, aquele grande centro promotor da economia do Rio de Janeiro, não posso deixar de me regozijar com V. Ex^a, mas, sobretudo, com o Estado do Rio de Janeiro por ter um Senador da qualidade de V. Ex^a. O Rio de Janeiro pode orgulhar-se do representante que mandou para Brasília, para esta Casa, porque eu jamais vi V. Ex^a na defesa de interesses pessoais e, sim, defendendo os interesses do povo de sua terra, que tão bem representa. Cumprimento, portanto, o Rio de Janeiro pelo Senador que mandou a Brasília.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Senador Edison Lobão, fico muito feliz com as palavras elogiosas de V. Ex^a, mas quero dizer que nesta Casa sempre tive um grande professor, e esse professor é V. Ex^a, desde o meu primeiro dia. Aliás, não sei se V. Ex^a se lembra, mas, antes de assumir o meu mandato, procurei V. Ex^a, que, naquela época, presidia esta Casa.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Estava, na verdade, no exercício da Presidência. De qualquer forma, agradeço a generosidade das palavras de V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – V. Ex^a me deu o primeiro exemplar do Regimento Interno; falou-me da tramitação das leis, dos projetos, das comissões, dos discursos. Enfim, foi com aquela primeira orientação que procurei traçar a minha trajetória nesta Casa e nunca me afastei desse convívio tão fraternal, tão amigo, tão sincero que tenho com V. Ex^a.

Há Senadores que chegam a esta Casa em decorrência de uma grande atividade empresarial; há outros que são políticos por tradição; há aqueles que

são vultos de nossa história acadêmica. Sr. Senador, cheguei a esta Casa como um peregrino chega à porta de um templo, como um caminhante, vindo de dez anos na África...

(Interrupção no som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a pode ficar à vontade, pois não lhe faltará tempo. Aqui estamos como Cristo, que multiplicou pães e peixes: multiplicaremos o tempo de V. Ex^a para que o povo brasileiro ganhe com a sua sabedoria.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Já concluirei, Sr. Presidente. Obrigado pela generosidade.

E, à porta desse templo, como um peregrino, como um caminhante, encontrei V. Ex^a com a lanterna do saber, da experiência. Nesta Casa, V. Ex^a já trilhou todas as posições, todos os cargos, e conquistou grandes vitórias para o Maranhão. E quando foi que vimos o nome de V. Ex^a envolvido em qualquer escândalo, por menor que fosse? Não há esse precedente, porque V. Ex^a é realmente um político de tradição nesta Casa. Agradeço a Deus por esse convívio e por essa amizade.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Senador, permita-me um aparte.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pois não, Senador Casagrande. Ouço-o com muita atenção.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Será muita rápida a minha intervenção, Senador Crivella. Gostaria apenas de participar do debate sobre o etanol, que é um tema muito importante. O etanol representa uma oportunidade para o nosso País, que tem uma quantidade enorme, Senador Lobão, de terras com baixa produtividade. Precisamos ocupar as áreas de terra que não estão sendo aproveitadas de forma adequada, como as grandes áreas de pastagem de baixa produtividade, com a cana-de-açúcar e também com outras culturas. Temos uma grande oportunidade em nossas mãos. O etanol, agora, pela necessidade de substituição do combustível fóssil por um combustível de origem vegetal, renovável, mais limpo, é uma grande oportunidade que temos. O Brasil precisa fazer algumas coisas: a relação trabalhista precisa melhorar nessa atividade, como o Senador Crivella observou; há também a questão ambiental, que não pode mais continuar sendo negligenciada, afinal, se o etanol é uma vedete hoje, deve-se à questão ambiental. Não há sentido em derrubar áreas de floresta para produzir etanol; não existe nada que justifique isso. Ao contrário, o avanço da fronteira agrícola tem causado desmatamento no País. Quero só concordar

com o pronunciamento de V. Ex^a e dizer que o Brasil precisa, certamente, fazer um zoneamento agroecológico para a expansão da cultura da cana-de-açúcar. Precisamos, efetivamente, incrementar a fiscalização e o controle para melhorar a relação capital-trabalho, para que possamos ter, além da proteção ao meio ambiente, também melhores condições de trabalho para os brasileiros. Obrigado, Sr. Senador.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Eu é que agradeço. O aparte de V. Ex^a é lúcido: queremos novamente o ciclo da cana-de-açúcar, que tanta riqueza trouxe ao País, mas não os desmatamentos, não os latifúndios, não os escravos trabalhando nas culturas, não os Salvadores Correia de Sá, traficantes e monopolistas de uma cultura e de uma riqueza que deveria ser distribuída ao nosso povo.

Senador Mão Santa, termino dizendo que me preocupa o PLC nº 122. Peço a atenção dos Senadores desta Casa, sobretudo daqueles que professam a fé. Tenho certeza de que ainda vou ouvir aqui desta tribuna a respeito desse assunto o Senador Pedro Simon e o Senador Marco Maciel. Aliás, podemos lembrar Cristo dizendo: “Pedro, tu me amas?” Três vezes: “Pedro, tu me amas?” É hora de esse amor se transformar em palavras na tribuna desta Casa. V. Ex^a, Senador Pedro Simon, mais que ninguém, tem a experiência de quem conhece o povo brasileiro e a vida política, a idade e a razão. V. Ex^a certamente abordará esse tema com o cuidado e com a sabedoria que os anos da experiência lhe trouxeram.

Sr. Presidente, eram essas as minhas palavras. Agradeço muito a V. Ex^a pela generosidade que me concedeu estendendo o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Agradecemos ao Senador Marcelo Crivella, principalmente por recordar a vida cristã de nosso País. Há 507 anos, o Frei Henrique de Coimbra trouxe ao Brasil a palavra de Deus, e, há 450 anos, os evangélicos já faziam seus templos e suas pregações na doutrina de Lutero e de Calvino, que, sem dúvida alguma, aperfeiçoaram nossa doutrina, portuguesa cristã, que foi muito influenciada pelos seguintes dizeres: “É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar no Reino dos Céus”. Tudo isso foi transformado pela sabedoria de Calvino, que V. Ex^a representa.

Não vamos buscar o que nos separa, se Frei Henrique de Coimbra ou os primeiros calvinistas que aqui chegaram. O que nos une é Cristo, que nos leva a um mundo melhor.

Concedemos a palavra, como Líder do Estado do Tocantins, pelo PRL, ao Senador João Cordeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, faço apenas duas correções: meu nome é João Ribeiro, e o Partido é o Partido da República (PR).

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Quanto ao PR, acertei. Mas disse “Cordeiro”, porque me lembrei de Cristo e daquela figura da Igreja que relembra Cristo, o sacrifício, a luta e a pureza.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago a esta tribuna, nesta sexta-feira, dois assuntos extremamente importantes que dizem respeito ao Brasil e ao meu querido Estado do Tocantins. O primeiro deles, Sr. Presidente, refere-se à nossa Universidade Federal do Estado do Tocantins.

A criação do Estado de Tocantins foi uma luta mais do que secular. Todos aqueles que lutaram pela criação do Tocantins, inclusive eu, tinham razão quanto à questão da redivisão territorial do Brasil. O Senador Edison Lobão, que aqui está, quer criar o Maranhão do Sul. Vamos ajudar S. Ex^a, porque é importante redividir este País territorialmente. Maranhão, Pará, Amazonas e outros Estados precisam ser redivididos, para que o Poder Público chegue mais perto do cidadão.

Hoje, vim aqui para tratar da Universidade Federal do nosso Estado. Quando se criou o Tocantins, Sr. Presidente Mão Santa, criamos a Universidade Estadual do Tocantins. Embora houvesse um projeto de lei, não foi possível, no primeiro momento, criar a Universidade Federal do Tocantins. Daí para frente, houve uma luta imensa, para que pudéssemos transformar a nossa Unitins em Universidade Federal de Tocantins (UFT), que hoje é orgulho para todos nós tocantinenses e que é muito bem dirigida pelo magnífico Reitor Professor Doutor Alan Barbiero.

Nossa Bancada Federal, Sr. Presidente Mão Santa, talvez, tenha sido a primeira do Brasil a colocar emendas, inclusive individuais, à Universidade Federal, para completar, apoiar e demonstrar o interesse que nós, como Parlamentares, temos pelo ensino superior do nosso Estado, pela formação da nossa juventude intelectual.

Sr. Presidente, quando conseguimos criar a Universidade Federal do Tocantins, ela encampou os *campi* universitários, tornando-se, assim, uma universidade *multicampi*, um modelo novo de universidade. Em duas cidades, em função de uma série de dificuldades, o *campus* havia sido municipalizado: em Guaraí e em Colinas. O que ocorreu? As faculdades e as instituições municipais de ensino superior vão bem, mas nosso Estado é pobre. O grande problema do ensino superior no Brasil, Sr. Presidente Mão Santa – V. Ex^a sabe disso –,

é a remuneração. Não é novidade para ninguém que o grande problema do Brasil é a falta de emprego. Sem emprego, como um pai vai sustentar dois ou três filhos numa faculdade, em um curso superior?

Existe uma luta muito grande por parte dos estudantes, da comunidade estudantil – não por parte dos professores ou dos funcionários. Aconteceu em outros lugares. Em Araguaína, por exemplo, havia mais de 100 professores. Quando se fez um concurso, penso que não foram aprovados 20. Não sei o número exato neste momento, mas sei que os aprovados foram brasileiros de outros lugares do Brasil. É a lei do concurso público. Infelizmente, é isso que acontece.

E por que digo que são os estudantes que querem isso? Nossa Prefeita de Colinas, Sr^a Maria Helena, está aqui, juntamente com a Professora Míriam, que é a Diretora da nossa Fundação de Colinas, onde está sendo ministrado o primeiro curso de Direito do Estado do Tocantins. Diga-se de passagem, em rápidas palavras, é uma excelente faculdade, com prédio novo. Inclusive, no ano passado, lá estive inaugurando uma parte nova; há outra pronta para ser inaugurada.

Estou chegando do MEC neste momento, Senador Edison Lobão. O que fomos fazer no MEC e no Cesul? Estarei com o Ministro da Educação, na semana que vem. Aliás, vou convidar nossa Bancada Federal da Câmara e do Senado, para que possamos fazer aquilo que foi prometido pelo Ministro Tarso Genro, quando foi Ministro da Educação. Depois, teremos uma conversa com o Ministro Fernando Haddad, para que S. Ex^a receba esses *campi*, essas duas fundações, a fim de transformá-los em universidade federal e de, assim, completar a nossa universidade *multicampi*.

O Tocantins é um Estado ainda em formação, Senador Edison Lobão. E, nesse sentido, não podemos deixar de falar da redivisão territorial, que foi muito boa para o Estado de Goiás e, conseqüentemente, para o Estado do Tocantins, que é um exemplo para o Brasil. Com isso, conseguimos criar nossa universidade federal.

Estarei reunido com toda a Bancada e com o Ministro Fernando Haddad, que é meu amigo pessoal, Ministro competente e preparado, que permanece no Ministério da Educação.

Ontem, o Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação, da qual sou membro titular, apresentou proposta para o PAC da educação, que está sendo elaborado, para ser anunciado pelo Presidente Lula.

Portanto, faço este pronunciamento, para dizer que não abrimos mão do reconhecimento desses dois *campi* e também do de Gurupi, Unirg – este é um pouco mais complicado em função do grande número

de alunos e professores, que passa de cinco mil. De qualquer forma, é muito importante que abordemos essa questão.

O Professor Doutor Alan Barbiero, nosso Reitor da Universidade Federal de Tocantins, está do nosso lado e sabe das dificuldades que temos vivido.

Na Universidade Federal de Tocantins, já houve vestibular para Medicina; já estamos implantando o curso de Medicina. Contando com este, há quatro cursos de Medicina no Tocantins, como o da Unirg, em Gurupi; o de Porto Nacional; e o da Faculdade ITPAC, em Araguaína, que foi uma grande revolução para a cidade quando esta perdeu a condição na disputa pela capital do Estado do Tocantins, ficando adormecida por um período. Bonifácio de Andrada, Deputado Federal, foi lá e implantou a ITPAC, com nosso apoio. Lá já se formaram vários médicos. Inclusive, ajudei no reconhecimento desses cursos. E, agora, nossa Universidade Federal vai ter o curso de Medicina, na nossa capital do Estado, para formar nossos profissionais.

A exemplo do Senador Marcelo Crivella, com muito prazer, concedo um aparte ao Senador Edison Lobão, que é professor de quase todos nós, aqui, nesta Casa. Mas, além de professor, é também meu padrinho.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Para minha honra e para meu orgulho. Senador João Ribeiro, somos Senadores para legislar para o País. Mas não podemos perder de vista as nossas origens, os interesses da nossa base; e é o que V. Ex^a faz com frequência aqui, um exemplo admirável. Está sempre ligado aos interesses nacionais, sim, mas por igual aos interesses do Estado do Tocantins, ao qual pertence como Senador ilustre e que compõe esta Casa. Em todos os momentos que discutimos as dificuldades brasileiras, o tema educação sempre surge. Não se pode, portanto, promover o crescimento nacional, o bem-estar do povo brasileiro sem olhar de frente e muito próximo a questão educacional. Ora, sendo um Estado novo, como é o Tocantins, uma das primeiras lutas que os Líderes deveriam ter, e tiveram – e V. Ex^a estava à frente daqueles que batalharam por isso – era a criação da Universidade Federal. Afinal foi criada, mas ela precisa, de fato, ser interiorizada. É o que de algum modo fizemos no Maranhão; eu consegui a criação do **campus** de Imperatriz. Outros estão sendo criados também no interior do Estado do Maranhão. E o *campus* de Imperatriz foi responsável por grandes benefícios nesse setor.

Muita gente já se formou em Imperatriz. Temos advogados que lá se formaram, assim como outros profissionais. Não posso deixar, portanto, de exaltar seu interesse pela educação, pelo ensino superior do seu Estado, sem perder de vista o ensino médio

e o ensino básico, fundamentais, sem os quais não se chega ao patamar seguinte. Mas quero agradecer, por igual, seu interesse na criação do meu Estado do Maranhão do Sul. V. Ex^a passou por essa experiência e pode nos dar aula sobre isso. Vi aqui a luta de Siqueira Campos, que se submeteu até mesmo a uma greve de fome pela criação do Tocantins. E, afinal, na Constituinte de 1988 isso foi possível, criou-se o Estado de Tocantins, que era um bolsão de dificuldade, de pobreza e até de miséria, como no meu Estado. Hoje, o Tocantins emerge e avulta como o Estado que mais cresce na Federação brasileira. Aí está o exemplo. Aqueles que se opõem à criação do Maranhão do Sul –, e estão basicamente na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro –, nada sabem sobre criação de Estado, nada sabem sobre Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Maranhão, Piauí. Não se interessam em estudar isso. Querem apenas criticar e opor-se. Eles se opõem com uma veemência própria daqueles que não estudaram – e eles não o fizeram, repito – a questão. Mas V. Ex^a será uma palavra de grande importância para nós nessa luta, porque conhece, esteve na gênese da criação do seu Estado de Tocantins.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sou eu que agradeço, nobre Senador Edison Lobão, homem público dos mais respeitado deste País, que tem uma vasta experiência política. V. Ex^a, que encampa a criação do Estado do Maranhão do Sul, já aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e que agora vem ao plenário, conte com meu apoio, com meu trabalho e com meu testemunho de como foram importantes os fatos relatados por V. Ex^a e, sobretudo, a criação do meu querido Estado do Tocantins. Se fôssemos debater, ficaríamos a tarde inteira falando, mostrando os exemplos positivos da emancipação de uma área que, às vezes, até pela extensão territorial, pelas dificuldades financeiras, vive um pouco isolada, como vivia o norte de Goiás. Foi bom para os dois Estados.

Sr. Presidente, encerro essa parte – em mais dois ou três minutos concluirei meu pronunciamento, para dar oportunidade aos demais Senadores que ainda querem falar – dizendo que nossa luta agora é a população de Colinas, de Guaraí, a comunidade estudantil de um modo geral.

Embora exista preocupação com a transformação em campus de universidade federal. Logo depois virá a questão dos funcionários e dos professores, e será preciso fazer concurso público. Mas é assim mesmo. A vida é isso. É preciso entender que o benefício é muito maior do que o prejuízo.

Estamos à frente dessa luta, com os líderes de Guaraí: o Prefeito, Padre Milton; a Prefeita de Colinas,

Maria Helena; os vereadores; os Deputados Estaduais e Federais; o Governador; todos aqueles que querem o bem do Estado.

Falando em Tocantins, Sr. Presidente, abordarei o segundo assunto – e serei breve –, também extremamente importante, que envolve o Maranhão do Senador Edison Lobão: a construção da usina hidrelétrica de Estreito.

Senador Edison Lobão, hoje há uma luta e um confronto de algumas pessoas, às vezes interessadas em serem contra alguma coisa. Acredite V. Ex^a que tem gente se manifestando contra a construção da usina hidrelétrica de Estreito. Ora, se queremos a eclusa – é claro que a queremos! –, isso ficou claro, definido na aprovação da licença ambiental, exigida pelo Ibama. O Ministério dos Transportes encaminhou um ofício dizendo da sua responsabilidade na construção da eclusa, que não é responsabilidade da iniciativa privada.

Todas essas usinas hidrelétricas estão sendo construídas no novo modelo das PPPs. E, para isso, o Tocantins também é exemplo, pois a primeira usina hidrelétrica do Brasil construída totalmente com recursos da iniciativa privada desde sua concessão foi a usina hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, que tem o nome daquele ilustre brasileiro que foi meu amigo pessoal e que Deus levou.

A hidrelétrica de Peixe Angical está concluída, e estamos fazendo mais acima a usina hidrelétrica de São Salvador. A usina de Ipueiras, que havia sido enterrada, nós a resgatamos com o nome de Tocantins. Mais abaixo tem a de Itapiratins; e, mais abaixo, a do Estreito, que está sendo construída depois de muita luta, Senador Edison Lobão. Numa conversa com a Ministra Dilma, ela me disse: “Senador, vocês têm de ir à bancada, brigar, senão os falsos ambientalistas deste País acabarão criando empecilhos e não será autorizada a construção da hidrelétrica de Estreito”.

Eu dizia pouco tempo atrás, em outro pronunciamento, que, quando o Presidente Lula esteve em Aguiarnópolis, no Tocantins, para visitar um trecho da Ferrovia Norte-Sul – graças a Deus, o Presidente Lula tem sido iluminado nesse sentido, pois está construindo, com o apoio da nossa Bancada, essa ferrovia tão importante para o Brasil –, havia muitas faixas num dia de muitas homenagens ao Presidente Sarney. O Presidente Lula disse a mim, pessoalmente: “Fui injusto muitas vezes, fiz discurso contra a Ferrovia Norte-Sul, mas hoje reconheço que é uma ferrovia de integração nacional, importantíssima”. Tanto é verdade que está no PAC, é prioridade absoluta. Nessa visita, o Presidente viu a necessidade da usina e sabe que entre as que estão no PAC para serem construídas está a de Estreito.

E, lamentavelmente, há um movimento contrário no meu Estado, não sei qual tipo de proveito que um ou outro político quer tirar. Eles dizem: “Se não fizer eclusa, não deixaremos construir usina hidrelétrica”.

Ora, seria muito importante se tivéssemos dinheiro para fazer tudo isso. Eu disse isso ao Presidente Lula numa viagem do Tocantins para cá e em duas ou três ocasiões. Ele disse: “Senador, eu faço, temos condições de fazer uma das duas obras que são muito importantes. Sei que vocês querem as eclusas para fazer a navegação pelas águas do rio Tocantins e do rio Araguaia, mas temos a Ferrovia Norte-Sul. Então vocês precisam escolher”. O que vamos fazer agora, Senador Mão Santa? Eu disse: “Presidente, vamos continuar a ferrovia. E assim que o País tiver condição, faremos também as eclusas, faremos a hidrovía, que é extremamente importante”.

Recentemente, cheguei da China, onde vi as eclusas, as hidrovias. E na Europa é do mesmo jeito, é o frete mais barato, é maravilhoso. Mas e o dinheiro para fazer tudo isso? Então, iniciaremos pela ferrovia, que é muito importante também, para escoar nossa produção para integrar o Brasil nessa questão.

Então, é preciso que as pessoas tenham cuidado. São R\$400 milhões, meu caro e ilustre Senador Lobão, que serão investidos na área impactada, nas doze cidades, incluindo duas do Maranhão – Estreito e Carolina –, e mais dez do Tocantins. São obras sociais que serão construídas rapidamente. Lembro-me de Peixe, das obras que foram construídas, obras sociais importantes, das moradias; enfim, de tudo o mais e do mesmo jeito serão feitas nessas cidades.

Serão cinco a seis mil empregos diretos durante quatro anos! E quantos indiretos! Isso vai impulsionar a nossa economia, a economia dos dois Estados naquela divisa dos dois Estados irmãos, dos povos irmãos.

Além disso, a de Santa Isabel – já concederei um aparte a V. Ex^a, Senador Lobão – apresentei à Ministra Dilma e ao Ministro Silas, que é amigo de V. Ex^a, e está pronto para ir ao Ibama para a licença ambiental na sua nova versão, com mais de 500 megawatts, com impacto muito menor, e, portanto, as empresas e os investidores estão todos interessados, brigando para fazer essa usina hidrelétrica, que é de interesse do Governo Federal, de interesse nacional e de nossa região.

Então, é preciso termos cuidado para contestar alguma coisa. Dizem que só não é criticado neste País quem não trabalha, e parece que é verdade esse ditado popular.

Concedo, mais uma vez, um aparte, com muito prazer, ao Senador Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – A hidrelétrica de Estreito, assim como a de Serra Quebrada e Imperatriz, é uma luta que já vem de 30 anos, todos estamos envolvidos nela. Ambas estão no rio Tocantins, nas fronteiras do Maranhão com o Tocantins. A de Estreito começou, e V. Ex^a nos traz a informação, que é verdadeira, de ação de alguns ambientalistas, que, esquecidos da necessidade dessa hidrelétrica para o Brasil inteiro, não apenas para nós da região – nós até temos a energia de Tucuruí, que já nos abastece o suficiente...

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – A de Lajeado.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – ...Lajeado e Luiz Eduardo Magalhães, mas ela é uma hidrelétrica que vai abastecer o Brasil, São Paulo, Rio Grande do Sul, porque se interliga com todo o sistema brasileiro, a partir de uma grande central de redistribuição de energia elétrica de Imperatriz, que vem de Imperatriz até Brasília, e daqui se interliga com o centro-sul. Ela é, portanto, de fundamental importância.

Mas as dificuldades surgem por parte muitas vezes do Ministério Público, do Ibama, do Incra, da Funai, enfim há dificuldade de toda a natureza. Eu, hoje, estou convencido de que nós precisamos alterar a lei ambiental. O Ibama em si mesmo cria problema, mas a lei também é geradora de fatos neste sentido. Nós precisamos atualizar esta lei. A lei nasceu e nasce sempre para servir ao interesse nacional e não para prejudicar o interesse nacional. E é o que está fazendo, hoje, nesse particular, a lei ambiental do Brasil. Eu até convido V. Ex^a a se juntar a esse grupo que começa a se formar no sentido dessa alteração que há de ser urgente sem a qual não vamos construir Serra Quebrada e Estreito vai passar ainda por dificuldades imensas, além de outras hidrelétricas. Quanto às eclusas V. Ex^a tem total razão. Elas são convenientes? São. São indispensáveis? Não. São convenientes, mas não são indispensáveis. Mas, para serem realizadas essas eclusas, o Governo Federal terá de custeá-las, porque elas não podem fazer parte do interesse das empresas privadas, portanto das PPPs. É uma obra à parte, que servirá à navegação, pois vai regular a navegação, mas não diz respeito ao interesse da iniciativa privada.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Agradeço o aparte de V. Ex^a mais uma vez muito esclarecedor e enriquecedor e concluo dizendo, Senador Edison Lobão, que esta semana houve a convocação do consórcio que está construindo – e está ainda na fase de canteiro de obras – e o Presidente Lula deve ir ao lançamento dessa usina hidrelétrica tão importante para o País, 1087 megawatts, para se juntar a esses

linhões que estão sendo construídos. Na Norte/Sul, já existem três e fala-se em construir outro linhão. E a Assembléia Legislativa, em uma sessão, convocou a Diretoria desse Consórcio para dar explicações e esclarecer as dúvidas, porque, na verdade, até por Requerimento da minha filha Luana, que é Deputada Estadual, ontem, quinta-feira, foi o dia em ocorreu esse debate na Assembléia Legislativa. Houve até Deputado que brigasse e que está chateado porque o canteiro de obras está em Estreito, no Maranhão, porque é lá que vai ficar a casa de máquinas. Soube que, nos debates havidos lá, o pessoal do Consórcio informou que quem define o local é a Aneel e não eles. E se o canteiro de obras fosse alocado em Tocantins, os Parlamentares estaduais do Maranhão iriam, também, com certeza, reclamar. Isso não tem jeito. O importante é que os dois Estados, como também o País, serão beneficiados. No período da construção, serão os dois Estados e, com a geração de energia, o Brasil inteiro será beneficiado, para que nós não venhamos a ter um novo apagão, uma nova crise de energia elétrica no Brasil.

Então, é muito importante que os Parlamentares estejam cumprindo o seu papel, mas é preciso ter cuidado. Alerto para isso. É preciso que se tenha cuidado para não se entrar na questão do oba-oba, para querer prejudicar a construção de uma obra de extrema importância para os dois Estados.

Volto a repetir que serão 5 ou 6 mil empregos diretos durante quatro anos, apenas com a construção de Estreito. E tenho uma esperança forte, Senador Lobão, de que vamos também conseguir a licença ambiental de Santa Isabel dentro de pouco tempo, assim como a das outras programadas.

V. Ex^a citou agora a de Serra Quebrada. Como disse o Senador Edison Lobão essa luta vem de mais de vinte anos. Parece-me que existe ali meia dúzia de índios. Não tenho nada contra os índios, tenho todo o respeito por eles, mas, Senador Lobão, não há sentido. No caso de Estreito, surgiu um problema indígena, alguém dizendo que ali havia sido uma terra indígena não sei quando. Então, neste País, não se faz mais nada?

Eu fiz parte da Subcomissão da questão indígena no Brasil e sei que tudo começou com os índios. Até aqui em Brasília existiam índios. E onde não existiram índios? Se partirmos para esse lado, fica muito complicado. V. Ex^a disse: estou pronto para me juntar a V. Ex^a na questão do estudo da melhoria da nossa lei ambiental. É preciso modernizar sem prejudicar.

Há algum tempo, eu disse ao Presidente Lula: “Presidente, no bom sentido, o senhor precisa bater na mesa com força, chamar todos os órgãos ambientais para uma conversa aqui e resolver o problema am-

biental no Brasil, senão as obras não vão para frente, nada acontecerá, será tudo emperrado.”

Há, sim, o problema da questão da lei, mas há os que têm má vontade, aqueles que não têm muita vontade que as coisas caminhem.

Era isso o que eu queria. E agradeço ao Senador Mão Santa pela paciência que teve comigo e vamos esperar que essa questão que aqui abordei sobre a Universidade Federal do Tocantins, relacionada aos dois *campi* universitários, seja reconhecida pelo Governo Federal e que possamos construir nossas usinas hidrelétricas, para melhorar, cada vez mais, a matriz energética do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador João Ribeiro, brilhante pronunciamento, ainda mais com a participação deste extraordinário homem do Brasil, que é Edison Lobão, do Maranhão. S. Ex^a abordava os mesmos problemas, Senador João Ribeiro. V. Ex^a falava da eclusa, e nós, Edison Lobão, lá, na nossa Boa Esperança, inaugurada pelo Presidente Castello Branco, no nosso rio Parnaíba. Ele não é navegável. No sul do Estado, também do Maranhão, onde ele recebe o Balsas, ele seria navegável. Mas não temos eclusas. Boa Esperança foi inaugurada no governo Castello Branco. V. Ex^a foi um dos líderes, como Milton Brandão, que construíram aquela obra. Mas e as eclusas? Ouvi o Presidente da República, recentemente, prometer ao Alberto Silva a ferrovia denominada Estrada de Ferro Central do Piauí. Ele, entusiasmado, votou no Lula, nos candidatos do PT, e não foi colocado um dormente na Estrada de Ferro Central do Piauí, em Teresina, Parnaíba e Luís Correia.

E a universidade? V. Ex^a também faz bem ao referir-se à universidade. É preciso lembrar que as universidades privadas cresceram, mas a mensalidade de um curso de Medicina, em uma privada, Senador Edison Lobão, no Maranhão de V. Ex^a, é de R\$4 mil por mês. Portanto, é proibitivo à classe média formar um médico ao custo de R\$4 mil por mês. E a manutenção do curso, os livros, as necessidades do estudante? É inviável. Temos de buscar, como busco, a Universidade do Delta, para que o pobre tenha condição de ser doutor.

Peço permissão para prorrogar esta sessão, porque, regimentalmente, ela termina às 13 horas. Vamos prorrogá-la por dez minutos para ouvirmos o Senador Renato Casagrande, do Estado do Espírito Santo.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa; Sr^{as} e Srs. Senadores; senhoras e senhores, o meu pronunciamento, primeiramente, refere-se à minha posição sobre a

decisão que a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara tomou ontem em relação aos subsídios dos Parlamentares. Como essa matéria virá para cá, quero, desde já, manifestar minha opinião.

A minha primeira observação é no sentido de que a forma usada pela Comissão, na minha avaliação, é inadequada. Quem tem de decidir sobre subsídio de Parlamentar é a Mesa Diretora das duas Casas, ouvindo o Colégio de Líderes, para que não haja dúvida a respeito e para que não haja nenhuma tentativa de se fazer esse debate de forma não-transparente, de forma obscura. Portanto, a minha discordância é em relação à forma. Creio que esse é um debate que se deve fazer publicamente, e a forma como foi feito, por iniciativa de um Parlamentar, que tem legitimidade, mas não é a maneira pela qual deve ser feito pelas duas instituições.

A outra questão, Sr. Presidente, sobre a qual também quero manifestar minha posição, diz respeito à hipótese de se estabelecer uma correção da verba indenizatória e de se estabelecer um percentual dessa verba, que pode ser gasto de forma livre. Não há dinheiro público gasto de forma livre. Para qualquer dinheiro público gasto, tem de haver comprovação das despesas, a não ser que alguns queiram ser presos. Temos de ter consciência de que é necessária, é obrigatória a comprovação das despesas quando envolvem o gasto de recursos públicos.

Então, quero manifestar minha opinião com relação à forma do debate e com relação à verba indenizatória. Creio que temos condições de debater com a sociedade o reajuste do subsídio no valor do percentual da inflação. Mas não podemos passar disso, ou não deveríamos passar disso, para que não coloquemos aqui, nesta Casa, uma pauta negativa, uma vez que existe uma pauta importante, na área do desenvolvimento, para discutirmos com a sociedade por muito tempo.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, o pronunciamento que vou fazer, de forma muito rápida, é sobre educação. Julgo ser, como outras, uma área importante. Não sou daqueles que acham que a solução dos problemas brasileiros está presa apenas à solução dos problemas de uma área, de um setor. Temos de dar passos significativos e persistentes em diversas áreas: na área de educação, na área do combate à insegurança, na área da agricultura, na área do combate à corrupção. Enfim, há diversas ações a serem realizadas, mas a área da educação é naturalmente estratégica, porque, com o investimento em educação, possibilitaremos que mentes sejam preparadas para ajudar no processo de desenvolvimento humano de todos nós.

O Governo Federal deve divulgar, nos próximos dias, um programa para a área de educação, que está sendo denominado de PAC da educação. O Ministro já apresentou essa proposta ao Presidente da República. Fiz um convite ao Ministro da Educação, por meio de um requerimento na Comissão de Educação, e o Ministro virá aqui, no dia 3 de abril, para apresentar esse programa para o Senado da República. Esse programa deverá estabelecer uma cooperação entre os entes da Federação, entre os Estados e os Municípios. Isso é importante.

Esse programa terá de ampliar e interiorizar o acesso ao ensino superior, para atender a cerca de 70% dos jovens entre 18 e 24 anos que não estão na universidade.

Há um programa do Governo Federal, Senador Mão Santa, sobre o qual falei ontem, aqui, rapidamente: trata-se do Programa Universidade Aberta do Brasil. Ele tem como objetivo aproveitar nossos novos meios tecnológicos, que estão à nossa disposição, em termos de avanços tecnológicos, e levar o ensino, por meio dessa tecnologia, para o interior deste País.

O Espírito Santo é um Estado muito bem localizado geograficamente; não é um Estado que está isolado, ou mais isolado, como outros Estados da Federação. Porém, somente no Espírito Santo, para entendermos a importância desse programa, que foi imaginado por Darcy Ribeiro – como foi dito nesta semana, na sessão de homenagem ao eterno Senador Darcy Ribeiro –, haverá 33 pólos em 33 Municípios. Lá, há uma universidade federal, que é a Universidade Federal do Espírito Santo, com aproximadamente 12 mil alunos. Com a implantação do Programa Universidade Aberta do Brasil, haverá cursos sendo ministrados pela Universidade do Estado ou por qualquer outra universidade, à distância, com acompanhamento de um tutor no laboratório, na sala de aula do Município. Em julho, haverá sete mil alunos estudando nos Municípios; e, em janeiro de 2008, 25 mil alunos. Então, haverá mais duas universidades federais de ensino à distância, de acordo com esse programa da Universidade Aberta do Brasil.

Reconheço, aqui, o avanço e mostro minha empolgação e meu otimismo com o programa, para que possamos dar condições à juventude de estudar, assim como a todos aqueles que ainda não tiveram essa oportunidade.

Esse programa do PAC precisará também erradicar o analfabetismo, que ainda atinge 14 milhões de pessoas com mais de 15 anos, predominantemente de regiões mais pobres, como Norte e Nordeste. Tudo isso tendo como foco prioritário o combate às desigualda-

des regionais, sobre as quais falei ontem, quando falei sobre o Dia Mundial da Água.

Nos últimos anos, os governos federal, estaduais e municipais, em parceria, melhoraram alguns indicadores, como redução do analfabetismo e aumento do número de matrículas nos níveis fundamental e médio. A qualidade do ensino, porém, vem caindo.

O Prova Brasil, programa do Ministério da Educação, divulgado há alguns dias, revelou o baixo índice de aproveitamento de estudantes de quarta e oitava séries do ensino fundamental e terceiro ano do ensino médio.

Numa escala de zero a 500 pontos, a média das notas dos cerca de três milhões de alunos avaliados – é importante também dizer que a média hoje de avaliação é muito mais concreta do que no passado, quando só se avaliavam em torno de 300 mil alunos – ficou abaixo dos ideais 300 pontos. Esse resultado é decorrência de problemas nas estruturas sociais e que vêm de longe.

As medidas do Governo viriam, então, no sentido de reverter esse quadro. A nossa expectativa é que o propalado PAC da Educação combata a evasão escolar, fortaleça o Programa Nacional de Formação de Conselheiros Escolares, para democratizarmos a gestão nas escolas, e aproxime mais as famílias das escolas. A escola não é o local onde a pessoa terceiriza a formação das crianças. A escola ajuda, mas a família continua tendo, sempre teve e terá, papel fundamental na formação da personalidade de nossas crianças.

É preciso incrementar a interiorização do ensino superior. O Ministério da Educação já antecipou a criação de dez novas universidades públicas e a abertura de outros 48 novos *campi* pelo interior do País.

No âmbito do Programa Universidade para Todos, o ProUni, apoiamos a proposta do Governo de elevar de 110 mil para 400 mil o número de vagas para estudantes carentes em universidades particulares até 2010 – um belo Programa, que tem dado oportunidade para pessoas carentes poderem cursar uma faculdade.

Recentemente, foi divulgado que o plano criará o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica para medir e conhecer a realidade de escolas estaduais e municipais.

É importante cobrar desempenho, mas é preciso entender que prefeituras e Estados em dificuldades precisam também de recursos orçamentários, apoio técnico e políticas públicas para sanarem suas deficiências.

O Congresso Nacional aprovou, no ano passado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb. O Fundo beneficiará 47 milhões de alunos matriculados na educação infantil, no ensino

fundamental e médio das redes municipais e estaduais em todas as modalidades de ensino. Será composto de 20% das receitas de impostos e transferências de Estados e Municípios, cerca de R\$51 bilhões, e de uma parcela de complementação da União, algo em torno de R\$5 bilhões.

O Governo investiria, ainda, algo próximo de R\$1 bilhão este ano, e R\$8 bilhões, cerca de 0,5% do PIB – agora, com o PIB maior, esse percentual diminuiu – nos próximos quatro anos para viabilizar o novo Programa.

Como contribuição para melhorar as propostas para o setor, apresentei sete emendas à Medida Provisória nº 339, de 2006, que regulamenta o Fundeb. Procuro, assim, flexibilizar o prazo para que Estados e Municípios possam se adaptar às novas exigências do Fundo. E, por entender que cabe à lei regulamentadora, fixo os coeficientes que cabem a cada modalidade e tipo de estabelecimento de ensino.

Quero encerrar este pronunciamento, Sr. Presidente, ressaltando a anunciada proposta de construção de mais cinco unidades dos Cefets no meu Estado, o Espírito Santo: Vila Velha, Aracruz, Linhares, Nova Venécia e Vila Nova do Imigrante. Estes centros tecnológicos são fundamentais para a formação profissional da nossa juventude.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa – PMDB – PI. Fazendo soar a campanha.)

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, peço-lhe mais um minuto.

A se confirmar – nossa expectativa é que se confirme –, será uma decisão importante, na medida em que é forte a expansão das oportunidades de negócios e de trabalho em setores técnicos no Estado, sobretudo na área de petróleo e gás.

Para se ter uma idéia, o jornal *A Gazeta*, de Vitória, destacou, no domingo retrasado, a abertura de três mil vagas para o Estado em cursos de qualificação profissional no âmbito do Programa Nacional de Mobilização da Indústria do Petróleo – Prominp. Isso demonstra a necessidade de investimento em educação.

Sr. Presidente, quero, aqui, fazer um convite. Na quarta-feira, teremos audiência pública na Comissão do Aquecimento Global, com a participação da Ministra Marina e de representantes do Ministério das Relações Exteriores e Defesa Nacional, para que possamos dar seqüência ao debate sobre o aquecimento global, debate de suma importância, que está acontecendo no Congresso Nacional, em que o Senado tem sido protagonista. Convido a todos os Parlamentares a participarem dessa audiência pública.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Sr. Senador Arthur Virgílio enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta não é a melhor hora para definir ou qualificar o modo de agir do Governo. Melhor, sim, seria pedir providências urgentes para evitar que tenham fim as angustiantes cenas dos nossos aeroportos, que afligem os que precisam viajar de avião no Brasil.

Não há como o Senado ficar de longe e à margem do que ocorre no País e que está bem definido na primeira página e no editorial de hoje do jornal **O Estado de S.Paulo**, que confere o termo mais adequado para situar a ação do Governo diante desse insustentável apagão aéreo: *É uma patacoada!*

Diz o editorial:

(...) É uma **patacoada**. O transporte aéreo no Brasil vem sofrendo apagões periódicos há quase meio ano, a contar da operação-padrão adotada pelos controladores de voo que se seguiu à maior tragédia da aviação civil no País, a colisão entre o Boeing da Gol e o Legacy da empresa americana ExcelAir, em 29 de setembro – e, nesse tempo todo, o governo não fez rigorosamente nada para normalizar o sistema, em terra e no ar.

Patacoada, segundo o Dicionário Aurélio, é *disparate; tolice, desconchavo*.

A primeira página da manchete principal do *Estado* ilustra bem a quantas anda o Governo nesse episódio.

A patacoada – ou chocarrice – mostra, segundo o jornal, que o Governo finge que age, para dar a impressão de que se antecipa aos problemas. Mas, por trás, o que resulta disso é que, ao lado da *crise no ar*, há também, infelizmente, *pane no Governo*.

O Governo, em lugar de sair à frente e enfrentar o problema, na verdade opõe-se à apuração desses chocantes fatos pelo Parlamento. Aí está a manchete de hoje de um dos principais jornais brasileiros (*O Estado de S.Paulo*):

PMDB ajuda o Governo a Engavetar CPI do Apagão

O argumento levantado pela base governista na Câmara é outra patacoada. Dizer que, na proposta de CPI para investigar esse quadro de apagões aéreos, não há *fato determinado* é tão absurdo quanto seria sustentar que nada está ocorrendo nos nossos aero-

portos e que tudo está normal, com vôos no horário e passageiros felizes.

Mais aspas para o *Estado*:

(...) A pane política do lulismo sobrou para o presidente petista da Câmara, Arlindo Chinaglia. Ele teve de invocar o estapafúrdio argumento de que a CPI carece de “fato determinado”, não podendo portanto ser criada. (A oposição recorreu ao Supremo Tribunal Federal.)

É ainda o jornal paulista a advertir:

(...) *Fosse ele* – o Presidente da Câmara – *dizer isso aos milhares de passageiros estremunhados e funcionários estressados, reféns da crise nos aeroportos nacionais, não escaparia incólume.*

Pela oportunidade do tema e pela não menos oportuna opinião do jornal, estou anexando a este pronunciamento o inteiro teor do editorial da edição de hoje de **O Estado de S.Paulo**, para que passe a constar dos Anais do Senado.

Com isso, no futuro, a avaliação que vier a ser feita acerca do assunto, confirmará que, do lado do Governo, o termo mais adequado para definir ação do Planalto será mesmo esse que o jornal aponta: patacoada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

(Editorial de **O Estado de S.Paulo**, 21 de março de 2007)

CRISE NO AR E PANE NO GOVERNO

Seria de rir, se não fosse de chorar. O presidente Lula ordenou a apuração “imediate e rigorosa” do apagão aéreo de domingo, causado por uma pane no sistema de processamento dos planos de voo no Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (Cindacta-1), em Brasília, e agravado, horas depois, por outra pane, dessa vez no sistema elétrico no mesmo aeroporto. A determinação do presidente tem a óbvia intenção de levar a opinião pública a crer que este é um governo que ou se antecipa aos problemas ou, sendo impossível preveni-los, os ataca imediatamente e com rigor, até a raiz. A ordem consta da nota oficial sobre a reunião do presidente, na segunda-feira, com os ministros e as autori-

dades de sempre, quando se trata de problemas do setor.

É uma patacoada. O transporte aéreo no Brasil vem sofrendo apagões periódicos há quase meio ano, a contar da operação-padrão adotada pelos controladores de voo que se seguiu à maior tragédia da aviação civil no País, a colisão entre o Boeing da Gol e o Legacy da empresa americana ExcelAir, em 29 de setembro – e, nesse tempo todo, o governo não fez rigorosamente nada para normalizar o sistema, em terra e no ar. Nem mesmo para o mal – a derrubada do pedido de instalação da chamada CPI do Apagão, apresentado na Câmara pelo PSDB, PFL e PPS – o governo e os seus operadores conseguiram agir sem tardança e com rigor. Foram incapazes de impedir que deputados da base aliada, notadamente do PDT, assinassem o requerimento de convocação do inquérito, ajudando a dar-lhe o número necessário de firmas.

A pane política do lulismo sobrou para o presidente petista da Câmara, Arlindo Chinaglia. Ele teve de invocar o estapafúrdio argumento de que a CPI carece de “fato determinado”, não podendo portanto ser criada. (A oposição recorreu ao Supremo Tribunal Federal.) Fosse ele dizer isso aos milhares de passageiros estremunhados e funcionários estressados, reféns da crise nos aeroportos nacionais, não escaparia incólume. Transpondo a fronteira do cinismo, Chinaglia permitiu-se até fazer blague com o caos. Ao constatar que a sessão de anteontem teria de ser cancelada por falta de **quórum** – porque numerosos parlamentares não puderam viajar a tempo a Brasília –, disse que, “realmente, o fato determinado prejudicou a sessão”. Sobre a CPI, soltou uma pérola digna do febeapá do inesquecível Sérgio Porto: “Mais do que investigar os problemas aéreos, o importante é encontrar uma solução.”

Não há “uma” solução para o descalabro em que se entrelaçam questões de natureza distinta, como a situação funcional, o preparo duvidoso, a paga insuficiente e as más condições de trabalho dos controladores de voo; a obsolescência dos equipamentos usados para monitorar o tráfego aéreo; a formidável expansão do número de passageiros transportados nos voos domésticos e da oferta de linhas aéreas; a saturação dos aeroportos e a insuficiência de suas pistas.

E, de fato, não seria preciso instaurar uma CPI para descobrir que a autoridade federal responsável principal pelo controle e administração do espaço aéreo no território, o ministro da Defesa Waldir Pires, não dispõe de condições mínimas para o exercício da função. Fora isso, porém, há mais caixas-pretas a serem abertas no setor do que o governo tem interesse em abrir.

Estão longe de ser levianas, antes de mais nada, as suspeitas de que a estatal criada para gerir os serviços básicos do sistema, a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO), condensa o que a área pública brasileira pode ter de pior, em matéria de incompetência, promiscuidade com interesses privados e corrupção à moda antiga. Com base em denúncias anônimas, o Tribunal de Contas da União (TCU) identificou em 2005 graves irregularidades em obras realizadas em pelo menos oito aeroportos, entre os quais Congonhas, Cumbica e Viracopos.

Há o de costume: licitações dirigidas, contratos engordados com sucessivos acréscimos de 25% sobre o valor original, pagamentos de R\$ 8 milhões antes do término do trabalho.

Se é verdade que não se pode culpar a Infraero pela crise de gestão do tráfego, que cabe à Aeronáutica, as mazelas da estatal tampouco podem passar sem uma investigação que já tarda. É o que o Governo teme.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como segundo assunto, quero dizer que o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Rider de Brito, esteve em meu gabinete a fim de solicitar apoio para a aprovação do PLC nº 126/2006, que trata da criação de cargos na Secretaria daquela alta Corte de Justiça.

Depois de ouvir seus argumentos, disse-lhe considerá-los inteiramente procedentes e assegurei-lhe o apoio da Bancada do PSDB.

Em resumo, o PLC prevê a criação de 1.119 cargos diversos, que vão de analistas e técnicos judiciários a funções e cargos comissionados.

O TST necessita dessa ampliação de cargos principalmente para fazer face às novas atribuições que nós mesmos, Congressistas, conferimos à Justiça do Trabalho, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 45, em 2004.

Essa Emenda ampliou significativamente a competência jurisdicional daquela Justiça especializada. Excetuadas as causas trabalhistas relativas a servi-

dores públicos, ela passou a julgar todas as ações decorrentes da relação de trabalho, não importando a modalidade da relação contratual que envolva o trabalho prestado.

É de se prever, portanto, que haverá aumento na quantidade já enorme de processos que dão entrada na Justiça do Trabalho. No ano passado, foram quase dois milhões e meio! Número fantástico! Não cabe aqui discutir, a causa, que está sobretudo numa legislação sindical, trabalhista e processual em descompasso com a nova realidade do mundo do trabalho. O fato é que a Justiça do Trabalho está assoberbada de processos, esse problema não será resolvido de um momento para outro e ela precisa de meios materiais e humanos para proceder aos julgamentos com a celeridade a mais próxima possível do que esperam milhões de trabalhadores.

Em 1990, ano da última Lei que criou cargos efetivos no Quadro de Pessoal do TST, deram entrada naquela Alta Corte 20.276 processos. No ano passado, 2006, foram 76.034 processos.

Não houve, porém, somente o aumento no volume de trabalho que os números indicam. A Emenda Constitucional nº 45, além de ampliar a competência da Justiça trabalhista, elevou de 17 para 27 o número de Ministros que compõem o Tribunal Superior do Trabalho e criou, no seu âmbito, dois outros órgãos: o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho.

Cabe ao Conselho Superior a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial no primeiro e no segundo grau da Justiça do Trabalho. A Enamat, por sua vez, que teve como primeiro Diretor o Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho e hoje é dirigida pelo Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, tem por objetivo promover a seleção, a formação e o aperfeiçoamento dos magistrados do Trabalho. Seu Curso de Formação Inicial deve atender a 250 juizes por ano; o de Aperfeiçoamento, outros 200 magistrados; e o de Ensino à Distância, mais 250.

Perfeitamente justa, portanto, a solicitação do TST.

Criação de cargos, contudo, implica encargos financeiros e observância das leis orçamentárias. Essa foi preocupação que externei na conversa com o Ministro Rider de Brito. E ele me tranqüilizou ao apresentar-me Declaração assinada pelo Ordenador de Despesas do Tribunal, Marcelo Magalhães de Lacerda, segundo a qual o PLC nº 126/2006, "*tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e é compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, diante da existência de saldo orçamentário para aten-*

der a respectiva despesa sem comprometimento das demais despesas obrigatórias (Folha normal, 13º e férias) e não exceder o montante autorizado pela Lei Orçamentária de 2007".

Os cargos não serão também preenchidos de uma só vez. Em outro documento, o TST informa que em abril deste ano seriam preenchidos 172 cargos de analistas e técnicos judiciários, 43 cargos em comissão e 268 funções comissionadas, com despesa de R\$20.909.559,42; e, em setembro, mais 270 cargos de analistas e 51 de técnicos judiciários, 45 cargos em comissão e 270 funções comissionadas, com despesa de R\$23.655.257,09. No total, a despesa, no exercício de 2007, seria de R\$44.564.816,51.

Então, perfeitamente justificada a necessidade da criação dos cargos e demonstrada a compatibilidade do acréscimo de despesas com as leis orçamentárias, esta Liderança anuncia voto favorável.

Como terceiro assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero me referir à consolidação do Brasil no mercado externo que, com produtos da nossa indústria, é apenas questão de tempo e para chegar lá, o caminho é o aproveitamento racional da imensa biodiversidade da Amazônia. Este é o grande desafio da Amazônia, mas também e sobretudo do Brasil.

O Pólo Industrial de Manaus, que vem registrando sucessivos marcos como realidade na economia nacional, está perfeitamente sintonizado e sabedor dos desafios contemporâneos. Será também pela bioindústria que o Brasil deverá atingir os mercados mundiais, em todos os continentes, com produtos que nenhum outro país tem condições de oferecer.

Ao longo desses sete anos, o Amazonas contou com investimentos de quase R\$60 milhões, de recursos próprios da SUFRAMA, valor totalmente canalizado para a formação de uma estrutura de Ciência, política e inovação, valendo-se de estudos e análises de órgãos criados mais ou menos recentemente, como o Centro de Tecnologia e Inovação do PIM, que promove estudos desde 2003.

Antes disso, o Governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de segura visão de futuro ao promover a criação do Centro de Biotecnologia da Amazônia. Foi passo vigoroso que assegurou novo impulso ao aproveitamento da biodiversidade amazônica. Fernando Henrique criou o CBA e o Lula inaugurou as suas instalações, no Distrito Industrial de Manaus. Ali, numa área construída de 12 mil metros, já se acham em operação 12 dos 25 laboratórios previstos. O objetivo é prospectar a biodiversidade amazônica e criar condições para que mais e mais produtos *made in Amazonia* ganhem o mundo.

Não obstante, Sr. Presidente, há ainda alguns problemas a resolver na administração do CBA. Em passado recente, o então Governador Amazonino Mendes entendia que o comando do Centro deveria ficar sob gestão estadual. E, com isso, criou-se um impasse com o Governo Federal. A propósito, defendo que essa gestão fique vinculada à órbita federal, mais precisamente ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Aí sim, seria estabelecida parceria com a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia do Amazonas.

É importante que venham a ser logo solucionadas essas pendências. O Brasil tem pressa. E a Amazônia, especificamente, mais pressa ainda.

Conheço o CBA. Dá gosto constatar que ali se trabalha com os olhos voltados para a grande e promissora alvorada que haverá de caber ao Brasil. Os laboratórios já em funcionamento atual nas áreas de fitoquímica, cultura de tecidos, bioquímica e biologia molecular, microbiologia, análises físico-químicas, espectroscopia, experimentação animal, estudos comportamentais, ressonância magnética nuclear, descontaminação e lavagem e esterilização.

Ao CBA cabe oferecer serviços de suporte em diferentes áreas e permitir o aproveitamento da imensa potencialidade da biodiversidade da região. Incluem-se aqui o desenvolvimento de produtos e processos bioindustriais, produção, padronização e certificação de extratos, insumos e produtos acabados, além de servir como centro de incubadoras de empresas, com a promoção de planta-piloto de processos industriais, incluindo, para esse objetivo, uma central de produção de extratos.

Antes de encerrar, quero aplaudir a atuação do CBA, na pessoa do Dr. Imar César de Araújo e do Dr. Elilde Mota de Menezes, seus operosos dirigentes.

Também, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar, com prazer, como quarto e último assunto a intensa e profícua atividade que desenvolve em Manaus a Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas. Ontem, ali foi realizada Reunião de Audiência Pública para o debate da Medida Provisória nº 352, que trata da questão de incentivos à indústria de equipamentos para tevê digital.

É assim que se faz! O Legislativo atuando em defesa imediata, com seriedade e dedicação na defesa de causas que interessam às populações. É o caso da tevê digital, a que, como a ALEAM, tenho dedicado todos os meus esforços.

Parabenizo o Deputado Belarmino Lins, ilustre Presidente da Assembléia Legislativa do meu Estado, que, a propósito, vai realizar, na segunda-feira, outra Audiência Pública para o trato da controvertida questão dos limites territoriais entre o Amazonas e o Acre. Lá comparecerei.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, depois de ouvirmos as Sr^{as} e os Srs. Senadores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão de sexta-feira, 23 de março de 2007, iniciada às nove horas da manhã, e toda ela coordenada pela nossa Secretária-Geral da Mesa, Dr^a Cláudia Lyra.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 14 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner*^S
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery*^S
PSDB – Flexa Ribeiro*^S
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^S
PFL – Eliseu Resende**

Goiás

PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

PFL – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí

PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto *^S
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^S
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^S
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^S
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana *^S
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins

PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – PFL

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Exedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. José Agripino - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya Gomes – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. (vago)
Alfredo Nascimento – PR	7. (vago)
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. (vago)
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. (vago)

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
PFL ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - PFL
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Augusto Botelho - PT	2. Alfredo Nascimento - PR
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	8. (vago)
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Garibaldi Alves Filho	4. Valter Pereira
Valdir Raupp	5. Jarbas Vasconcelos
Paulo Duque	6. Joaquim Roriz
Geraldo Mesquita Júnior	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Sérgio Guerra - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Augusto Botelho - PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. (vago)
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Papaléo Paes – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Joaquim Roriz	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Exedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB	2. Expedito Júnior – PR
Alfredo Nascimento – PR	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Alfredo Nascimento – PR
Augusto Botelho – PT	5. (vago)
PMDB	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB
Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas
Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025
E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente:

Vice-Presidente:

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1.		
Sibá Machado (PT)	AC	2184	2.		
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3.		
Serys Slhessarenko (PT)	MT	2292	4.		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5.		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Valter Pereira	MS	2221	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
PFL					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio	AM	1413
Marisa Serrano	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1.		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 06.03.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PFL-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ² (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente:

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
PTB
PSB
PL
PPS

(Atualizada em 06.03.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PFL-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (PFL-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> LÚCIA VÂNIA PSDB-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



EDIÇÃO DE HOJE: 86 PÁGINAS